



INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

CLÁUDIA SABINO FERNANDES

Brasília/DF

2023

CLÁUDIA SABINO FERNANDES

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA:
COMO ELABORAR PROJETOS DE CURSOS TÉCNICOS PRESENCIAIS – UMA
TRILHA FORMATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Brasília do Instituto Federal de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Simone Braz Ferreira Gontijo

Brasília/DF

2023

F363

Fernandes, Cláudia Sabino.

Institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Brasília: como elaborar projetos de cursos técnicos presenciais: uma trilha formativa / Cláudia Sabino Fernandes. - Brasília, 2023.

160 f. : il. Color.

Orientadora: Simone Braz Ferreira Gontijo.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnologia, 2023.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Educação a distância.
3. Formação continuada. I. Gontijo, Simone Braz Ferreira. II. Título

CDU: 377:37.014

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

CLÁUDIA SABINO FERNANDES

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA:
COMO ELABORAR PROJETOS DE CURSOS TÉCNICOS PRESENCIAIS – UMA
TRILHA FORMATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 10 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Simone Braz Ferreira Gontijo
Instituto Federal de Brasília
Orientadora

Profa. Dra. Veruska Ribeiro Machado.
Instituto Federal de Brasília
Examinadora interna

Profa. Dra. Vanessa Battestin
Instituto Federal do Espírito Santo
Examinadora externa

Profa. Dra. Jennifer de Carvalho Medeiros
Instituto Federal de Brasília
Suplente

CLÁUDIA SABINO FERNANDES

**PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS TÉCNICOS PRESENCIAIS COM
CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA: TRILHA FORMATIVA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 10 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Simone Braz Ferreira Gontijo
Instituto Federal de Brasília
Orientadora

Profa. Dra. Veruska Ribeiro Machado.
Instituto Federal de Brasília
Examinadora interna

Profa. Dra. Vanessa Battestin
Instituto Federal do Espírito Santo
Examinadora externa

Profa. Dra. Jennifer de Carvalho Medeiros
Instituto Federal de Brasília
Suplente

Dedico este trabalho à minha família, em especial, aos meus pais que desde cedo e com tantos sacrifícios e privações ensinou aos seus filhos o valor da educação para a vida. Ao meu irmão que em momentos importantes incentivou a retomar a minha formação profissional. Ao meu maior amor da vida: meu filho, que nos momentos mais difíceis dessa construção formativa esteve presente ao meu lado. E, por fim, não menos importante, ao meu querido esposo (*in memoriam*) por sempre me apoiar e incentivar até nos seus últimos instantes de vida.

AGRADECIMENTOS

De início, cursar um mestrado não era um sonho, mas aos poucos, à medida que ia se amoldando, o sonho nascia, crescia e se transformava em uma realidade desafiadora, mas, sobretudo, gratificante. Nesse percurso pessoas especiais me acompanharam, a quem eu deixo minha afeição em forma de agradecimento:

Primeiramente à Deus que me deu forças e perseverança para ultrapassar os obstáculos encontrados ao longo do percurso do mestrado.

À minha mãe Francisca, por tantas renúncias em prol da nossa educação, por seu cuidado e carinho nos momentos difíceis, por compreender a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Sua presença amorosa foi um alicerce essencial para mim.

Ao meu irmão Leandro, minha cunhada Dayanne e minha sobrinha Gabriella que sempre estiveram ao meu lado, torcendo por mim e me enchendo de amor e energia em cada visita. Sua presença constante foi um suporte valioso ao longo dessa jornada.

Ao meu filho Matheus, agora meu parceiro de vida, por cada momento compartilhado, aprendizado, carinho e cuidado ao longo dessa trajetória e dos momentos saudosos que vivenciamos neste último ano.

Ao meu esposo Roberto (*in memoriam*), que partiu durante esse percurso e deixou uma grande saudade, por me acompanhar nas vivências dos conflitos, desafios, noites mal dormidas e abdições. Com seu jeito único, alegre, irreverente, confiante, foi fonte de inspiração para a conquista de novos sonhos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Simone Gontijo, expresso minha sincera gratidão. Suas intervenções instigadoras, disponibilidade e vasto conhecimento foram fundamentais para o direcionamento correto deste trabalho. Agradeço também por seu carinho nos momentos em que eu me encontrava frágil e com dificuldades, expresso pela frase acolhedora que ficou marcada em minha memória: “*Seja gentil com você*”. Você foi uma orientadora-parceira excepcional, gratidão por respeitar meu tempo e necessidades, tornando tudo isso possível.

A todos os professores, que deixaram marcas significativas em minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal, agradeço pelos ensinamentos enriquecedores e pelo papel fundamental que desempenharam no meu processo de aprendizado.

Aos meus queridos amigos, colegas de trabalho e de turma, que

compartilharam comigo essa jornada, agradeço pela contribuição no desenvolvimento da pesquisa, pelo apoio nos momentos desafiadores e pelas descontrações que nos proporcionaram. Sei que cada um de vocês torceu pelo meu sucesso, e sou grato por isso. Em especial à profissional e hoje grande amiga Rute Bicalho que sempre foi uma inspiração para aventurar nos estudos da modalidade EaD e grande colaboradora nesse percurso. Aos demais embora não mencione seus nomes aqui, saibam que guardo cada um de vocês em meu coração.

Um agradecimento especial aos participantes desta pesquisa, que colaboraram e compartilharam suas experiências, tornando possível o resultado deste trabalho. Suas contribuições foram valiosas e enriquecedoras.

Ao Instituto Federal de Brasília, expressei minha gratidão a todos os colaboradores, professores, colegas técnicos e estudantes pelo apoio direto ou indireto ao longo desta jornada. O ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento foi fundamental para o meu crescimento pessoal e profissional.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes em minha caminhada no mestrado, meus sinceros agradecimentos. Cada gesto, palavra de incentivo e apoio ressoaram em mim. Este trabalho é dedicado a vocês, e sou imensamente grato por fazerem parte da minha vida.

O que eu penso, não muda nada além do meu
pensamento, o que eu faço a partir disso,
muda tudo!

Leandro Karnal

RESUMO

A pesquisa, situada no âmbito do mestrado profissional em educação profissional e tecnológica (ProfEPT), tem por tema a institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Brasília (IFB), com ênfase na seguinte questão de pesquisa: quais os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso? Por estar situada no contexto de um mestrado profissional é fundamental que a pesquisa gere um produto. Desse modo, colocam-se como objetivos da pesquisa identificar, no âmbito do PPC, como se dá a implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB; identificar os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso; analisar as percepções dos profissionais envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos de curso quanto a utilização de Tecnologias de Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na carga horária a distância dos cursos presenciais; mapear os conhecimentos necessários aos profissionais para implementação da carga horária de EaD nos cursos técnicos presenciais. E, a partir desse diagnóstico, elaborar curso para profissionais da educação voltado à implementação da carga horária a distância nos currículos dos cursos técnicos presenciais, conforme as diretrizes legais e do IFB. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar os processos implementação da carga horária a distância em cursos técnicos presenciais visando a formação dos profissionais envolvidos na elaboração de projetos pedagógicos. A pesquisa se apoiou na abordagem quanti-qualitativa, com o emprego de dois instrumentos: 1) levantamento e análise documental dos instrumentos normativos do IFB e dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos subsequentes presenciais quanto à previsão e à definição da utilização da carga horária a distância; 2) aplicação de um questionário que buscou identificar os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso. Participaram da pesquisa 80 servidores, sendo 71 professores e 09 técnicos, que responderam ao instrumento questionário. Os resultados da pesquisa destacam os benefícios da integração de tecnologias nos cursos presenciais, mas também evidenciam a necessidade de um planejamento mais eficaz para sua aplicação. As principais necessidades formativas identificadas estão relacionadas à elaboração de PPCs e à oferta de cursos, abrangendo temas como base legal da EaD, currículo na Educação Profissional e Tecnológica em relação a EaD, tecnologias digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e elaboração de PPCs com carga horária a distância no âmbito do IFB. Com base nessas conclusões, foi desenvolvido o produto educacional, uma trilha formativa intitulada "Como planejar carga horária a distância nos PPCs dos cursos técnicos presenciais?". Essa trilha tem como objetivo apoiar a implementação da carga horária a distância, contribuindo para a institucionalização dessa modalidade no IFB e atendendo aos requisitos legais e às necessidades formativas dos servidores envolvidos.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica. Educação a Distância. Formação contínua. Formação continuada. Institucionalização da EaD.

ABSTRACT

The research, located within the scope of the professional master's degree in professional and technological education (ProfEPT), has as its theme the institutionalization of Distance Education at the Federal Institute of Brasília (IFB), with an emphasis on the following research question: what is the legal, normative knowledge and pedagogical aspects fundamental to the institutionalization of distance education in IFB's face-to-face technical courses, within the scope of preparing pedagogical course projects? As it is situated in the context of a professional master's degree, it is essential that the research generates a product. Therefore, the objectives of the research are to identify, within the scope of the PPC, how distance learning is implemented in IFB's face-to-face technical courses; identify the legal, normative and pedagogical knowledge fundamental to the institutionalization of distance education in IFB's face-to-face technical courses, within the scope of preparing pedagogical course projects; analyze the perceptions of professionals involved in the process of preparing pedagogical course projects regarding the use of Digital Information and Communication Technologies (DIT) in the distance learning workload of face-to-face courses; map the knowledge needed by professionals to implement distance learning hours in face-to-face technical courses. And, based on this diagnosis, develop a course for education professionals aimed at implementing distance learning in the curricula of on-site technical courses, in accordance with legal and IFB guidelines. In this sense, the general objective of the research is to analyze the processes implementing distance learning in face-to-face technical courses with a view to training professionals involved in the development of pedagogical projects. The research was based on a quantitative-qualitative approach, using two instruments: 1) survey and documentary analysis of the IFB's normative instruments and the pedagogical projects of subsequent face-to-face technical courses regarding the forecast and definition of the use of distance learning hours ; 2) application of a questionnaire that sought to identify the legal, normative and pedagogical knowledge fundamental to the institutionalization of distance education in IFB's face-to-face technical courses, within the scope of preparing pedagogical course projects. 80 civil servants participated in the research, 71 teachers and 9 technicians, who responded to the questionnaire instrument. The research results highlight the benefits of integrating technologies into face-to-face courses, but also highlight the need for more effective planning for their application. The main training needs identified are related to the preparation of PPCs and the offering of courses, covering topics such as the legal basis of EaD, curriculum in Professional and Technological Education in relation to EaD, digital technologies, virtual learning environments and preparation of PPCs with workload distance learning within the scope of the IFB. Based on these conclusions, the educational product was developed, a training track entitled "How to plan distance learning hours in PPCs for face-to-face technical courses?". This track aims to support the implementation of distance learning, contributing to the institutionalization of this modality at IFB and meeting the legal requirements and training needs of the employees involved.

Keywords: Professional and Technological Education. Distance Education. Continuous formation. Continuing training. Institutionalization of EaD.

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de cursos técnicos subsequentes presenciais do IFB em relação à carga horária de educação a distância.	27
Tabela 2 - Percepções e conhecimentos normativos acerca da implementação de carga horária a distância em cursos presenciais.....	65
Tabela 3 - Participações na avaliação do produto educacional (dados quantitativos)	93
Tabela 4 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica dos cursos.....	95
Tabela 5 - Ranking Médio (RM) dos critérios de adequação dos cursos às necessidades formativas	97
Tabela 6 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso EaD: Conceitos e Legislação.....	99
Tabela 7 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso Currículo na EPT e a relação com a EaD..	103
Tabela 8 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na EPT	106
Tabela 9 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso Ambientes Virtuais de Aprendizagem.....	109
Tabela 10 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária EaD no âmbito do IFB	112

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Unidade de lotação dos participantes da pesquisa63

FIGURAS

Figura 1 - Síntese das necessidades formativas para implementação de carga horária EaD em cursos presenciais.....74

QUADROS

Quadro 1 - Dimensões da institucionalização da EaD39

Quadro 2 - Coerência metodológica.....57

Quadro 3 - Mapa de Desenho Educacional85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEB - Câmara de Educação Básica
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNTC - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
DEaD – Diretoria de Educação a Distância
DCN-EPT - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica
EaD – Educação a Distância
IF – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI - Plano Pedagógico Institucional
REA – Recursos Educacionais Abertos
RET - Regulamento do Ensino Técnico
RIFB/IFB – Reitoria do Instituto Federal de Brasília
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
2.1 <i>A educação profissional e tecnológica: bases conceituais</i>	<i>29</i>
2.1.1 <i>A Formação humana integral, politécnica e omnilateral.....</i>	<i>30</i>
2.1.2 <i>O trabalho como princípio educativo</i>	<i>32</i>
2.1.3 <i>A pesquisa como princípio pedagógico.....</i>	<i>34</i>
2.2 <i>A institucionalização da educação a distância.....</i>	<i>36</i>
2.2.1 <i>As tecnologias digitais da informação e comunicação e os usos do Ambiente virtual de aprendizagem.....</i>	<i>40</i>
2.2.2 <i>Os projetos pedagógicos de curso.....</i>	<i>44</i>
2.2.3 <i>A formação dos profissionais para atuação na educação a distância.....</i>	<i>50</i>
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
3.1 <i>Delineamento do estudo de caso</i>	<i>54</i>
3.2 <i>Instrumentos de coleta de dados.....</i>	<i>55</i>
3.3 <i>Participantes de pesquisa.....</i>	<i>59</i>
3.4 <i>Procedimento de análise dos resultados</i>	<i>59</i>
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	61
4.1 <i>Perfil dos participantes da pesquisa</i>	<i>61</i>
4.2 <i>Implementação de carga horária a distância em cursos presenciais.....</i>	<i>64</i>
4.2.1 <i>Conhecimentos normativos e percepções acerca da implementação de carga horária a distância em cursos presenciais</i>	<i>65</i>
4.2.2 <i>Necessidades formativas para implementação de carga horária EaD em cursos presenciais</i>	<i>73</i>
4.3 <i>- Implicações dos resultados da pesquisa para a elaboração do Produto Educativo.....</i>	<i>80</i>
5. DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	82
5.1. <i>O planejamento do Trilho formativo – Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais?</i>	<i>83</i>
5.2. <i>Aplicação do Produto Educacional</i>	<i>91</i>
5.2.1 <i>Análise dos resultados da aplicação/ avaliação do Produto Educacional ..</i>	<i>92</i>

a) EaD: conceitos e base legal.....	99
b) Currículo na EPT e a relação com a EaD	102
c) Tecnologias digitais de informação e comunicação na EPT	105
d) Ambientes virtuais de aprendizagem	109
e) PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária a distância no âmbito do IFB.....	112
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	127
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	148
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS MEMBROS DOS COLEGIADOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IFB	152
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	155
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	157
APÊNDICE F – ACEITE INSTITUCIONAL	160

APRESENTAÇÃO

A Educação a Distância (EaD) tem se mostrado uma modalidade educacional cada vez mais relevante e em constante crescimento, especialmente no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parte, devido ao número de investimentos governamentais em programas de fomento. Contudo, é desejável que o crescimento da modalidade esteja vinculado ao desenvolvimento de cursos e projetos para além da dependência de recursos de governo, numa perspectiva de institucionalizar a EaD. Nesse sentido, a institucionalização da modalidade torna-se um desafio a ser enfrentado pelas instituições de ensino, visando proporcionar uma formação de qualidade ao longo da vida, alinhada às demandas contemporâneas.

Historicamente, a educação a distância tem sido utilizada como uma alternativa favorável à democratização e à flexibilidade por superar barreiras geográficas e temporais, permitindo o acesso à educação para estudantes que estejam em locais remotos e que encontram dificuldades para realizar cursos presenciais. Por suas características, a modalidade foi valorizada a partir de investimentos nacionais, especialmente, em âmbito de governos. Especificamente, no Instituto Federal de Brasília (IFB), a modalidade a distância foi inicialmente oferecida por intermédio de programas de fomento governamentais, como a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), que propiciaram a disseminação e o aprimoramento da educação a distância na instituição.

Entretanto, a institucionalização da educação a distância vai além da simples oferta de cursos na modalidade, envolve a integração dos cursos a distância ao planejamento institucional, a formação adequada dos profissionais envolvidos, a criação de infraestrutura tecnológica apropriada e a regulamentação interna por meio de normativos próprios. Portanto, implica esforço da instituição em desenvolver suas próprias ações para a oferta da modalidade de forma autônoma aos fomentos de governo. Para tanto, é fundamental criar cultura no sentido de introduzir a modalidade nas ações rotineiras da instituição.

Nesse sentido, uma forma de criar esta cultura é incentivar o uso de carga horária a distância nos cursos presenciais, de modo a favorecer experiências docentes e discentes com a modalidade que podem avançar para outras ações. É nessa direção que esta pesquisa encontra solo fértil, isto é, na compreensão dos

conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais para a implementação da carga horária a distância com foco nos cursos técnicos presenciais, ajudando a contribuir com o processo de institucionalização da educação a distância. Avalia-se que aprofundar no tema converge com a constatação da relevância e do crescimento da modalidade de educação a distância, especialmente durante e após a pandemia da COVID-19, com vistas a qualificar as ações da modalidade na estrutura institucional.

O interesse pela área da educação a distância surgiu a partir da experiência profissional vivenciada pela pesquisadora no IFB quando na ocasião de ter sido desafiada a supervisionar as atividades de gestão administrativa e dos recursos orçamentários destinados à execução dos cursos técnicos oferecidos pelo IFB na modalidade a distância a partir de recursos de fomento de programas de governo. Durante este período, nos idos de 2017, a pesquisadora teve contato direto com a dinâmica de trabalho e com os desafios envolvidos das especificidades da modalidade.

Gradualmente, a pesquisadora foi se aproximando do ambiente de trabalho da educação a distância, percebendo-o como um espaço dinâmico, colaborativo, flexível e inovador, que se alinhava cada vez mais com a realidade da sociedade contemporânea. Essa imersão despertou um maior envolvimento e motivação como servidora da instituição, impulsionando-a a contribuir com as ações de EaD e a buscar a promoção da institucionalização da modalidade no IFB.

Diante desse contexto, foi crescendo o sentimento e a necessidade de explorar os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais para a institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, a partir da elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Com isso em mente, pretende-se analisar as percepções dos profissionais envolvidos nesse processo em relação aos usos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para a implementação da carga horária a distância nos cursos presenciais.

A pesquisa está fundamentada em uma revisão bibliográfica abrangente sobre a educação a distância, considerando seus fundamentos teóricos, aspectos normativos e práticas pedagógicas. Além disso, foram realizadas análises documentais dos Projetos Pedagógicos de Curso existentes, bem como a aplicação de questionários com os profissionais envolvidos no processo de elaboração desses

projetos.

Espera-se, ao final, apresentar os resultados das análises realizadas, as considerações teóricas e as contribuições para a área da educação a distância nos cursos técnicos presenciais. Por meio dessa investigação, busca-se fortalecer as práticas pedagógicas em EaD, promover a formação integral dos estudantes para fazer avançar a institucionalização da modalidade no IFB, de forma alinhada com as demandas da sociedade contemporânea e as possibilidades oferecidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, foram criados para propiciar formação e aperfeiçoamento em diversos níveis e modalidades de ensino visando a “integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior” (Padoin, 2016, p. 1).

Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como fundamento a valorização do sujeito baseada numa formação cidadã e emancipadora visando sua atuação como protagonista diante da vida e da sociedade. Trata-se, portanto, de uma educação que promova o sujeito a atuar no meio social como ser autônomo, capaz de identificar os problemas vivenciados e gerar mudanças naquele contexto.

Essa educação prima por uma formação omnilateral, politécnica e integral na direção de superar a dicotomia a qual os sujeitos estão submetidos pela “divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (Ramos, 2016, p. 94). Portanto, uma formação baseada na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo (Ciavatta, 2014).

Em relação a essa educação, Ciavatta (2014) esclarece que os termos omnilateral, politécnica e formação integral, apesar de não serem sinônimos, pertencem ao mesmo universo de ações educativas, em especial quando se trata da educação profissional. Essa perspectiva sustenta uma formação na qual os sujeitos se desenvolvem em todos os aspectos, isto é, no âmbito social, educacional, cultural e de trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional.

Para que isso ocorra Freire (2011) afirma que esse sujeito integral deve ser crítico e reflexivo, consciente da sua posição na realidade na qual vive e ter condições de alterá-la se necessário. Assim, os eventos contextuais, os recursos e ferramentas significativas ao ser humano devem ser considerados.

No contexto da formação integral, destaca-se a necessidade de que a educação mantenha a perspectiva do acesso e da permanência democráticos. Nesse sentido, tanto as modalidades de educação presencial quanto de educação a distância devem primar por essa formação.

A educação a distância, mediada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC)¹, têm se firmado como meio articulador de formação e mudanças na sociedade. Essa modalidade de ensino tem se apropriado das TDIC visando que essas contribuam e enriqueçam os processos de ensino e de aprendizagem, como ferramenta pedagógica a serviço da formação do indivíduo autônomo (Belloni, 2015).

No contexto de uma sociedade cada vez mais integrada ao uso das tecnologias digitais é importante destacar que educar é antes de tudo, um processo de humanização (Freire, 2011). E a simples exposição dos estudantes às tecnologias, seja no ambiente social, escolar, cultural ou de trabalho não traz garantia de uma educação de maior qualidade pedagógica, humana ou de aprendizagens significativas. É necessário que a escola, ciente dos contextos dessa sociedade cada vez mais integrada às TDIC, promova uma educação crítica, emancipatória, ética, que prioriza a formação integral, humana, artística, cultural e cidadã também a partir de experiências com as TDIC.

É fundamental pensar nos processos educativos integrados às tecnologias, pois negá-las indica riscos à sociedade no sentido de formar estudantes para um mundo que já não reflete mais a realidade construída por eles. Além disso, implica em problematizar uma realidade que está posta.

Nesse sentido, ressalta-se o momento histórico no qual esta pesquisa se desenvolve, em plena crise da pandemia de COVID-19. Uma pandemia que tem se arrastado por cerca de 2 anos e gerado mudanças significativas em todos os setores da sociedade em prol de resguardar a vida. E essas mudanças têm tornado mais evidente o importante papel das TDIC para a educação, pois com o objetivo de manter as atividades letivas, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, em caráter excepcional, a substituição das atividades presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação² (Brasil, 2020).

Castro e Queiroz (2020) alertam que as atividades não presenciais ou remotas

1 A terminologia utilizada para se referir às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) pode variar de acordo com os diferentes autores e contextos. Neste trabalho, optamos por adotar a sigla TDIC, considerando que é uma forma mais atualizada e amplamente utilizada para descrever o conjunto de tecnologias digitais que englobam aspectos de informação e comunicação.

2 Ensino remoto emergencial.

não devem se confundir com a educação a distância. Elas são uma “alternativa pedagógica para evitar retrocessos no processo de aprendizagem dos estudantes e a perda dos vínculos com a escola que podem convergir como fatores de evasão e abandono” (Castro; Queiroz, 2020, p. 5).

A educação a distância, como modalidade de ensino, fundamenta-se em premissas normativas e educativo-pedagógicas. É uma proposta educacional que possui especificidades relacionadas à qualificação profissional e ao planejamento pedagógico apoiado por tecnologias digitais adequadas aos objetivos de aprendizagem.

Acerca dos aspectos normativos, o novo marco regulatório da EaD, instituído por meio do Decreto nº 9.057/2017 que regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDB), caracteriza a educação a distância como uma modalidade educacional

[...] na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, com desenvolvimento de atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017, Art. 1º).

Sobre esse conceito, destaca-se que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino aprendizagem ocorre considerando não só a utilização de meios tecnológicos, mas também a qualificação dos profissionais da educação. Essa qualificação perpassa todas as etapas do trabalho pedagógico, desde o planejamento, implementação e avaliação dos processos educativos. A etapa do planejamento pedagógico de um curso, no âmbito institucional, inicia-se com a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso ou Plano de Curso³ (PPC) tomando como base as normativas, as diretrizes e os referenciais oficialmente estabelecidos.

No caso dos cursos técnicos ofertados na modalidade presencial, os normativos legais permitem que até 20% da carga horária seja realizada na modalidade a distância, desde que cumpridos os preceitos legais e observado o disposto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC). O CNTC, em sua 4ª edição, foi homologado pelo Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB), do

³ Neste trabalho, Projeto Pedagógico do Curso e Plano de Curso serão considerados como sinônimos e identificados pela sigla PPC.

Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 5/2020. O parecer disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, bem como orienta as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade.

O CNTC é um dos referenciais que subsidia as instituições no planejamento dos cursos, suas correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. Para os estudantes, ele serve de base para a escolha dos seus cursos, apresentando-lhes os diferentes perfis profissionais e as possibilidades de atuação, dentre outras informações e, para o setor produtivo, auxilia na definição da contratação de profissionais com os perfis mais adequados às suas necessidades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica (DCN-EPT), aprovadas por meio da Resolução CNE/CP nº 1/2021, estabelecem que os cursos de Educação Profissional e Tecnológica se referenciam em eixos tecnológicos, cabendo a cada eixo tecnológico promover orientações específicas com definição de carga horária e percentuais possíveis para a organização curricular, bem como as etapas presenciais e a distância.

Nesse sentido, a organização curricular dos cursos deve prever:

- I - as unidades curriculares, etapas ou módulos, com suas cargas horárias, **presenciais e a distância**, o prazo máximo para a integralização, bem como a indicação da respectiva bibliografia básica e complementar;
- II - orientações metodológicas flexíveis, incluindo estratégias de execução, **presencial ou a distância**;
- III - prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos diversos ambientes de aprendizagem (Brasil, 2021, Art. 25. §1º, grifos nossos).

Além disso, a Resolução CNE/CP nº 1/2021 destaca, em seu Art. 26 que:

A carga horária mínima dos cursos técnicos é estabelecida no CNCT ou por instrumento correspondente a vir substituí-lo, de acordo com a singularidade de cada habilitação profissional técnica.

§ 5º Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária, o plano de curso técnico, ofertado na modalidade presencial, **pode prever carga horária na modalidade a distância, até o limite indicado no CNCT**, ou em outro instrumento que venha a substituí-lo, **desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores**. (Brasil, 2021, Art. 26, grifos nossos).

Nesse sentido, a previsão da oferta de carga horária a distância está condicionada à garantia, pela instituição, de suporte tecnológico e de atendimento aos estudantes por profissionais docentes e tutores. Assim, não podemos apenas atribuir

às atividades de educação a distância a utilização das ferramentas tecnológicas sem que o trabalho pedagógico culmine no alcance dos objetivos educacionais propostos nos cursos. É necessário, portanto, que haja um planejamento de integração pedagógica dos componentes curriculares, sendo as tecnologias educacionais os meios complementares de cumprimento dos objetivos pedagógicos e não o fim.

No âmbito do Instituto Federal de Brasília (IFB), a Resolução nº 32/2019 emitida pela Reitoria (RIFB/IFB), aprova diretrizes para oferta de cursos e/ou complementação de carga horária a distância nos cursos presenciais, remetendo a observância dos preceitos legais dos normativos vigentes estruturantes do tema, devendo a modalidade a distância ser indissociável do desenvolvimento institucional.

O documento orienta que o Projeto Pedagógico do Curso ou o Plano de Curso⁴ deve descrever os seguintes itens: “I. sistemas de comunicação e suporte; II. matriz curricular especificando a carga horária presencial e a distância; III. detalhamento da produção e uso de material didático” (Brasília, 2019, Art. 5º §2º).

Porém, o que se observa é que nem todos os PPC dos cursos de ensino médio subsequentes presenciais têm atendido a essa orientação, indicando que uma determinação legal não necessariamente se concretiza no cotidiano do trabalho pedagógico, seja ele formal ou no campo da ação (Moreira, 2001).

Considerando os requisitos normativos para implementação da carga horária a distância em cursos presenciais, torna-se fundamental investigar quais seriam os conhecimentos necessários aos profissionais envolvidos no processo de planejamento e elaboração dos PPC dos cursos técnicos presenciais quanto à implementação da carga horária a distância. Uma vez mapeados, esses conhecimentos, devem ser pertinente considerados no âmbito da qualificação profissional⁵ dos servidores. Depreende-se que tais ações, guiadas pelos normativos vigentes e pelos pressupostos teórico-metodológicos da EaD, guardam relação direta com o processo de institucionalização da modalidade na instituição.

Neste trabalho, adota-se como conceito de institucionalização da EaD o que já vem sendo construído tanto no IFB quanto na Rede Federal, isto é, como um processo

⁴ Doravante tratados como PPC.

⁵ Neste trabalho utilizaremos o termo formação inicial e continuada como sinônimo de qualificação profissional conforme as normas do MEC para a EPT: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-epi/formacao-inicial-e-continuada-ou-qualificacao-profissional>

no qual objetiva-se que a oferta de cursos que adotem a modalidade a distância, no todo ou em parte, ocorra de forma orgânica na instituição, utilizando tanto o financiamento quanto a estrutura de pessoal próprias.

Destaca-se que até recentemente a oferta de cursos na modalidade a distância no IFB ocorreu, majoritariamente, por intermédio de fomento de programas de governo, a exemplo da Escola Técnica Aberta do Brasil⁶ (e-Tec Brasil). Esses programas também foram um estímulo à institucionalização da modalidade às instituições parceiras e é justamente nesse sentido que a institucionalização será abordada como um processo.

Entretanto, tratar do desenvolvimento de cursos na modalidade a distância por meio de oferta própria implica a abordagem de muitos elementos, dentre eles destaca-se a formação dos profissionais envolvidos nas áreas pedagógica, administrativa, gestão escolar e tecnológica; a previsão e planejamento nos documentos institucionais; a infraestrutura adequada com estrutura tecnológica apropriada contando com ambientes virtuais de aprendizagem próprios; a regulamentação interna por meio de normativos próprios. Os elementos aqui indicados não esgotam os aspectos a serem considerados na implementação de uma oferta própria e, pela natureza deste trabalho, optou-se por tratar da formação dos profissionais para a elaboração/ revisão dos PPC dos cursos técnicos que venham a adotar a carga horária a distância.

Neste trabalho interessa-nos contribuir com o processo de institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Brasília. Porém, a institucionalização envolve uma série de fatores que, em função da natureza desta pesquisa, não poderão ser tratados. Assim, destacou-se a imprescindibilidade de observância dos requisitos normativos para implementação da carga horária a distância em cursos técnicos presenciais, fato esse que envolve a formação dos servidores que atuam na elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso.

Como o Instituto Federal de Brasília, por sua natureza legal, atende tanto a educação básica, no âmbito da educação profissional, quanto a educação superior e os normativos legais da educação a distância são distintos para esses dois níveis da

⁶ Foi instituída pelo Decreto 6.301/2007 e substituída pela Rede e-Tec pelo [Decreto nº 7.589/2011](#). Sua finalidade é desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade da educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País (SILVA *et. al*, 2020).

educação, fez-se o recorte da qualificação para a institucionalização na educação básica por meio dos cursos técnicos.

Nesse sentido, apresenta-se como problema de pesquisa: quais os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso?

O Instituto Federal de Brasília (IFB), integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi criado em 2008, conta com uma estrutura de dez *campi* distribuídos em regiões administrativas do Distrito Federal e colabora com a formação profissional e tecnológica das comunidades locais a partir de um processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiares regionais (Brasil, 2008).

O IFB tem como missão

oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e justiça social (Brasília, 2021, p.36).

Consonante a essa missão, os cursos ofertados pelo IFB na modalidade a distância inserem-se no contexto de uma formação inovadora e cidadã, consciente, que considera os contextos socioculturais dos estudantes e os arranjos locais. Essa modalidade, mediada por tecnologias digitais, vem crescendo significativamente, pois a instituição vem criando oportunidades por meio de sua institucionalização.

Esse movimento é coerente a uma formação integral que busca superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual por meio da formação de um sujeito crítico e consciente de sua realidade, com condições de participação na sociedade como sujeito histórico-cultural (Freire, 2011).

É nesse sentido que contemplar a carga horária de EaD nos projetos dos cursos presenciais é uma ação de institucionalização que, inclusive, promove a superação de uma dicotomia entre as modalidades presenciais e a distância.

A título de exemplificação, no IFB⁷ são ofertados vinte e dois cursos técnicos subsequentes presenciais. Fez-se uma análise dos Projetos Pedagógico/Planos de Cursos Técnicos Subsequentes Presenciais ofertados, com o objetivo de identificar a

⁷ Pesquisa realizada a partir dos documentos dos cursos publicados no portal do IFB, em junho/2021. Informação disponível em: <https://www.ifb.edu.br/>

definição e previsão da carga horária a distância e sua adequação aos aspectos legais e aos fundamentos educativo-pedagógicos preconizados pelo IFB. A Tabela 1 sintetiza dos resultados desse levantamento.

Tabela 1 – Quantitativo de cursos técnicos subsequentes presenciais do IFB em relação à carga horária de educação a distância.

	<i>Campi</i>										
	<i>Campus Brasília</i>	<i>Campus Ceilândia</i>	<i>Campus Estrutural</i>	<i>Campus Gama</i>	<i>Campus Planaltina</i>	<i>Campus Recanto das Emas</i>	<i>Campus Riacho Fundo</i>	<i>Samambaia</i>	<i>Campus São Sebastião</i>	<i>Taguatinga</i>	<i>Total</i>
Cursos em oferta no IFB	4	2	1	1	2	1	2	3	3	3	22
Cursos com previsão de carga horária EaD	3	2	1	1	1	1	2	0	3	0	14
Cursos com definição de disciplinas com carga horária EaD	1	2	1	1	-	-	-	-	3	-	8
Cursos com descrição genérica da carga horária EaD	2	-	-	-	1	1	2	-	-	-	6
Cursos com previsão de uso de AVA	2	2	-	-	-	-	-	-	2	-	6
Cursos sem previsão de uso de AVA	1	-	1	1	1	1	2	-	1	-	8

Fonte: Elaborado pela autora⁸

Dos 22 cursos técnicos subsequentes presenciais em oferta no IFB, 14 já apresentam a previsão de uso de carga horária a distância em seus PPC. Destaca-se que os demais cursos têm PPC elaborados entre 2009 e 2014 e não passaram por reformulação. Dos 14 PPC que possuem previsão de carga horária a distância, observa-se que oito definem como deve ser trabalhada a carga horária EaD nas disciplinas e seis apresentam a previsão de carga horária EaD, mas não detalham como deve ser trabalhada.

⁸ Coleta de dados realizada em junho/2021 a partir dos projetos disponíveis no site do IFB.

Em relação a previsão de utilização de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), dos 14 PPC que possuem previsão de carga horária a distância, seis indicam, de forma expressa, o uso desses ambientes. Além disso, de forma geral, os PPC atribuem a definição das metodologias, inclusive da carga horária a distância, aos Planos de Ensino das disciplinas. Portanto, a partir dessa análise, observa-se que nem todos os PPC dos cursos técnicos subsequentes presenciais atendem aos pressupostos legais de implementação da carga horária a distância.

Essa realidade remete-nos a necessidade de buscar entender quais seriam os conhecimentos necessários aos profissionais envolvidos no processo de elaboração dos PPC para implementação dessa carga horária a distância nos currículos dos cursos técnicos presenciais do IFB.

Nesse sentido, esta pesquisa aponta como objetivo geral analisar os processos de implementação da carga horária a distância em cursos técnicos presenciais visando a formação dos profissionais envolvidos na elaboração de projetos pedagógicos. Partindo desse pressuposto, o percurso da pesquisa busca alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, no âmbito do PPC, como se dá a implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB;
- Identificar os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso;
- Analisar as percepções dos profissionais envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos de curso quanto a utilização de TDIC na carga horária a distância dos cursos técnicos presenciais;
- Mapear os conhecimentos necessários aos profissionais para implementação da carga horária de EaD nos cursos técnicos presenciais;
- Elaborar curso para profissionais da educação voltado à implementação da carga horária a distância nos currículos dos cursos técnicos presenciais, conforme as diretrizes legais e do IFB.

Com essa abordagem, pretende-se não apenas investigar e compreender os aspectos práticos e normativos da EaD nos cursos técnicos presenciais, mas também contribuir ativamente para o desenvolvimento de competências e recursos que fortaleçam a implementação eficiente dessa modalidade educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A introdução das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no campo educacional e a pressão da sociedade pela expansão de vagas nas escolas permitiram que a educação a distância se projetasse como uma alternativa capaz de repensar os processos educativos. Os avanços tecnológicos e as possibilidades oferecidas pela internet colocam a EaD em uma situação favorável para a democratização da educação no país, somada a importância de novas metodologias organizadoras do processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, amplia-se as possibilidades de oferta da EaD tornando-a cada vez mais consolidada e presente nas instituições de ensino e, com vistas a ser integrada à educação presencial.

Nesse contexto, destaca-se a oferta de cursos técnicos, inseridos no contexto da educação profissional e tecnológica, a qual possui bases conceituais a serem consideradas na modalidade EaD, tais como a formação humana integral, politécnica e omnilateral, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

2.1 A educação profissional e tecnológica: bases conceituais

A educação profissional e tecnológica tem suas bases numa concepção de formação humana integral que busca superar a dualidade entre a formação específica e a formação geral e que almeja deslocar “o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia” (Brasil, 2007, p. 6).

Como mencionado, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram instituídos pela Lei nº 11.892/2008 como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Educação Profissional e Tecnológica ofertada por essa Rede tem a finalidade primordial de "preparar cidadãos e cidadãs para o exercício de profissões de modo a garantir sua inserção, sua atuação e o seu permanente desenvolvimento no mundo do e na vida em sociedade" (Pereira, 2020). Para tanto, colocam-se como pilares fundamentais: a formação humana integral, omnilateral e politécnica, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Apoiando-se no trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico ocorre a integração indissociável entre educação, trabalho, ciência e tecnologia nos vários campos do conhecimento, além do domínio dos fundamentos científicos e das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo. Equivale também dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la por meio da práxis educativa. Para Vazquez (1968) a compreensão de práxis pode ser entendida como a atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade, ou seja, ela ocorre na medida em que a teoria orienta a atividade humana e essa teoria é uma ação consciente do indivíduo.

2.1.1 A Formação humana integral, politécnica e omnilateral

A educação profissional e tecnológica tem suas bases na concepção da formação humana integral do sujeito. Trata-se de uma proposta educacional que supera a formação do indivíduo para o mercado de trabalho e que representa “uma formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos” (Ramos, 2014, p. 84). Dessa forma, espera-se que a formação humana integral, omnilateral e politécnica alinhem-se na busca pela superação da dicotomia a qual os sujeitos estão submetidos pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e as ações de planejamento e gerenciamento.

Ciavatta (2014) entende que os termos educação para a formação humana omnilateral, politécnica e integral, apesar de não serem sinônimos pertencem ao mesmo universo de ações educativas quando se fala em educação profissional e que essa formação está baseada na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, abordando tanto a formação geral como formação específica da EPT.

A omnilateralidade, a partir dos pressupostos marxianos, constitui-se como o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (Manacorda, 2010, p. 94). Trata-se de uma formação efetivamente contrária a qualquer lógica fragmentária e instrumentalizadora do ser humano incompatível com

uma sociedade baseada no modo de produção capitalista. Desse modo, o processo formativo baseado no princípio da omnilateralidade fundamenta a formação do ser humano integral que se torna rico não por seus bens, mas pela apropriação total de seu próprio ser, desenvolvido socialmente pelo cultivo de suas possibilidades para a sua total realização (Pereira, 2021).

Por sua vez, a politecnia, conforme Saviani (2003), consiste no domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Ela supõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual. Ela trata da pluralidade de saberes necessária ao domínio do trabalho e exige uma formação diversificada, ampla, que permita desenvolver o ser humano integral, capaz de atuar satisfatoriamente em múltiplas situações e necessidades. É a partir da politecnia que se supera a lógica da especialização exclusivista que reduz o indivíduo a apenas uma atividade e o aliena de suas possibilidades de realização humana.

A formação integral, enquanto outra dimensão da ação educativa profissional e tecnológica, remonta sua origem na educação socialista preservando a ideia da formação em “todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional” (Ciavatta, 2014, p. 191). Nesse modelo de formação o homem integrado é sujeito de suas ações, isto é o que o difere do animal, um ser de acomodação e ajustamento. O homem em suas relações com a realidade vai se humanizando, se transformando, sendo capaz de deixar de renunciar a sua capacidade de decidir que é marcada pela transição do homem para a humanização. A consciência de sua existência e seu papel na sociedade se dá pela educação (Saviani, 2007).

Freire (2011) corrobora a ideia de que o processo de humanização do homem que deve ocorrer por meio da educação ao afirmar que:

E esta passagem, absolutamente indispensável à humanização do homem brasileiro, não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força. Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. (Freire, 2011, p.57).

Paulo Freire entende que o homem não apenas está no mundo, mas com o

mundo e estar com o mundo resulta na sua abertura à realidade com conseqüente transformação. Ainda no pensamento do autor, o homem existe no tempo, que é diferente de viver no tempo, pois existir ultrapassa viver que é mais do que estar no mundo, é estar com ele.

Assim, omnilateralidade, politecnicidade e formação integral formam um tripé que sustenta a educação profissional e tecnológica e, conseqüentemente, deve nortear as ações, práticas e metodologias da modalidade de educação a distância que se propõem a desenvolver formações para a ETP.

2.1.2 O trabalho como princípio educativo

De acordo com Saviani (2007) trabalho e educação são atividades especificamente humanas, ou seja, apenas o ser humano trabalha e educa, o que é definido pela sua capacidade de racionalização. Por sua vez a racionalidade faz com que o homem não só se adapte à natureza, mas a transforme, adequando-a às suas necessidades, premissa que define o Trabalho.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (Saviani, 2007, p.154).

A forma pelo qual o ser humano aprendia o ofício trabalhando retrata o trabalho nas comunidades primitivas e, nessas condições, a educação identificava-se com a vida. Entretanto, a divisão da sociedade em classes afetou o processo educacional, resultando numa divisão da educação – uma centralizada nas atividades intelectuais que deu origem à escola e a outra relacionada ao próprio processo do trabalho. Essa divisão efetivou-se na separação entre educação e trabalho, na qual a educação científica é destinada a classe dominante e, para a classe dominada, incidia sobre os processos de trabalho.

A relação trabalho-escola passa a ser vista sob nova perspectiva com o surgimento do modo de produção capitalista e reforçado com o advento da Revolução

Industrial. A introdução da maquinaria estabelece um patamar mínimo de qualificação. E, uma vez preenchido este requisito, os trabalhadores estariam em condições de operar as máquinas sem maiores dificuldades. (Saviani, 2007). De modo que a educação passa a atender o capital a partir da separação dualista com escolas profissionais para os trabalhadores e escolas de ciências e humanidades para os futuros dirigentes, políticos e intelectuais.

Uma educação simplesmente adequada às demandas da divisão do trabalho capitalista confirma a alienação, pois difunde entre os seres humanos uma consciência social parcelarizada, que aceita a divisão entre concepção e execução, entre trabalho intelectual e braçal, e reduz o trabalhador às características de sua ocupação funcional, impedindo-o de realizar todas as potencialidades humanas (Praxedes, 2010, p.52).

Para Manacorda (1964, *apud* Saviani, 2007), o caminho da humanidade movendo-se da natureza humana originária caracteriza-se por múltiplas ocupações, desde a formação de uma capacidade produtiva e chega à conquista de uma capacidade omnilateral, baseada agora numa divisão do trabalho voluntária e consciente em que nas ocupações produtivas a ciência e o trabalho coincidem.

A formação para o trabalho é condição essencial para compreender a concepção de homem a partir da omnilateralidade. Dotar o sujeito de condições para conhecer a realidade e transformá-la deveria ser o papel primordial da formação profissional, sendo um passo para superar a instrumentalização e o conhecimento da técnica pela técnica. O ideário brasileiro acerca da educação profissional é permeado de representações negativas que colocam o ensino técnico à margem do sistema educacional como um todo (Medeiros, 2019, p.75).

É nesse contexto que avança no Brasil a concepção contra-hemogênica, sob o ponto de vista teórico e ético-político que visa garantir uma base unitária para todos, por meio do ensino médio integrado e que tem o trabalho como um princípio educativo (Moura, 2013).

Para a concepção contra-hegemônica, o trabalho é um princípio educativo, no sentido de proporcionar aos sujeitos formação integral. Essa formação integral significa elevar os sujeitos da condição de executores à de dirigentes, ou seja, num processo de integração entre as funções manuais, técnicas e de direção ou intelectuais. (Dal Ri; Vieitez, 2009, p. 301).

O trabalho como princípio educativo é um dos pilares da educação ofertada na Rede Federal. Nessa esteira, um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana e apoiado no trabalho como princípio educativo não se traduz

meramente em ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas sim superar a dicotomia existente entre trabalho manual e intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, visando a formação de trabalhadores capazes de atuar também como dirigentes e cidadãos.

Compreender a relação indissociável entre o trabalho como princípio educativo, a ciência, a tecnologia e a cultura, significa entender que não se trata de uma formação para o exercício do trabalho. O trabalho como princípio educativo significa entender que o ser humano é produtor de sua realidade e dela se apropria e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade.

Como fundamento epistemológico, filosófico e pedagógico para a oferta de uma Educação Profissional e Tecnológica, reside a valorização do sujeito e a promoção de uma formação que vise uma atuação protagonista diante da vida e da sociedade, a partir de uma educação “crítica, reflexiva e voltada para responsabilidade social” (Pacheco; Pereira; Sobrinho, p. 82).

No cenário em que as tecnologias estão inseridas nas diferentes esferas da vida social, tais como o trabalho, o lazer e a comunicação, o campo da educação não deve ser diferente. Belloni (2005) defende a necessidade de um novo modo de acesso à educação que compreenda a integração entre as inovações pedagógicas e tecnológicas a fim de contemplar a formação dessa sociedade contemporânea e globalizada.

Para Belloni (2005) a formação que contemple uma integração das tecnologias com a educação atende a uma demanda do mundo do trabalho e baseia-se em uma concepção ideal, voltada também às demandas do indivíduo emancipado. Esse indivíduo deve ser capaz de inserir-se no mundo do trabalho não porque foi treinado para isto, mas "justamente porque é emancipado e, portanto, capaz de agir politicamente, ou seja, como cidadão e profissional, capaz de agir de modo competente em situações novas e complexas" (Belloni, 2005, p. 189).

2.1.3 A pesquisa como princípio pedagógico

Silva e Fiori (2021) afirmam que a pesquisa como princípio pedagógico visa instigar o estudante por meio da curiosidade em direção ao mundo que o cerca; visa

gerar uma inquietação que fomenta no estudante o protagonismo na busca de informações e saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos.

[...] ela favorece a autonomia intelectual e o trabalho colaborativo, ao tempo que orienta o sujeito da aprendizagem a formular as próprias questões investigativas, a selecionar informações em fontes confiáveis, organizar e interpretar dados e socializar o conhecimento produzido (Silva; Fiori, 2021, p. 169).

Nesse sentido, a pesquisa como princípio pedagógico está diretamente relacionada ao trabalho como princípio educativo e se complementam como pilares da Educação Profissional e Tecnológica. A ciência, entendida como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade, se expressa na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade. A pesquisa contribui para uma percepção emancipatória do sujeito à medida que se reconstitui a partir do questionamento sistemático da realidade.

Demo (2021, p.9) afirma que só é possível sair da condição de objeto (massa de manobra) ao “formar consciência crítica desta situação e contestá-la com iniciativa própria, fazendo deste questionamento o caminho de mudança”. É justamente nesse sentido que Ramos (2014) conclui que a pesquisa como princípio pedagógico envolve a construção das capacidades necessárias para aprender ao longo da vida. A partir da pesquisa, o sujeito se torna capaz de interpretar informações, analisar situações, refletir sobre a realidade, refutar ideias contraditórias e propor alternativas aos problemas e melhorar as condições da vida coletiva.

É nesse contexto que a formação humana integral defendida pela Educação Profissional e Tecnológica defende a superação de um ser humano subdividido historicamente pela divisão social do trabalho - entre as ações de executar e as de dirigir – e a integração de todas as dimensões da vida no processo educativo.

A educação a distância tem muito a colaborar com a formação profissional a partir dessas bases. Belloni (2005) defende que a integração das tecnologias nos processos educacionais, intrinsecamente presentes nos pressupostos da educação a distância podem ser um meio para democratizar o acesso a uma verdadeira formação emancipatória. A autora alerta que não podemos perder de vista que "a razão principal do uso educativo de um meio técnico é o fato de que ele já é um 'fato' social, isto é, já existe e tem uma função na sociedade" (Belloni, 2005, p. 194).

No contexto deste trabalho, a EaD é uma possibilidade de oferta de ensino e

formação profissional, tendo a pesquisa como um fundamento da educação, sem perder de vista que as técnicas devem ser consideradas como meios e não como conteúdos em si. Elas, as técnicas, devem ser vistas como instrumentos que proporcionem a integração em sua dupla dimensão - objetos de estudos e de ferramentas pedagógicas, mostrando-se uma oportunidade de formação do usuário crítico, competente e criativo.

Para tanto, defende-se uma EaD institucionalizada, introduzida nas ações rotineiras da comunidade escolar e que se consolida a partir da pesquisa como princípio pedagógico. Desse modo, a institucionalização da educação a distância no IFB, abordada neste trabalho, surge como processo de integrar a perspectiva da disseminação das tecnologias abarcadas nas diferentes esferas da vida social - a comunicação, o lazer e o trabalho. Avalia-se que a educação deve inserir criticamente as tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem tendo como referência: as bases conceituais da educação profissional e tecnológica, o papel das TDIC na EPT; o ambiente virtual de aprendizagem; a organização do trabalho pedagógico e a qualificação dos profissionais.

2.2 A institucionalização da educação a distância

Belloni (2005) aponta as macrotendências mundiais com a convergência dos paradigmas presenciais e a distância a partir da utilização dos novos artefatos que os avanços tecnológicos colocam à disposição da sociedade nas diferentes esferas da vida social, como a comunicação, o lazer e o trabalho. Para a autora, as sinergias positivas entre estas duas modalidades de ensino resultam na melhoria do ensino com os aportes inovadores vindos da EaD.

No Brasil, as políticas de expansão da EaD têm papel de destaque na ampliação da oferta dessa modalidade nos últimos anos. A regulamentação mais recente remete ao Decreto nº 9.057/2017, que considera a educação a distância como uma modalidade educacional na qual a mediação pedagógica dos processos de ensino aprendizagem ocorre com utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis e o desenvolvimento de atividades educativas por estudantes e profissionais da educação em lugares e tempos diversos.

Nesse movimento de democratização da educação por meio da EaD, os programas de governo tiveram grande contribuição, pois promoveram a ampliação e acesso aos cursos públicos e gratuitos. Destaca-se dois programas como exemplo: a Universidade Aberta do Brasil (UAB), iniciado em 2005, com foco na formação de professores; e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), instituída como Rede e-Tec Brasil, em 2007, com ênfase na oferta de educação profissional e tecnológica.

Esses programas contaram com repasse de recursos financeiros às instituições de ensino voltados a subsidiar despesas e recursos humanos especializados para a criação de projetos pedagógicos em EaD, desenvolvimento de conteúdos educacionais e estruturação e gestão de plataformas digitais. Entretanto, por tratar-se de programas vinculados a políticas de governo, e não de Estado, há previsão de certas instabilidades características de programas dessa natureza. Instabilidades essas marcadas por crises econômicas e/ou políticas que fragilizam ou mesmo inviabilizam a continuidade das ofertas.

Esse cenário de incertezas levou as instituições de ensino a repensar a oferta de cursos em EaD e a discutir o processo de institucionalização da modalidade a partir de recursos próprios como saída para manutenção de uma oferta sistemática de cursos (Silva; Accorsi, 2018). A discussão sobre a institucionalização se intensificou e se propagou nas instituições que se atentaram à necessidade de continuar a oferta de cursos a distância e dar apoio aos cursos presenciais com o uso de tecnologias. Bicalho e Medeiros (2018) afirmam que o fomento externo foi necessário para colocar a EaD no cenário das políticas educacionais e que o modelo de sustentação financeira com aporte de fomentos externos à instituição de ensino foi fundamental na expansão da oferta de cursos a distância nas instituições públicas. Para as autoras, apesar do desenvolvimento significativo da EaD nos últimos anos, nota-se que seus processos e práticas não foram legitimados em algumas Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, justamente pela necessidade processual de empreendimentos constantes de esforços próprios, com recursos humanos e financeiros internos.

Battestin e Zamberlan (2019, p.67) apontam que o papel dos programas de fomento serviu ao seu propósito inicial de "fomentar para, posteriormente, institucionalizar a EaD". Isso significa que a institucionalização da EaD vai além da difusão de programas governamentais (Lobo, 2013). A institucionalização é um processo progressivo e contínuo, caracterizado por níveis de institucionalização ao

invés de um fenômeno de ocorrência binária (Ferreira; Carneiro, 2015).

Moran (2011) destaca que um dos maiores desafios é tornar os processos da EaD institucionalmente orgânicos, tal como os cursos presenciais. A estrutura da EaD adquiriu ao longo dos tempos uma “falsa” autonomia que, por vezes, ocasiona a falta de pertencimento institucional, muito impulsionada pela oferta de cursos ofertados com apoio de programas de governo com fomentos externos, citados anteriormente.

Na tentativa de resolver esse desafio apontado por Moran (2011), Battestin *et. al* (2019) defende que as instituições mantenham ações em EaD mesmo sem recursos externos, ou seja, contando com recursos próprios, da matriz orçamentária, em uma perspectiva de educação híbrida com processos de EaD cada vez mais embutidos e indissociáveis do presencial.

Medeiros (2019) afirma que uma EaD própria significa, antes de tudo, uma EaD financiada com recursos da própria instituição, independente de fomento dos programas governamentais, gerando maior engajamento e sensação de pertencimento institucional.

A ideia do curso próprio transmite o significado da propriedade, daquilo que se tem sob o domínio de determinado sujeito, autônomo de suas ações, justamente pelo fato de possuir algo. Ao refletir sobre a categoria da propriedade dentro do contexto da EaD, os cursos próprios simbolizam essa dimensão da autonomia, principalmente no planejamento da oferta e do desenvolvimento do curso (Medeiros, 2019, p. 174).

Como locus dessa pesquisa, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFB apresenta dentre as políticas de ensino a serem observadas para o alcance das metas institucionais a política para a educação a distância. Para o quinquênio, a perspectiva é de “expandir a institucionalização na modalidade com oferta de cursos em EaD própria, isto é, inserida na cultura organizacional, sendo as atividades realizadas pelos próprios servidores do quadro” (Brasília, 2021, p. 85).

Nesse contexto, o IFB apresenta o Projeto de Institucionalização (PROIN), o qual reflete que a institucionalização pressupõe incorporação das ações em âmbito organizacional, num movimento de mudança cultural e emancipação que responda às novas exigências e expectativas sociais. Destaca-se, conforme o Projeto que

[...] a institucionalização da EaD prevê a integração entre as políticas de desenvolvimento da instituição assim como a disseminação das potencialidades da EaD também para o ensino presencial e a possibilidade de integração entre elas. A integração da expertise dos servidores dos diversos *campi* - já observadas na modalidade presencial - poderá se estender também para cursos na modalidade a

distância. É esse o sentido de institucionalização que estamos buscando implementar a partir deste projeto: integrar a modalidade a distância às aquelas estruturas já instituídas no IFB (presencial) (Brasília, 2019, p.11).

O Projeto de Institucionalização do IFB está baseado nas dimensões de institucionalização propostas por Ferreira e Carneiro (2015). Esses autores realizaram uma revisão de literatura com o objetivo de modelar, categorizar e discutir o nível e os processos de institucionalização da EaD em Instituições Públicas de Ensino Superior, entendidas, neste trabalho, como passíveis de aplicação no IFB.

A partir dessa revisão, cinco dimensões foram propostas por Ferreira e Carneiro (2015): planejamento, organização/estrutura, estrutura pedagógica e tecnológica, pessoal e suporte ao aluno. O Quadro 1 apresenta cada uma dessas dimensões.

Quadro 1 - Dimensões da institucionalização da EaD

Dimensão	Descrição
Planejamento	Inclusão da EaD no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estabelecendo diretrizes internas para a sua inserção em cursos e programas educacionais. Normatizações internas da IES que resguardam a viabilidade pedagógica, técnica e tecnológica da EaD. Instituição de um processo de avaliação garantindo políticas institucionais, da permanente representatividade nos conselhos escolares e condições financeiro-orçamentárias. Regulamentação do trabalho docente em cursos a distância de forma equitativa a modalidade presencial.
Organização	Criação de área ou setor responsável pelas articulações e acompanhamento das ações. Integração de diferentes sistemas acadêmicos com mídias e plataformas, objetivando unificar os procedimentos. No campo pedagógico, promover a integração entre as diferentes mídias e funcionalidades, reforçando a interação dos atores educacionais.
Infraestrutura	Arquitetura física apropriada, com acessibilidade, estrutura tecnológica (internet, servidores, plataforma etc.). Aperfeiçoamento constante dos materiais didáticos e plataformas de aprendizagem.
Docentes e do corpo técnico	Contratação de profissionais especializados na elaboração e produção de materiais didáticos, suporte e desenvolvimento de aplicações digitais. Formação contínua em EaD. Apoio logístico administrativo com dedicação integral a EaD.
Suporte	Serviços de apoio ao estudante. Participação dos estudantes nas políticas institucionais de permanência e êxito no acesso aos suportes acadêmicos.

Fonte: Adaptado de Bicalho e Medeiros (2018, p. 7).

Cientes da importância de todas as dimensões tratadas por Bicalho e Medeiros (2018) optou-se, nesta pesquisa, por abordar as questões relativas à organização, dimensão intrinsecamente relacionada à organização dos Projetos Pedagógicos de cursos presenciais com carga horária a distância; e a dimensão docente e corpo técnico, no que diz respeito à formação dos profissionais da educação responsáveis pelo PPC, com ênfase de formação para elaboração de projetos de cursos presenciais com carga horária a distância.

Para Silva e Accorsi (2018) a qualificação dos profissionais visa conscientizar que professores não façam uso da EaD como opção para momentos em que não se podem fazer presentes, mas sim, que haja um engajamento pedagógico no currículo, pois institucionalizar a EaD não é um processo simples, uma vez que “o campo da educação é extremamente complexo e altamente resistente à mudança” (Belloni, 2021, p. 10).

2.2.1 As tecnologias digitais da informação e comunicação e os usos do Ambiente virtual de aprendizagem

Nos últimos anos, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, também conhecidas como TDIC, vêm provocando mudanças substanciais na sociedade, justamente pelo potencial de alterar a forma como as pessoas interagem, trabalham, estudam e se divertem. No contexto educacional, a integração dessas tecnologias vem desafiando as instituições, visto que as consequências dos usos revolucionários das tecnologias exigem alterações profundas nos processos educacionais e nas teorias pedagógicas (Maia; Mattar, 2008, p. 19).

As TDIC oferecem diversas vantagens quando bem integradas ao contexto educacional, favorecendo melhores experiências ao processo de ensino e aprendizagem como: facilidade no acesso às informações e recursos educacionais *online*, ampliação das oportunidades de aprendizagem para além do currículo tradicional e limites físicos da escola; personalização do processo de ensino e aprendizagem; flexibilidade espaço-temporal para a realização das atividades; interação e colaboração entre pessoas dispersas geograficamente; estudos e aprendizagem no próprio ritmo e estilo a partir da integração de mídias.

O potencial dessas tecnologias reside no caráter de integrar um conjunto de diferentes mídias que se utilizam do processamento de dados armazenados, tais como computadores e celulares interligados a redes de internet, o que possibilita uma comunicação instantânea entre pessoas e máquinas, além de uma produção e difusão cada vez mais veloz de informações. De acordo com Schuartz e Sarmiento (2020), as TDIC são artefatos que instigam a cooperação e parceria na produção do conhecimento e podem contribuir para processos educativos que superem os limites entre o físico e o virtual.

Os usos das TDIC no ambiente escolar têm relação direta com as potencialidades que essas tecnologias abrem para que os processos de ensino-aprendizagem sejam revistos, incrementados e transformados. Em função das vantagens mencionadas, emerge a necessidade de novos modelos educacionais que possam responder às constantes mudanças, características da sociedade da informação, além de aprimorar métodos e metodologias para a construção de uma educação de qualidade mais próxima à vivência real dos estudantes. Idealmente, as TDIC devem ser incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, apoiando os professores na implementação de metodologias de ensino, alinhando o processo de ensino e aprendizagem à realidade dos estudantes com objetivo de despertar maior interesse e engajamento discente.

Ademais, a integração dessas tecnologias deve buscar desenvolver competências sociais, intelectuais, profissionais, pensamento crítico e autonomia para enfrentar e resolver problemas que surgem a partir dos usos dessas mesmas tecnologias. Scorsolini-Comin (2014) argumenta que quando falamos em TDIC não estamos, necessariamente, abordando a questão da qualidade do ensino, uma vez que o uso dessas tecnologias deve ser compreendido de modo crítico e não como uma estratégia de mercantilização da educação.

Nessa toada, ainda cabe a discussão de que as tecnologias podem representar um potencial de exclusão social para os indivíduos que se mantêm à margem da formação de competências necessárias para a inserção nesta sociedade em constantes mudanças. Isso ficou bastante evidente durante a pandemia de Covid-19 em que muitos estudantes sentiram dificuldades de acompanhar as atividades remotas por não possuir as condições, equipamentos e recursos necessários (Bicalho, 2022).

Silva (2006) afirma que as tecnologias devem ser consideradas não por elas mesmas, de forma isolada, mas compreendidas como meio para atingir determinado fim. Assim, a tecnologia por si só não garante melhorias ao conjunto da sociedade, tampouco, a edificação de uma sociedade democrática, inclusiva, menos ainda, garante a construção de uma escola de direito comprometida com a vida e com a emancipação de homens e mulheres (Silva, 2006).

Entre as tecnologias possíveis de serem empregadas no contexto educacional, destacam-se os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Estes são usados por analogia à sala de aula física, visto oferecer condição para que os estudantes acompanhem o curso e desenvolvam as atividades de forma organizada e orientada. Esses ambientes fazem uso das TDIC que, para Scorsolini-Comin (2014), são ferramentas versáteis presentes em diversos contextos que ultrapassam as possibilidades das tecnologias analógicas.

Integrar ambientes virtuais de aprendizagem, entre outras tecnologias digitais é importante como elemento constitutivo de um processo de institucionalização da educação a distância. Essa integração deve estar nos Projetos Pedagógicos de Curso nos moldes dos normativos vigentes e dos preceitos educativo-pedagógicos:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (Brasil, 2018, p. 9)

O Decreto nº 9.057/2017, marco regulatório da EaD no Brasil, preconiza que na educação a distância a mediação didático-pedagógica deve ocorrer com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação. Nesse sentido, os processos de ensino e aprendizagem são realizados nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, ferramentas de suporte voltadas à disponibilização de conteúdos educacionais, realização de atividades, interação e monitoramento dos participantes (Brasil, 2017, Art. 1º).

Nesse sentido, especificamente, o IFB apresenta um AVA institucional, personalizado com a marca e as demandas da instituição e voltado a construir uma identidade da EaD que contribuía para o sentimento de pertencimento do estudante.

O AVA institucional foi denominado como NEAD⁹, o Moodle customizado conforme as demandas da comunidade interna, tanto corpo docente quanto discente.

O termo Moodle significa *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*. É um *software* livre, disponível em diversos idiomas, dentre eles português, amplamente utilizado pelas instituições para a mediação dos processos de aprendizagem de cursos a distância, cursos semipresenciais e como apoio aos cursos presenciais. O Moodle foi criado em 2001 pelo educador e cientista computacional australiano Martin Dougiamas, contudo, é desenvolvido de modo colaborativo por uma comunidade virtual que reúne programadores e desenvolvedores de *software* livre, administradores de sistemas, professores, designers instrucionais e usuários de todo o mundo. Desde então, o Moodle vem se aperfeiçoando e atualizando suas estratégias pedagógicas.

No IFB, o NEAD foi estabelecido como requisito para o uso da modalidade EaD por meio da Resolução IFB 32/2019, a saber:

A oferta de cursos a distância ou semipresenciais demandam, necessariamente, o suporte tecnológico e pedagógico apropriados com uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem institucionalizado como principal mídia, podendo ser complementado por outros recursos tecnológicos com o fim de promover atividades educacionais e acadêmicas (Brasília, 2019, Art. 19).

O emprego do AVA é considerado fundamental para o processo de institucionalização em consonância com os normativos legais¹⁰. Desse modo, implicam na necessidade de um planejamento de integração pedagógica no qual as tecnologias educacionais, incluindo o AVA, são os meios de cumprimento dos objetivos pedagógicos. Requer planejamento, capacitação de professores e uma abordagem pedagógica adequada. Quando bem integradas ao ensino, as tecnologias digitais podem potencializar o aprendizado e melhorar a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Essa importância justifica-se pela possibilidade de os AVA ajudarem a diminuir a distância transacional – que considera a distância educacional não do ponto de vista físico, mas do ponto de vista comunicativo - nas interações entre alunos, conteúdos e

⁹ Inicialmente a estrutura organizacional do IFB foi constituída por núcleos voltados ao desenvolvimento das atividades comuns na instituição. Um deles, foi o Núcleo de Educação a Distância que acabou sendo o nome dado ao Moodle do IFB.

¹⁰ Lei nº 9.394/ 1996 e Decreto 9.057/ 2017

professores nos cursos presenciais quando usadas, adequadamente, como instâncias mediadoras do processo educativo (Moore, 2002). Desse modo, o AVA, bem como outras TDIC, apenas complementam o trabalho pedagógico, são meios com potencial inovador capazes de contribuir para o enriquecimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem, seja na EaD ou em qualquer outra modalidade de educação (Belloni, 2005).

Em síntese, o AVA, enquanto uma tecnologia digital, tem o potencial de favorecer os processos de ensino e aprendizagem, proporcionando uma abordagem mais flexível, interativa e personalizada. No entanto, para que seja efetivo, é necessário superar os desafios de construir uma proposta pedagógica alinhada, cuidando da qualidade dos conteúdos acessíveis para a EaD. Não é à toa que a legislação que rege a EaD coloca a plataforma como elemento essencial, foco de avaliação institucional. Portanto, para além de seu uso como “sala de aula” por analogia ao ensino presencial, é fundamental planejá-lo e organizá-lo dentro de uma proposta pedagógica coerente, devidamente considerada nos PPC, próximo item de desdobramento deste trabalho.

2.2.2 Os projetos pedagógicos de curso

Fundamentados em Marx (1980, p. 20) pode-se afirmar que projetar é materializar algo que “já existia na imaginação do trabalhador”, sendo característico dos seres humanos. Infere-se, assim, que um Projeto Pedagógico de Curso ou Plano de Curso reflete os sonhos e desejos de um grupo, a partir das bases conceituais e normativas institucionais e legais.

Os Projetos Pedagógicos de Curso ou Planos de Curso (PPC) são documentos formais nos quais constam a concepção de ensino, a estrutura do curso, seu currículo, perfil do corpo docente e técnico, procedimentos de avaliação, infraestrutura, dentre outros normativos. Ele é o documento norteador de todo o trabalho pedagógico.

Estudos realizados nas décadas de 1960 e 1970 apontam para a existência de três níveis de currículos, a saber: o currículo formal ou prescrito, que se refere ao que é estabelecido pelos sistemas de ensino. Ele é expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdo das áreas ou disciplinas de estudos a partir de diretrizes estabelecidas em parâmetros curriculares nacionais.

Já o currículo real é o que acontece a cada dia na sala de aula com estudantes e professores, em decorrência dos projetos pedagógicos. E o currículo oculto que representa aquilo que não está prescrito, mas é ensinado aos estudantes diariamente advindos do meio social e escolar.

Para Moreira (2011) o currículo é um artefato orientador da ação educativa. Essa ação é complexa, pois perpassa questões que norteiam a relação entre o próprio currículo, o conhecimento e a sociedade. Deve ser norteado por questões que discutem o tipo de homem a ser formado, o tipo de conhecimento a ser ensinado em determinada sociedade.

O PPC, circunscrito no campo do currículo formal, é um documento de planejamento da organização pedagógica dos cursos, que deve ser elaborado coletivamente, pois representa uma

[...] tomada de decisão sistematizada, racionalmente organizada sobre a educação, o educando, o ensino, o educador, as matérias, as disciplinas, os conteúdos, os métodos e técnicas de ensino, a organização administrativa da escola e sobre a comunidade escolar (Larchert, 2010, p.59).

Nesse sentido, o PPC deve estar articulado com outros documentos institucionais de planejamento, tais como o Regimento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI) da Instituição e devem expressar os objetivos, estratégias e ações que serão desenvolvidas na condução do processo pedagógico de um curso.

Pensando na relação entre o PPC (o currículo formal) e o trabalho pedagógico realizado em sala de aula (o currículo real ou em ação) destaca-se que é indispensável que o currículo formal permita considerar os problemas da vida individual, social, política e econômica. Portanto, seja na produção ou no desenvolvimento do currículo, são relevantes os questionamentos acerca do projeto formativo a ser vivenciado, deixando claro, qual o tipo de sociedade se quer construir, qual tipo de sujeito se quer formar e quais conhecimentos são necessários.

Para Alves (2012) em um plano mais genérico e abstrato, qualquer forma de organização do trabalho pedagógico envolve sistematicamente três aspectos:

- a) ela é, sempre, uma 'relação educativa' que coloca, frente a frente, uma 'forma histórica de educador', de um lado, e uma 'forma histórica de educando(s)', de outro;
- b) realiza-se com a 'mediação' de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao

processo de transmissão do conhecimento;
c) e implica um 'espaço físico' com características peculiares, onde ocorre (Alves, 2012, p. 170).

Nesse sentido, o PPC, como o documento formal de planejamento da organização do trabalho pedagógico, alinhado à formação integral do sujeito, que tem como foco tanto o preparo para o mundo do trabalho a partir quanto a formação emancipatória, deve considerar a relação educativa como processo dialógico entre estudante e professor e seu processo de elaboração, além de considerar o contexto social e histórico no qual ele se situa.

Quanto à mediação e ao espaço físico destacam-se os aportes técnicos-pedagógicos e tecnológicos a serem adotados nos cursos e que precisam estar presentes nos PPC dos cursos. Em especial, nos PPC que preveem carga horária a distância deve-se enfatizar como e de que forma a mediação pedagógica está alinhada ao cumprimento dos objetivos educacionais propostos.

Machado e Gentil (2021) compreendem que o trabalho pedagógico envolve o modo de organização que a escola assume no exercício de pensar e desenvolver as relações entre sujeitos e o mundo do trabalho socialmente produzido. Para as autoras, a organização do trabalho pedagógico não deve se dar de forma aleatória e ingênua, ao contrário, deve ser sustentada por um conjunto de princípios filosóficos, políticos e epistemológicos definidores das normas e ações escolares.

Ao pensar a elaboração do currículo de um curso, é imprescindível considerar os saberes e práticas pedagógicas a serem priorizadas, alinhados às demandas sociais e ao modo de organização da escola para o ensino. Ademais, deve nortear a ação dos demais profissionais envolvidos no processo educativo.

Urban, Maia e Scheibel (2008) avaliam que uma escola que tem o objetivo de realizar sua função social deve estimular e desenvolver a cidadania dos seus estudantes em situações em que eles tenham a oportunidade de adquirir valores e conhecimentos para a vida na sociedade contemporânea, promovendo atitudes e habilidades necessárias para que possam vir a participar plena e efetivamente da vida política, econômica e social.

Nessa perspectiva, os projetos pedagógicos dos cursos são instrumentos que devem estar alinhados às perspectivas do mundo contemporâneo, preparando o sujeito estudante para exercer sua cidadania de forma significativa, por meio de uma consciência crítica de sua situação na sociedade, podendo contestá-la e fazendo

deste questionamento o caminho de mudança. A escola precisa trazer para dentro de seus espaços o mundo real, do qual os estudantes e professores fazem parte. Para tanto, o professor, que busca desenvolver práticas pedagógicas competentes e socialmente comprometida, deve ter clareza da função social da escola e do homem que se quer formar.

Uma das dimensões da prática pedagógica está no campo metodológico, em especial quando os projetos de curso apresentam destinação de carga horária a distância, visto que precisam trazer um planejamento metodológico que leve em conta as tecnologias digitais e sua real integração aos processos de ensino e aprendizagem. Embora as tecnologias digitais já façam parte da vida dos estudantes, em seus contextos social, cultural e trabalho, é na integração delas com as ações educativas que o ganho pedagógico ganha potencial de promover o desenvolvimento pessoal e profissional.

No âmbito da EPT, o documento Currículo Referência para o sistema e-Tec Brasil, prevê um sistema integrado na elaboração das Matrizes Curriculares de Referência Nacional, o qual deve ser o norteador para a definição do perfil profissional que equaciona a formação geral e profissional para os cursos voltados à formação profissional de nível técnico, na modalidade a distância (Catapan; Kassick, Otero, 2011).

Para os autores, a organização curricular, denominada Matriz Curricular de Referência, compreende categorias teórico-práticas, a saber: definição de perfil profissional, competências, habilidades, bases tecnológicas e ementas.

Na elaboração dessa matriz desenvolve-se a partir da construção do perfil profissiográfico, desdobrando-se nas competências atitudinais, cognitivas e operacionais (habilidades) com as bases tecnológicas e deve responder, basicamente, às perguntas: quem é o profissional a ser formado? Que características deve possuir? Qual sua performance como profissional e cidadão?

Ao responder essas questões, entende-se que esse profissional, além de apresentar um conjunto de atitudes e técnicas específicas que caracterizam sua atuação técnico-profissional, na sua respectiva área, deve também apresentar um conjunto de características gerais que o habilitem para o desempenho profissional e que se expressam em valores e princípios de ação como: saber relacionar-se, comunicar-se com o público, trabalhar em equipe, ler e interpretar informações técnicas, agir eticamente (Catapan; Kassick, Otero, 2011, p. 9).

Nesse sentido, o que se espera desse cidadão está para além do domínio

operacional de um determinado fazer. Trata-se da superação do enfoque da formação profissional voltada apenas para a preparação e realização de um conjunto de tarefas, apresentadas de maneira rotineira e burocrática.

O perfil do egresso dos cursos técnicos deve "contemplar igualmente o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas, por exemplo, as experiências do mundo do trabalho, o estudo autônomo, a reflexão e o pensamento crítico" (Catapan; Kassick, Otero, 2011, p. 9). Além disso, deve proporcionar a esse sujeito uma compreensão integral do processo produtivo consciente, que existem outras maneiras para determinado fazer e sua motivação para escolha dessa ou daquela maneira.

De acordo com Rezende, Silva e Lelis (2014), o currículo não é uma realidade abstrata que deve ser pensada fora do sistema social em que as escolas estão inseridas. Ele deve ser pensado e construído a partir de bases filosóficas, políticas, sociais e econômicas, como práxis educativa e deve responder que sujeito está se formando e para qual sociedade.

Tendo os elementos já apontados como referência, destaca-se que uma das decisões a ser tomada no planejamento é a modalidade de oferta do curso. Os cursos presenciais podem, em seu projeto pedagógico, prever parte da carga horária na modalidade de educação a distância. Isso significa que, sob a perspectiva do arcabouço legal, a modalidade de educação a distância é aquela na qual "a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado" (Brasil, 2017, art. 1º). E que as atividades educativas sejam desenvolvidas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

No caso dos cursos técnicos presenciais, objeto desta pesquisa, deve considerar, também, o que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica¹¹ (DCN-EPT) para a inclusão de carga horária a distância, uma vez que ela estabelece, em seu Art. 26, §5º, que "o plano de curso técnico, ofertado na modalidade presencial, pode prever carga horária na modalidade a distância, até o limite indicado no CNCT" (Brasil, 2021, Art. 26).

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC), documento de referência que subsidia as instituições no planejamento dos cursos, prevê que os cursos técnicos

¹¹ Aprovadas por meio da Resolução CNE/CP nº 1/2021.

presenciais podem planejar até 20% da carga horária na modalidade da educação a distância.

Ressalta-se que os cursos a distância têm como característica o planejamento sistemático e sistematizado da mediação pedagógica, já que ela irá suprir minimizar os efeitos do distanciamento físico entre estudantes e professores no processo de ensino e aprendizagem, como apontam Castro e Queiroz (2020, p. 7).

A mediação pedagógica se estabelece como uma rede que cria conexões entre os diversos elementos que compõem a prática educativa, desde os materiais didáticos até os companheiros de partilha de experiências de aprendizagem, tendo como foco o estudante. Essa mediação pedagógica no contexto da EaD deve necessariamente apoiar-se em recursos tecnológicos de informação e de comunicação que se apresentam como meios para que esse processo de mediação pedagógica aconteça.

Na elaboração de projetos de cursos que prevejam carga horária na modalidade a distância também deve ser considerada a compreensão da educação como primeiro fundamento e, posteriormente, seu modo de organização a distância. Muito embora a modalidade a distância possua características e formato próprios, tais como a linguagem, gestão, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos pedagógicos, técnicos, tecnológicos e infraestrutura, tais elementos ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa.

Assim, o projeto de curso que envolve carga horária a distância precisa estar consonante aos princípios da modalidade e que sua conduta pedagógica deve ser mais flexível, dinâmica, fluídica e, ao mesmo tempo, rigorosa para superar as particularidades dos modismos, tendo expressos os seguintes tópicos principais:

(i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; (ii) Sistemas de Comunicação; (iii) Material didático; (iv) Avaliação; (v) Equipe multidisciplinar; (vi) Infraestrutura de apoio; (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa; (viii) Sustentabilidade financeira (Catapan; Kassick, Otero, 2011, p. 8).

Silva *et.al* (2014) indicam a necessidade de estabelecimento de um protocolo para elaboração de PPC, pois os dados da pesquisa realizada pelos autores apontam que os projetos pedagógicos dos Cursos Técnicos de nível Médio Subsequentes da Rede e-Tec Brasil não observam os ordenamentos legais e as orientações específicas para a modalidade a distância em sua estruturação formal dos PPC.

Considerando que o PPC de um curso é um documento formal de planejamento, norteador do que será realizado ao longo da oferta desse curso, defende-se a

relevância de uma formação contínua dos profissionais envolvidos nesse processo de elaboração. No caso dos cursos presenciais com carga horária a distância destaca-se a responsabilidade de elaborar um documento que servirá de base para um curso que atenda aos princípios educativos-pedagógicos das duas modalidades de ensino de acordo com as normas vigentes.

2.2.3 A formação dos profissionais para atuação na educação a distância

A educação a distância é uma modalidade que requer, além da integração das práticas pedagógicas associadas aos meios tecnológicos, profissionais qualificados para o planejamento e o desenvolvimento desse modo particular de organizar o ensino. Destaca-se, em seus preceitos dispostos no Decreto 9.057/2017, os princípios educativo-pedagógicos que preveem a utilização de meios e tecnologias de informação na mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem, pessoal qualificado e acompanhamento e avaliação compatíveis, dentre outros aspectos. Esses princípios visam a garantia do desenvolvimento das atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Considerando que esta pesquisa busca colaborar com a institucionalização da EaD a partir da formação dos profissionais da educação envolvidos na elaboração/revisão dos PPC dos cursos técnicos presenciais para a inserção de carga horária a distância, deve-se ressaltar a obrigatoriedade de se atender aos regulamentos legais e institucionais. Somado a isso, pensar em um projeto de curso que envolva carga horária a distância pressupõe um currículo que contemple os princípios da modalidade - uma conduta pedagógica, flexível, dinâmica, fluída e, ao mesmo tempo, rigorosa para superar as particularidades dos modismos - requer dos profissionais da educação uma formação apropriada.

No IFB, as comissões de elaboração dos PPC dos cursos são compostas pelos membros do colegiados dos cursos, incluindo tanto os professores quanto os técnicos, em sua grande maioria pedagogos que estejam lotados nas coordenações pedagógicas dos *Campi*. No caso desses profissionais, é preciso que estejam sensíveis aos princípios de respeito às diferenças, a crítica às desigualdades sociais, a valorização dos saberes historicamente silenciados do universo escolar e a busca

por justiça social (Ribeiro Zanardi, 2015).

A formação desses profissionais é abordada na obra de Ribeiro e Zanardi (2015) a partir de uma perspectiva freiriana como uma ação permanente, que difere da ideia de formação continuada, no sentido de reciclagem e de treinamento. Essa formação permanente, implica estar ciente de “que o ser humano é um ser inconcluso e que está sempre com a perspectiva de ser mais” (Saul; Silva, 2009, p. 16). Portanto, num processo contínuo de formação.

Segundo Silva e Rocha (2021), muitos autores empregam os termos formação contínua e formação continuada como sinônimos, diferenciando esse emprego apenas a partir posição geográfica dos autores, sendo o primeiro utilizado comumente por autores portugueses e o segundo por autores brasileiros, muito reforçada esta escolha no Brasil em razão da utilização nos documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O brasileiro Fiorentini opta pelo uso “continuada” para tratar da formação oferecida em cursos após o ensino superior e de “contínua”, quando se refere a uma formação que “ocorre em processo colaborativo através de cursos e na própria ambiência de trabalho, pois é um movimento permanente de desenvolvimento profissional” (Silva; Rocha, 2021, p. 1151).

O enfoque na qualidade de ensino na formação básica voltada para a construção da cidadania, requer um cuidado especial com a formação contínua do profissional. Segundo Costa (2004), para a implantação de qualquer proposta pedagógica que tenha implicações com novas posturas frente ao conhecimento e que conduzam a uma renovação das práticas no processo de ensino-aprendizagem, a formação contínua assume um espaço de grande importância. Na concepção de Belloni (2021), a formação para atuação na EaD e para o contexto presencial que possa ser coerente com as necessidades sociais do presente e do futuro, deve organizar-se de forma a atender a três grandes dimensões: pedagógica, tecnológica e didática. A dimensão pedagógica diz respeito aos conhecimentos sobre os processos de aprendizagem, com enfoque nas teorias construtivistas e nas metodologias ativas. A dimensão tecnológica se refere às relações entre tecnologia e educação, significa desenvolver a capacidade de tomar decisões sobre o uso e a produção de conteúdos educacionais. Já a dimensão didática, diz respeito ao conhecimento do professor acerca de determinado campo do saber e sua constante

atualização, especialmente quanto ao uso adequado dos meios tecnológicos ao alcance dos objetivos esperados.

Neste trabalho, trataremos da compreensão da formação contínua alinhada ao processo de institucionalização da modalidade de educação a distância, uma vez que a formação para atuação na EaD deve ultrapassar os limites da apreensão de técnicas para lidar com as inovações tecnológicas que repercutem no processo de ensino e aprendizagem. A formação de quem vai atuar na EaD envolve um movimento de transformação teórico-prático que, conforme Vázquez (2011), pressupõe uma práxis contínua, na qual os atores escolares são transformados, isto é, fazem parte dos efeitos do processo educativo, pois é inviável pensar que somente o estudante se transforma. O professor e os demais profissionais que atuam na EaD também precisam ser alvo das mudanças.

Nessa perspectiva, os profissionais da educação não são meros executores e aplicadores daquilo que alguém produziu. Diante das novas adequações no campo educacional advindas da presença dos meios tecnológicos em todos os campos da vida contemporânea em sociedade, os processos necessários para organizar o currículo, as metodologias, os tempos, os espaços são complexos, necessários e desafiadores na busca da integração entre o presencial e o virtual.

Segundo Carlini e Tarcia (2010) é preciso que os gestores tenham clareza que as ações no campo da formação dos profissionais da educação poderão apresentar resultados a médio e longo prazos. E essas ações podem ser materializadas por meio do desenvolvimento de projetos de formação contínua que possibilitem ampliar a visão que se tem da educação e da educação a distância, no âmbito pedagógico, tecnológico e da gestão. É nesse contexto de importância que este trabalho se insere, conforme proposta metodológica a ser descrita a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como tema a institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Brasília. Para tanto, realizou uma investigação de abordagem quanti-qualitativa, uma vez que ela possibilita, a partir da conjugação de elementos quantitativos e qualitativos, ampliar a obtenção dos resultados proporcionando ganhos relevantes para pesquisas complexas que são realizadas no campo da Educação (Dal-Farra; Lopes, 2013). Conforme explicita Souza e Kerbauy (2017), o quantitativo e o qualitativo se complementam e sua utilização em conjunto nas pesquisas possibilitam compreender melhor os fenômenos educacionais investigados que se apresentam a partir de múltiplas facetas.

Souza e Kerbauy (2017) destacam que na abordagem quantitativa empregam-se a quantificação mediante procedimentos estatísticos tanto na coleta de informação quanto no tratamento dos dados, enquanto a abordagem qualitativa possibilita a interpretação da complexidade de um determinado fenômeno social. Minayo (2002, p. 21) assegura que esta abordagem (qualitativa) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social e, como tal, precisa ser exposto e interpretado.

As pesquisas educacionais implicam um envolvimento direto do pesquisador com o objeto a ser pesquisado baseado “em tudo o que ele conhece do assunto - portanto, em toda a teoria disponível a respeito -, que se vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado” (Lüdke; André, 2018, p. 5). Nesse sentido, a dimensão quanti-qualitativa desta pesquisa visa a interação com os participantes de modo a relacionar os motivos que os levam a fazer alguma ação, a pensar de determinada maneira e a compreender as particularidades e experiências dos sujeitos acerca da institucionalização da carga horária a distância nos cursos a partir da vivência e da realidade social dos grupos nos quais estão inseridos.

Dessa forma, a pesquisadora buscou apropriação e aproximação dos processos vivenciados pelos sujeitos da pesquisa, uma vez que é papel do pesquisador “servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento construído na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (Lüdke; André, 2018, p. 5). É importante evidenciar que a análise dos resultados é, preponderantemente, qualitativa.

Esta pesquisa delinea-se como um estudo de caso, caracterizado por favorecer uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos, proporcionando ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu” (Yin, 2001).

Em sua análise acerca do estudo de caso como metodologia, Ventura (2007) apresenta as características dos estudos de caso que priorizam a abordagem qualitativa da pesquisa:

[...] as características consideradas fundamentais são a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo (Ventura, 2007, p. 384).

Em termos práticos, o estudo de caso demonstra-se apropriado para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que dentro do universo da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnológica foi selecionado o IFB e, dentre o universo de cursos ofertados, foram escolhidos os cursos técnicos subsequentes presenciais para representar a realidade do objeto que se pretende pesquisar.

3.1 Delineamento do estudo de caso

O Instituto Federal de Brasília, escolhido *lócus* desta pesquisa, é uma das instituições que compõe a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e que tem como norte pedagógico a formação humana integral, omnilateral e politécnica do sujeito, partindo do pressuposto que o homem deve se sentir completo a partir de sua convivência em sociedade e de seu trabalho. Escolher o IFB tem dupla motivação: 1) o fato de a modalidade EaD está em processo de institucionalização; 2) como também ser a instituição na qual a pesquisadora atua profissionalmente.

No IFB são ofertados cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, desde aqueles de curta duração como: os de formação inicial e de qualificação profissional; cursos técnicos integrados; cursos técnicos subsequentes; cursos superiores; e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Essa diversidade de oferta

permite a verticalização do ensino¹² que é um dos objetivos dos Institutos Federais.

No universo de cursos ofertados pelo IFB, foram selecionados para essa investigação os cursos técnicos subsequentes presenciais, pois 63% desses cursos já adotam em seu currículo a carga horária em educação a distância. Estudos preliminares apontam a necessidade de observância dos requisitos normativos para implementação dessa carga horária e a necessidade dos PPC dos cursos presenciais estarem adequados a esses normativos. Entretanto, o que se observou, a partir dos resultados do levantamento realizado nos PPC dos cursos técnicos subsequentes presenciais do IFB¹³, foi a necessidade de formação dos profissionais envolvidos no processo de elaboração desse planejamento no que tange à implementação da carga horária a distância.

Assim, caracteriza-se como problema de pesquisa a ser investigado neste estudo de caso os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso. Espera-se que o produto educacional gerado pela pesquisa, apesar do foco nos cursos técnicos subsequentes, poderá ser destinado também à formação dos profissionais da educação que atuam nos outros segmentos de cursos técnicos, uma vez que a mesma legislação e normativas institucionais se aplicam de algum modo.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Esta pesquisa tem como objetivo geral é analisar os processos de implementação da carga horária a distância em cursos técnicos presenciais visando a formação dos profissionais envolvidos na elaboração de projetos pedagógicos. Para atingir este objetivo, bem como os específicos, foram empregados dos instrumentos de coleta de dados: 1) levantamento de documentos institucionais; 2) aplicação de questionário (Apêndice D).

Os documentos institucionais selecionados foram: a) Regulamento do Ensino

¹² A verticalização do ensino pode ser entendida como a possibilidade de os estudantes terem acesso a todas as etapas do ensino em uma mesma instituição, partindo da educação básica, passando pelo ensino técnico, formação inicial e continuada até os níveis superiores.

¹³ Ver p. 29

Técnico (RET), b) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) c) Plano Pedagógico Institucional (PPI) da Instituição, e, d) os PPC dos cursos técnicos subsequentes do IFB.

Quanto ao instrumento questionário, Gil (2002) argumenta que ele pode ser um dos instrumentos apropriados para auxiliar na localização dos grupos adequados, fase que procede a um trabalho de levantamento de dados dos sujeitos. E, para Severino (2017, p.95) o questionário deve ser elaborado a partir de “questões bem diretivas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais”.

Nesta pesquisa o questionário foi elaborado com questões fechadas e abertas, aplicado via *Google Forms* e encaminhado ao e-mail institucional dos participantes. Seu objetivo foi de investigar o conhecimento dos profissionais envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos de curso/ planos de cursos quanto a implantação da carga horária a distância nos currículos dos cursos técnicos presenciais.

O questionário foi enviado para o e-mail dos servidores, conforme explicado no subtópico dos participantes da pesquisa. Inicialmente, foi solicitado ao respondente a confirmação quanto aos critérios de inclusão na pesquisa e, se confirmado o questionário seguia para próxima questão. Em caso de negativa o questionário era encerrado.

A partir de ambos os instrumentos de pesquisa é que foi feita a identificação das necessidades formativas dos profissionais envolvidos no processo de implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos subsequentes presenciais do Instituto Federal de Brasília. Esse levantamento foi fundamental para a elaboração do produto educacional desta pesquisa: **um curso de formação acerca da elaboração de projetos pedagógicos de curso, numa trilha formativa** destinada a implementação de carga horária a distância em cursos presenciais de educação profissional e tecnológica. O Quadro 2 apresenta a síntese dos elementos da pesquisa.

Quadro 2 - Coerência metodológica

Tema	Problema de pesquisa	Objetivo geral	Questões de pesquisa	Objetivos específicos	Instrumentos de coleta de dados
O processo de institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Brasília.	Quais os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso?	Analisar os processos de implementação da carga horária a distância em cursos técnicos presenciais visando a formação dos profissionais envolvidos na elaboração de projetos pedagógicos.	A carga horária EaD dos cursos técnicos presenciais do IFB estão adequados aos normativos vigentes?	Identificar, no âmbito do PPC, como se dá a implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB;	Normativos IFB; PPC/Planos de Cursos dos cursos de técnicos presenciais
			Quais os conhecimentos devem ter os membros dos colegiados dos cursos técnicos presenciais quanto aos critérios de implantação da carga horária EaD nos currículos dos cursos?	Identificar os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso;	Questionário a ser aplicado aos membros dos colegiados de cursos técnicos presenciais
				Analisar as percepções dos profissionais envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos de curso quanto a utilização de Tecnologias de Digitais de Informação e Comunicação na carga horária a distância dos cursos presenciais;	

				Mapear os conhecimentos necessários aos profissionais para implementação da carga horária de EaD nos cursos técnicos presenciais;	
				Elaborar curso para profissionais da educação voltado à implementação da carga horária a distância nos currículos dos cursos técnicos presenciais, conforme as diretrizes legais e do IFB.	Questionário de avaliação do curso

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 Participantes de pesquisa

Participaram como interlocutores da pesquisa servidores do IFB - técnicos e docentes - que atuam ou já atuaram nos cursos técnicos subsequentes presenciais do IFB, preferencialmente, mas não exclusivamente, que participam ou já participaram da comissão de elaboração/revisão de PPC desses cursos. Os técnicos habilitados a participar dessa pesquisa foram os servidores ocupantes dos cargos de Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogos do IFB, lotados na Reitoria e nos *Campi*, pois são os servidores que estão aptos a participar das comissões de elaboração de PPC de cursos, além dos professores dos cursos.

A identificação desses servidores ocorreu a partir de uma consulta ao SUAP¹⁴. A partir dessa identificação, foi encaminhado e-mail ao grupo de servidores técnicos com o formulário do questionário convidando-os a colaborarem com a pesquisa. O questionário foi enviado para o e-mail institucional de 790 (setecentos e noventa) professores lotados nos 10 *Campi* e 79 (setenta e nove) técnicos lotados na Reitoria e nos 10 *Campi*. Esses servidores foram os profissionais que potencialmente poderiam atuar ou já atuaram em comissões de elaboração de PPC de cursos. Desse universo, 80 servidores, sendo 71 professores e 09 técnicos responderam efetivamente ao questionário. Na seção de resultados será dedicado um sub-tópico para descrever o perfil deles.

3.4 Procedimento de análise dos resultados

A análise dos resultados desta pesquisa viabilizou a busca dos indicadores necessários à inferência dos conhecimentos dos servidores que integram as comissões de elaboração e/ou revisão dos PPC a partir da descrição de seus conhecimentos sobre a implementação de carga horária a distância nos currículos dos cursos técnicos presenciais.

Os dados obtidos por meio dos instrumentos de coleta descritos neste trabalho foram tratados com base na análise de conteúdo, conforme preconiza Bardin (1977),

¹⁴ Sistema Unificado de Administração Pública

como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

A análise de conteúdo compreende três importantes etapas, a saber: pré-análise; exploração do material e o tratamento dos resultados que envolvem a inferência e interpretação. Ela permite descrever e interpretar os mais diversos tipos de textos e mensagens desde que o método seja aplicado de maneira correta, adotando-se o rigor em sua utilização ao seguir as etapas necessárias para a análise (Squizani *et al.*, 2019).

Ao longo da fundamentação teórica, foram apresentadas análises prévias dos normativos e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Quanto ao questionário, na sua parte quantitativa, foi empregada a estatística descritiva. Já na abordagem qualitativa, procedeu-se à análise de conteúdo, cujas informações serão complementadas na seção de resultados à medida que os dados forem organizados. Por meio de todos os itens deste instrumento, foi possível adentrar nas percepções e compreender a realidade acerca das necessidades de formação dos envolvidos em comissões de elaboração de PPC, particularmente no que concerne à implantação da carga horária a distância em cursos presenciais.

Os resultados obtidos na pesquisa foram tratados a fim de responder aos seus objetivos, o que possibilitou a esta pesquisadora “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 1977, p. 101). Fato que colaborou na finalização do planejamento do produto educacional.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, bem como as reflexões acerca das informações levantadas com a aplicação do questionário que se encontra descrito nos procedimentos metodológicos deste estudo.

O *corpus* da pesquisa analisado a seguir é composto pelas respostas de todos os servidores – técnico e docentes a este instrumento. Esta análise está dividida em duas seções, sendo a primeira destinada a apresentar o perfil dos participantes da pesquisa e, a segunda, os conhecimentos normativos e percepções dos participantes quanto a implementação de carga horária EaD em cursos presenciais. Além disso, apresenta as necessidades formativas registradas pelos participantes para essa implementação.

4.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Belloni (2021), afirma que as novas demandas educacionais decorrentes das mudanças no cenário social requerem estratégias diferenciadas e a EaD se mostra cada vez mais como uma modalidade educacional que pode favorecer o atendimento dessas demandas. O domínio das novas formas de ensinar e aprender é uma exigência partilhada por professores – ao auxiliar seus estudantes e aprimorar a prática pedagógica - e estudantes – que deverão autorregular suas aprendizagens, em especial na EaD (Barbosa; Muniz, 2022, p. 325). Nesse sentido, o grupo de participantes desta pesquisa teve como incumbência institucional elaborar ou reelaborar os projetos pedagógicos de cursos técnicos subsequentes presenciais que apresentam algum percentual de carga horária na modalidade a distância.

Responderam ao questionário 80 servidores, sendo 71 professores e 09 técnicos. Apesar desse resultado aparentemente representar um desequilíbrio, considerando que o foco da pesquisa são os membros dos colegiados dos cursos técnicos. Cumpre dizer que as comissões de elaboração de PPC são majoritariamente compostas por docentes que atuam nos cursos e um representante da coordenação pedagógica no *Campus*. De acordo com a Resolução nº 006/2015/CS-IFB, que estabelece, entre outras normas, o funcionamento dos colegiados de curso, afirma que:

O colegiado do Curso será composto por: I – Presidente do Colegiado de Curso; II – Vice-Presidente do Colegiado de Curso; III – Coordenador Pedagógico; IV – todos os docentes atuantes no curso; e V – representantes discentes. § 1º Setenta por cento do Colegiado serão compostos pela totalidade de docentes atuantes no curso. § 2º Os trinta por cento restante da composição do colegiado serão compostos por um coordenador pedagógico e os representantes discentes. (Brasília, 2015, Art. 11).

É importante esclarecer que a composição das comissões de elaboração ou revisão dos currículos dos cursos é regulamentada na Resolução 35/2020 - RIFB/IFB que estabelece o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio Subsequente nas modalidades presencial e a distância. Segundo este normativo:

O currículo de cada curso, seja presencial ou a distância, e suas alterações serão propostos pelo **Colegiado de Curso ou por uma Comissão** instituída para tal, junto à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretoria de Ensino e a **representante da Coordenação Pedagógica** responsável de cada *campus*, seguindo o trâmite de procedimentos para aprovação de cursos técnicos de nível médio que consta em documentação institucional. (Brasília, 2020, Art. 8).

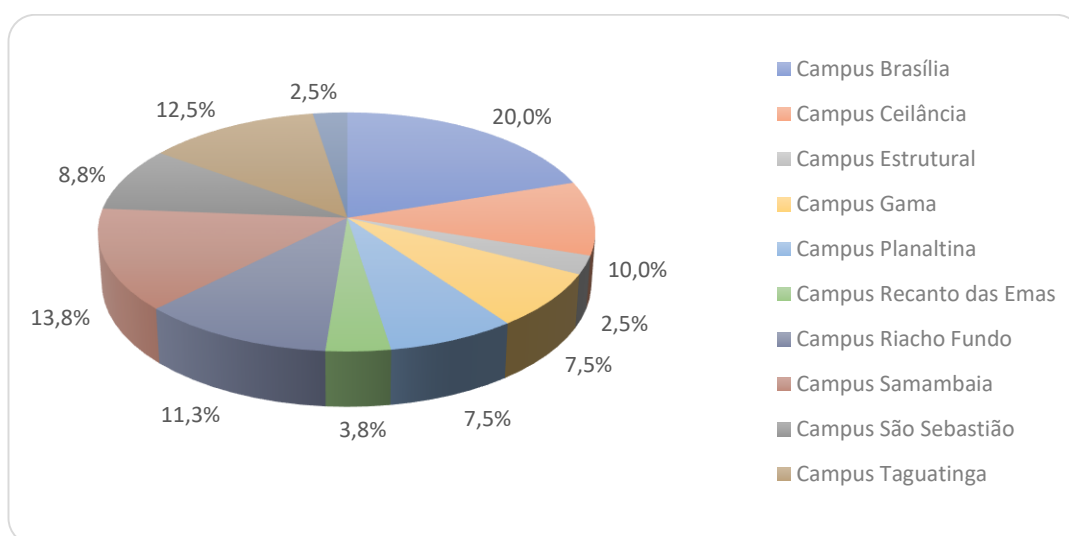
Dito isso, e retornando à caracterização dos participantes da pesquisa, os dados indicaram que 2,5% tem idade entre 18 e 30 anos; 38,8% entre 31 e 40 anos; 30% entre 41 e 50 anos; 25% 51 e 60 anos e 3,7% entre 61 e 70 anos. Assim, a maioria dos respondentes concentra-se na faixa etária entre 31 e 50 anos (68,8%). Infere-se que estes já devem possuir experiência profissional, mas ainda têm muitos anos de trabalho a serem cumpridos, sendo a formação um aspecto de investimento na carreira (Coimbra; Parada, 2001).

Em relação ao sexo, 50% dos respondentes são homens e 50% são mulheres. Esse dado revela um percentual equilibrado de participantes. Em relação à atuação dos participantes, observa-se que 92,5% atuam ou atuaram nos cursos técnicos subsequentes, sendo que 71,3% participam ou participaram de comissão de elaboração e/ou revisão de PPC dos cursos técnicos subsequentes presenciais ofertados pelo IFB, o que demonstra que esses participantes já possuem certa experiência com a temática da pesquisa. Essa experiência é fundamental, pois é a partir dela que são indicadas as necessidades desse grupo de servidores quanto às fragilidades e às potencialidades do processo de (re) elaboração dos PPC, bem como quais são os conhecimentos necessários para a realização de tal atividade.

Quanto à participação de profissionais distribuídos pelas unidades da

instituição. O Gráfico 1 mostra que houve representação de todas as unidades do IFB, ou seja, da Reitoria e dos 10 *campi*. Infere-se que esse resultado reforça a relevância e interesse no tema desta pesquisa. Além disso, o *Campus Brasília*¹⁵ foi a unidade com maior número de respondentes, mas há que se considerar que esse *campus* é o que possui também o maior número de servidores na instituição, conforme indica os dados públicos no site da instituição (IFB em números, 2022).

Gráfico 1 - Unidade de lotação dos participantes da pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa

Em complemento, observa-se que 81,2% possuem formação acadêmica *scripto sensu*. Esse dado indica que o nível de formação acadêmica dos participantes implica comprometimento com a fidedignidade das respostas às questões do questionário, pois eles possuem uma certa vivência de pesquisa advinda de sua formação acadêmica e conhecimento sobre a importância e alcance de uma pesquisa acadêmica. A partir de Vanz e Stumpf (2010), avalia-se que a colaboração entre pesquisadores e pesquisadores mais experientes é uma prática a ser incentivada.

Em relação ao conhecimento prévio sobre educação a distância, 78,8% afirmaram que fizeram algum curso na área e 21,3% afirmaram que nunca fizeram. Esse dado nos revela que a maior parte dos participantes busca formação em EaD,

¹⁵ O *campus* Brasília foi criado com a denominação *Campus Capital* e possui uma estrutura diferenciada dos demais em tamanho, número de servidores e capacidade de atendimento e oferta de vagas (Brasil, 2021).

mas não consideram a formação suficiente para planejarem com segurança na elaboração de PPC com carga horária a distância em cursos presenciais, conforme fica evidenciado na próxima subseção.

4.2 Implementação de carga horária a distância em cursos presenciais

A Resolução nº 32/2019 RIFB/IFB, aprova diretrizes para a Educação a Distância do Instituto Federal de Brasília, Ciência e Tecnologia. Portanto, a oferta de cursos e/ou complementação de carga horária a distância nos cursos presenciais, devem cumprir os preceitos legais dos normativos vigentes estruturantes do tema em âmbito nacional, bem como as determinações dessa Resolução.

Nesse sentido, o documento orienta que o Projeto Pedagógico do Curso ou o Plano de Curso deve descrever os seguintes itens: “I. sistemas de comunicação e suporte; II. matriz curricular especificando a carga horária presencial e a distância; III. detalhamento da produção e uso de material didático” (Brasília, 2019, Art. 5º §2º).

Para identificar as percepções dos participantes em relação a essa implementação de carga horária a distância em cursos presenciais, foram elaboradas sete afirmativas dispostas no instrumento de pesquisa. Aos participantes foi solicitado que identificassem o grau de concordância, considerando a escala Likert de cinco pontos, variando entre concordo totalmente a discordo totalmente.

No que diz respeito ao levantamento da percepção dos participantes quanto ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em cursos técnicos presenciais, foram elaboradas cinco questões abertas sobre: as relações entre as metodologias voltadas ao ensino presencial e ao ensino a distância; ao papel do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional na oferta das disciplinas com carga a distância dos cursos presenciais; e os parâmetros para se estabelecer uma EaD com qualidade.

E, por fim, foi solicitado que os participantes listassem os conhecimentos necessários aos profissionais para implementação da carga horária de EaD nos cursos presenciais. A seguir os resultados do questionário são apresentados e discutidos.

4.2.1 Conhecimentos normativos e percepções acerca da implementação de carga horária a distância em cursos presenciais

A Tabela 2 apresenta a síntese dos resultados das questões fechadas relacionadas aos conhecimentos normativos e percepção dos respondentes acerca da implementação de carga horária a distância em cursos presenciais.

Tabela 2 - Percepções e conhecimentos normativos acerca da implementação de carga horária a distância em cursos presenciais

Afirmativa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo não concordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Conheço as normativas do IFB em relação a previsão de carga horária a distância em cursos presenciais.	43%	40%	4%	10%	4%
Estou ambientado com a legislação que trata sobre a utilização de carga horária a distância em cursos presenciais.	35%	40%	8%	10%	8%
O PPC do(s) curso(s) técnicos presenciais no qual atuo atende os requisitos legais para a oferta de parte da carga horária a distância.	43%	20%	19%	6%	13%
Conheço a legislação que trata sobre currículo e a organização do trabalho pedagógico nos cursos técnicos do IFB.	38%	38%	8%	11%	6%
Conheço os documentos do IFB que norteiam a elaboração e/ou revisão de PPC.	16%	33%	8%	4%	19%
Os documentos do IFB que norteiam a elaboração e/ou revisão de PPC no IFB são claros e norteiam o trabalho dos membros dos colegiados nesse processo.	16%	33%	28%	16%	8%
Tendo a formação integral do sujeito como aquela que supera a dualidade entre a formação específica e a formação geral, que desloca o foco dos objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana e apresenta como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, acredito que a oferta da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais colabora para essa formação.	45%	35%	6%	6%	8%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Em relação à questão “conheço as normativas do IFB em relação a previsão de carga horária a distância em cursos presenciais”, destaca-se que 43% dos participantes afirmaram conhecer plenamente e 40% parcialmente. Esse número é positivamente significativo, uma vez que é fundamental que o servidor que atua em comissões de elaboração de PPC conheça as normativas do IFB em relação a previsão de carga horária a distância em cursos presenciais, pois ele é um importante documento de construção coletiva de planejamento da organização pedagógica dos cursos que contém a concepção de ensino, a estrutura do curso, seu currículo, perfil do corpo docente e técnico, procedimentos de avaliação, infraestrutura, dentre outros normativos. Ele é o documento norteador de todo o trabalho pedagógico do curso.

É basilar que os servidores possam participar da elaboração e desenvolvimento do PPC de forma a fundamentar seu trabalho numa educação pautada nos princípios da instituição e buscando uma educação democrática e crítica nos moldes do que dispõe o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ao assegurar que a construção coletiva expressa a “autonomia da comunidade escolar sendo fator decisivo para a afirmação da identidade institucional” (Brasília, 2017, p. 21).

Quanto à questão “estou ambientado com a legislação que trata sobre a utilização de carga horária a distância em cursos presenciais” e “conheço a legislação que trata sobre currículo e a organização do trabalho pedagógico nos cursos técnicos do IFB”, 75% dos servidores afirmaram estarem ambientados. E na questão “conheço os documentos do IFB que norteiam a elaboração e/ou revisão de PPC”, 38% dos participantes afirmaram que concordam plenamente e 33% parcialmente e 19% discordam totalmente.

Destaca-se que os documentos institucionais orientam o trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais da educação responsáveis pela elaboração e/ou revisão de PPC que, por sua vez, orienta as práticas pedagógicas promotoras do desenvolvimento do estudante de modo a buscar sua inserção no mundo do trabalho enfatizando o seu potencial criativo e inovador na produção de conhecimento (Marcom; Bleicher, 2020).

Assim, esses resultados indicam que um percentual considerável conhece a legislação que trata da EaD. É certo que essa legislação é extensa, pois é composta por normativos gerais e normativos para os segmentos/etapas da educação, seja ela, a educação básica, superior ou especial. No caso dos cursos técnicos, objeto desta

pesquisa, podemos destacar como normativos gerais: a LDB e o Decreto 9.057/2017. A nível específico para a EPT, destaca-se: as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. A nível institucional: o PDI; o PPI; o PPP; o RET; e a Resolução IFB nº 32/2019.

Desta feita, importa destacar que o amplo conhecimento das normas tem relevância para o processo de elaboração de um Projeto Pedagógico de curso alinhado aos preceitos legais, articulados às estratégias pedagógicas adequadas à modalidade e à promoção de aprendizagens que potencializam a garantia da formação de um cidadão atuante na sociedade (Percília, [s.d.]).

Por sua vez, a questão “o PPC do(s) curso(s) técnicos presenciais no qual atuo atende os requisitos legais para a oferta de parte da carga horária a distância”, 43% dos participantes afirmam que concordam plenamente ou parcialmente, ao passo que 38% trouxeram resposta entre não ter opinião formada ou discordar da afirmativa. Esse dado pode representar que parte dos participantes da pesquisa não estabelecem uma relação entre a legislação da EaD e o PPC dos cursos em que atuam. Porém, infere-se que para cumprir os objetivos esperados da inserção da modalidade nos respectivos cursos é fundamental que estejam alinhados aos normativos vigentes.

Em relação à questão “os documentos do IFB que norteiam a elaboração e/ou revisão de PPC no IFB são claros e norteiam o trabalho dos membros dos colegiados nesse processo”, 33% dos participantes concordam parcialmente, 16% discordam totalmente e 28% nem concorda nem discorda. Infere-se que os resultados dessa questão indicam que há necessidade de realizar uma ampla divulgação dos documentos relativos a EaD na instituição com vistas a fomentar uma reflexão acerca do seu potencial orientador quanto aos pressupostos de inserção de carga horária a distância em cursos presenciais. Para Behar (2009) é importante conhecer o modelo institucional proposto para EaD já que esse modelo “apresenta uma normatização calcada por parâmetros organizacionais, epistemológicos, tecnológicos e metodológicos” (p. 31). Para a autora, esse sistema de premissas teóricas é que explica e orienta a forma como o currículo será abordado e sua concretização nas práticas pedagógicas e nas interações aluno/professor e objeto de estudo.

Na questão que tratou da concordância dos participantes sobre a relação entre oferta da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais e a formação integral dos sujeitos, 80% dos participantes concordam que há essa relação. Carlini e

Tarcia (2010) afirmam valer-se das potencialidades da EaD, dentre elas as diferentes mídias disponibilizadas e o fomento a autonomia e autorregulação das aprendizagens do estudante podem colaborar positivamente para sua formação. Assim, os resultados dessa questão podem indicar que os servidores do IFB estão alinhados à necessidade de uma formação para o mundo do trabalho em uma sociedade que requer um cidadão capaz de tomar decisões e interferir em seu meio. Sobre isso, Belloni (2021) assegura que as experiências vivenciadas na educação, por meio do uso das tecnologias na EaD tem cumprido um importante papel na formação de usuários criativos, críticos e competentes, sendo “imprescindível como forma de melhorar a qualidade da educação em todos os níveis” (Belloni, 2021, p. 7).

Em relação aos conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso infere-se que os resultados são positivos. Porém, ainda há um percentual considerável de servidores no IFB que carecem de conhecimentos específicos para atender aos preceitos legais e pedagógicos da educação profissional e tecnológica, em especial quando se trata da elaboração de PPC.

Os participantes da pesquisa também apresentaram uma perspectiva positiva em relação à oferta da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais e, dessa forma, colabora para essa formação. Costa e Gontijo (2020) corroboram essa percepção ao afirmar que a inserção da educação a distância no ensino presencial favorece que os projetos pedagógicos de curso assumam uma perspectiva mais inovadora e a formação contínua “para atuação em EaD é um fator essencial para que se mantenha a qualidade do ensino oferecido pelas instituições” (Costa; Gontijo, 2020, p.4).

Foi perguntado aos participantes como percebem a introdução das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) em cursos técnicos presenciais. Os participantes indicam que a introdução dessas tecnologias nos cursos técnicos presenciais apresenta aspectos positivos, pois podem auxiliar os alunos a atuarem no mundo do trabalho, já que proporcionam mais autonomia para os professores e possibilitam maior flexibilização para o estudante. Porém, ainda são pouco ou subutilizadas e precisam ser planejadas para aplicação no contexto educacional.

No geral, as respostas dos participantes convergem para uma avaliação acerca do uso das TDIC, como podemos observar a partir de algumas falas dos participantes:

“Essencial para que os nossos alunos estejam ambientados e capacitados para as crescentes novas demandas, no mercado profissional” (P13).

“Necessário visto as transformações ocorridas na sociedade contemporânea” (P29).

“Acredito que tem aspectos bastante positivos, visto que auxilia os alunos a atuarem com as TIC's no mundo trabalho, proporciona mais autonomia para os professores e possibilita maior flexibilização para o aluno estudante. No entanto, vejo que ainda temos muitos desafios a serem superados, como, por exemplo, o baixo letramento informacional por parte dos alunos e dos professores” (P80).

É nesse sentido que Belloni (2021) afirma que a introdução das TDIC nos processos de ensino e aprendizagem colabora com a educação compensatória¹⁶, necessária frente ao agravamento das desigualdades sociais e regionais, decorrentes do progresso técnico e no campo das comunicações presentes na sociedade contemporânea.

Em nossas sociedades contemporâneas, em que a importância das redes telemáticas e da realidade virtual é cada vez maior, a educação deve mais do que nunca ser efetivamente para todos (e não apenas para os jovens; e não somente para os mais favorecidos) e deve fazer um uso intensivo das TICs, em uma perspectiva humanista de educação para o desenvolvimento, para a solidariedade e para a cidadania (Belloni, 2015, p. 7).

Em relação ao papel do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional para a oferta das disciplinas dos cursos que contam com previsão de carga horária a distância, os participantes destacam a importância do Nead (ambiente virtual de aprendizagem institucional). Pereira, Schmitt e Dias (2007) afirmam que o AVA apresenta dois eixos que abarcam seus principais recursos tecnológicos, a saber: o eixo denominado gerenciamento pedagógico e administrativo, que engloba as atividades que possibilitam o controle do funcionamento, andamento e desenvolvimento do curso e evolução do estudante.

Destaca-se que o gerenciamento pedagógico envolve atividades de

¹⁶ Educação compensatória no contexto da EaD pode ser entendida como aquela que contribui para redução das desigualdades sociais e regionais daqueles grupos sociais excluídos dos benefícios do desenvolvimento técnico e tecnológico importantes e presentes na sociedade contemporânea e presente na vida cotidiana de todos.

“planejamento e gestão dos cursos e de conteúdos de aprendizagem, pelo formador, gerenciamento e controle do acesso dos estudantes aos materiais de formação, atividades, avaliações, comunicação síncrona e assíncrona etc”. (Pimenta; Baptista, 2004, p. 100). Em relação aos aspectos de gerenciamento pedagógico as falas dos participantes concentraram as respostas referentes ao AVA institucional na gestão pedagógica dos cursos. Destaca-se que a maior parte dos participantes reconhecem o Moodle como ambiente virtual de aprendizagem da instituição. Infere-se que essa informação demonstra que esses servidores do IFB estão atentos aos normativos vigentes e reconhecem que o AVA pode contribuir com um melhor desenvolvimento e oferta dos cursos, o que corrobora os resultados encontrados nas questões fechadas. Nesse sentido, destaca-se as seguintes falas quanto ao papel do AVA:

“[...] papel de apoio ao ensino, sendo repositório de materiais didáticos, espaço para realização e entrega de tarefas, de debates e interações e de contato do aluno com o seu próprio ambiente de estudo” (P3).

“É nesse ambiente que são colocados os conteúdos, toda a base de alunos é gerida, nele acontecem as avaliações e todas as outras ações inerentes a um curso/ disciplina. Por meio dele, acontecem as interações entre alunos e docentes e ou tutores. Ele é a sala de aula do presencial” (P40).

Moran (2007) defende o importante papel que os ambientes virtuais exercem na educação presencial complementando o que é feito em sala de aula, já que esses ambientes têm incorporado cada vez mais recursos de comunicação, publicação e edição por docentes e estudantes, tanto em tempo real quanto *off-line*. Costa e Franco (2005) reafirmam essa importância ao descrever como potencialidades do AVA a interatividade, o fomento, a autonomia do estudante e a aprendizagem colaborativa.

Por outro lado, foram encontradas expressões relativas ao desconhecimento do AVA institucional do IFB ou mesmo a preferência por utilizar outras ferramentas (aplicativos e sites) em suas aulas.

“Não há oficialmente um ambiente virtual de aprendizagem no qual possamos dizer que é o AVA do IFB” (P17).

“Desconhecido por muitos estudantes e muitos docentes” (P21).

“Não fiz uso. Preferi utilizar os aplicativos e sites que as alunas já estão ambientadas” (P11).

Isso reforça o indicativo de que os normativos vigentes ainda não são

amplamente conhecidos ou mesmo que a carga horária a distância dos cursos nem sempre está associada a utilização de um ambiente virtual de aprendizagem como suporte tecnológico específico. Destaca-se que o Moodle possibilita o uso de metodologias flexíveis para o desenvolvimento das atividades educativas pelos estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos, nos moldes do disposto no marco regulatório da EaD por meio do Decreto nº 9.057/2017.

Vasconcelos, Jesus e Santos (2020) reafirmam a potencialidade do AVA como espaço de mediação pedagógica dialógica, utilizado tanto em cursos presenciais como a distância, pois potencializa o desenvolvimento do ensino crítico, dinâmico e colaborativo, assim como o desenvolvimento de diferentes competências do desenvolvimento de diferentes competências de ensinar e aprender (p. 15551-15552).

Pimenta e Baptista (2004, p. 100) circunscrevem o gerenciamento administrativo do AVA no âmbito do “manejo de turmas e calendários, alocação de formadores, gerenciamento de planos de formação etc”. Em relação ao gerenciamento administrativo os participantes avaliam o AVA como fundamental e indispensável, pois propicia gerir os dados dos estudantes. Essas ideias são corroboradas pelas seguintes falas:

“Ter um ambiente dedicado a isso e gerido pelo próprio Instituto é absolutamente necessário para o bom andamento dos trabalhos a distância” (P2).

“O AVA Moodle que o IFB utiliza é uma ferramenta de gerenciamento de conteúdos e atividades que possibilita a distribuição, controle e avaliação dos estudantes” (P22).

“O Ambiente virtual é um dos pilares para que a EAD aconteça de forma efetiva, seja em cursos presenciais, semipresenciais ou totalmente à distância. Serve como ferramenta de gestão do conhecimento e da informação” (P76).

A gestão dos processos administrativos no AVA acontece antes da oferta de uma disciplina e se prolonga para o durante e depois dessa oferta. (Mill *et al*, 2012, p. 230). Para este autor:

No AVA, os estudantes desenvolvem as atividades de aprendizagem virtuais, usufruindo da integração de diversos recursos em diferentes mídias e da dinamicidade e agilidade de atualização das informações típicas dos ambientes virtuais. Nesse processo, os educadores podem, fácil e rapidamente,

reestruturar as atividades propostas e suas práticas pedagógicas (Mill *et al*, 2012, p. 237)

Quanto às relações estabelecidas entre as metodologias voltadas ao ensino presencial e a educação a distância, os participantes reafirmam o importante papel do AVA como espaço no qual as metodologias e atividades propiciam autonomia no acompanhamento, organização e gerenciamento de suas atividades, pois levam os estudantes a atuarem ativamente desenvolvendo atitudes como produtores de conhecimento. Assim, em relação a “aprendizagens dos estudantes” foi destacado que:

“É um instrumento importante para auxiliar o estudante na organização de suas tarefas” (P7).

“Fundamental, até porque os estudantes precisam criar a cultura de verificar seu próprio rendimento em cada disciplina, tirar dúvidas com os professores e ter uma parcela de autogerenciamento do conhecimento, do rendimento e do aproveitamento das disciplinas no curso dentro da instituição, inclusive virtualmente (quando for o caso)” (P35).

Além disso, possibilita aos professores uma prática pedagógica mais flexível, como aponta o Participante a seguir:

“Permite a introdução de uma prática pedagógica mais flexível e criativa que leva os estudantes a terem uma atitude como produtores de conhecimento” (P9).

Martins e Campestrini (2007) argumentam que por meio do ambiente virtual de aprendizagem o estudante pode realizar qualquer tipo de atividade, contribuindo assim para construção dos conhecimentos. Para as autoras, na visão construtivista da aprendizagem, “os indivíduos são sujeitos ativos na construção dos seus próprios conhecimentos” (Martins; Campestrini, 2007, p. 159).

Por fim, para elaboração de projetos pedagógicos de curso/ planos de cursos com previsão de carga horária a distância nos currículos foram apontados como fundamentais os conhecimentos relacionados: a) à EaD/ legislação e normativas; b) à Educação profissional e tecnológica; c) ao Ambiente virtual de aprendizagem; d) às Tecnologias da Informação e Comunicação da educação profissional e tecnológica; e) às Metodologias; f) às Experiências de sucesso; g) às Habilidades pedagógicas para criação e produção de recursos educacionais; h) às habilidades tecnológicas; i) aos Conteúdo dos cursos; j) aos Projetos Pedagógicos dos Cursos/ Currículo.

Nesse sentido, destaca-se que apesar de alguns participantes afirmarem não saber opinar sobre o tema, outros afirmaram:

“Precisa conhecer as funcionalidades do AVA. Metodologias diferenciadas. Recursos virtuais”. (P5)

“A legislação relacionada ao assunto. Conhecimento da ementa, para poder atribuir o que é EaD e o que é presencial”. (P2)

“Metodologias de ensino, métodos avaliativos, desenvolvimento instrucional, elaboração de planos de aula”. (P17)

Assim, infere-se que os resultados corroboram a percepção da pesquisadora (a partir da análise do PPC dos cursos) quanto à necessidade de promover ações de formação contínua institucionais de forma a favorecer não só a uma reflexão crítica sobre a prática, mas também uma oportunidade de se atualizar e compartilhar conhecimentos até aqui adquiridos, conforme exposto a seguir.

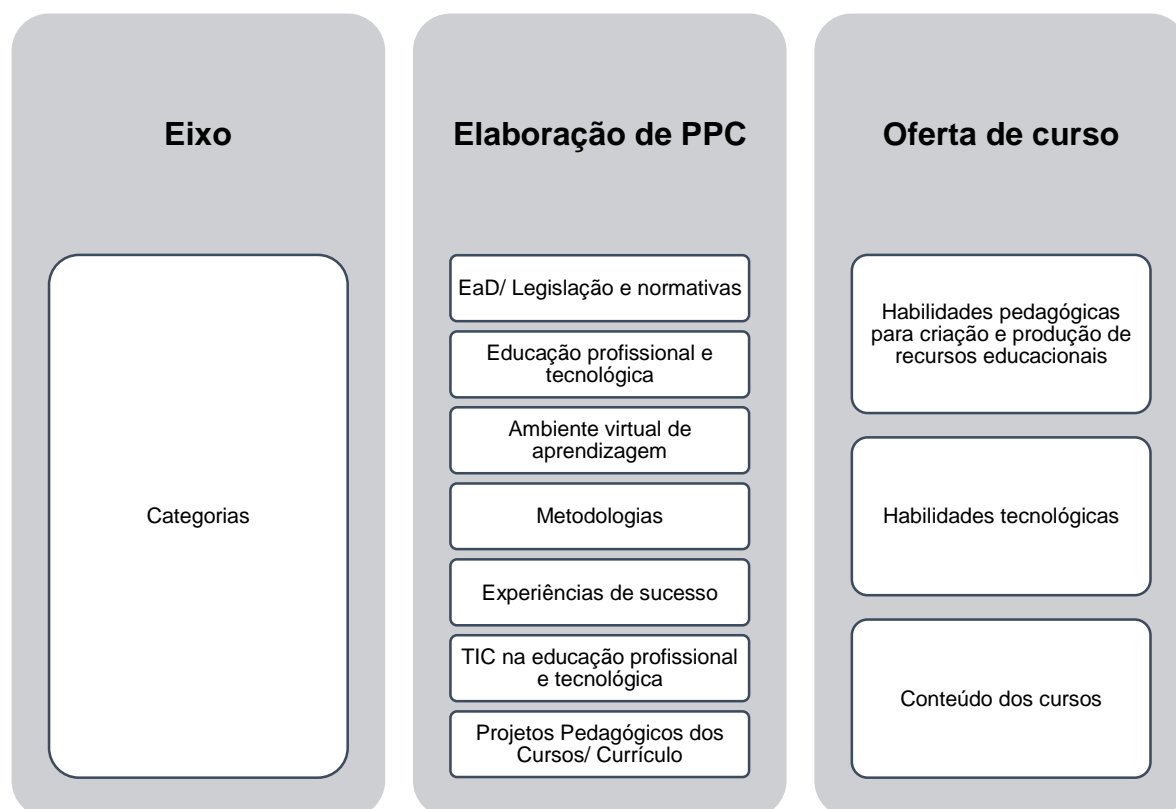
4.2.2 Necessidades formativas para implementação de carga horária EaD em cursos presenciais

Os dados relativos às necessidades formativas apontadas pelos participantes da pesquisa foram tratados à luz da análise de conteúdo, conforme aponta Bardin (2016). Para tanto, foi realizada a pré-análise por meio da leitura flutuante das respostas com a finalidade de organização das informações iniciais. Na fase de exploração do material, foram utilizadas a codificação, categorização e inferência dos resultados, com o intuito de avaliar e fundamentar as decisões tomadas na etapa da leitura flutuante.

Foi solicitado aos participantes da pesquisa que listassem as necessidades formativas fundamentais aos membros do colegiado que participam do processo de elaboração de projetos de curso presenciais que contem com carga horária a distância nos currículos. Foram listadas 132 contribuições relacionadas às necessidades formativas. As contribuições foram agrupadas em dois eixos denominados – elaboração de PPC e oferta de cursos. O eixo “elaboração de PPC” é composto por sete categorias, a saber: EaD/ legislação e normativas; educação profissional e tecnológica; ambiente virtual de aprendizagem; metodologias; experiências de sucesso; tecnologias da informação e comunicação da educação profissional e

tecnológica; projeto de conclusão de curso e currículo. O eixo “oferta de cursos” é composto por três categorias: conteúdos dos cursos; habilidades tecnológicas; habilidades pedagógicas para criação e produção de recursos educacionais. A Figura 01 apresenta a síntese dos eixos e suas categorias (Bardin, 2016).

Figura 1 - Síntese das necessidades formativas para implementação de carga horária EaD em cursos presenciais



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Esse resultado indica que os conhecimentos necessários para a implementação de carga horária nos PPCs dos cursos técnicos são, também, objeto das necessidades formativas. Nesse sentido, infere-se que mesmo reconhecendo a importância de determinados conhecimentos os participantes da pesquisa ainda se sentem inseguros e indicam a necessidade de formação para o bom desempenho de suas atividades além do avanço na compreensão de formação para EaD, não se limitando tão somente aos aspectos instrumentais e/ou técnicos.

a) Análise do eixo Elaboração de PPC

O eixo “Elaboração de PPC” é composto pelas respostas que apontam as

necessidades formativas na percepção dos participantes da pesquisa. Indica-se que essas necessidades estão voltadas ao desempenho de atividades de elaboração e/ou revisão dos planos de cursos técnicos presenciais que tenham ou venham a ter previsão de carga horária a distância, ou seja, demandas específicas da fase de planejamento e estruturação de um curso.

Em relação à categoria legislação e normativas voltadas à educação a distância, nota-se que os participantes estão cientes da importância de se conhecer essa base legal aplicada à modalidade, o que pode ser observado nas seguintes falas:

“É fundamental conhecer a legislação e normativas pertinentes” (P2).

“Conhecimento da legislação nacional e do IFB no que tange o assunto” (P12).

“Conhecimento das normas e legislações vigentes que tratam dessa implementação; entender as restrições em relação às componentes práticas” (P40).

Em relação a esses aspectos, Mill (2018) ressalta que a EaD como modalidade educacional prevista formalmente e legalmente no Brasil “possui um arcabouço legal que a regulamenta, orienta e suporta” (p.201). Nesse sentido, só é possível construir projetos pedagógicos institucionais tendo esses normativos como fundamentais.

Quanto à categoria metodologias aplicadas a EaD, as falas dos participantes indicam que esses estão cientes que o planejamento de um curso que tenha a previsão de implementação de carga horária a distância requer a utilização de metodologias adequadas a essa modalidade e não apenas a transposição de conteúdo do ensino presencial.

“Metodologias diferenciadas” (P4).

“Ter conhecimento em metodologias de EaD” (P40).

“Metodologias alternativas e instrumentos para a efetivação de uma educação a distância efetiva em seus pressupostos pedagógicos” (P48).

Como aponta Behar (2009) o processo educacional passa por mudanças significativas e ressignificando o valor da educação, característica da sociedade em rede que dá ênfase à cultura da aprendizagem. Esse modelo educativo, muito impulsionado pelas tecnologias, sobretudo na educação a distância, orienta novas formas de educar e de aprender abrindo espaço a novos modelos pedagógicos que

propiciam ao estudante estar “na posição de protagonista no processo da aprendizagem construída de forma cooperativa numa relação comunicativa renovada e reflexiva com os demais sujeitos” (Behar, 2009, p. 16). Assim, é fundamental a preocupação com as metodologias mais adequadas à educação a distância.

Em relação às habilidades tecnológicas sobre as TDIC e AVA, os participantes apontam o domínio de ferramentas digitais que auxiliem nas atividades na oferta da carga horária a distância do curso, conforme observa-se nas falas:

“Competência digital e desenho instrucional para disciplinas presenciais e online” (P6).

“Conhecimentos básicos de design de ambientes virtuais” (P12).

“Domínio das ferramentas educativas digitais” (P47).

Nos AVAs, são apontados pelos participantes o conhecimento das suas funcionalidades, limitações e possibilidades. Essas demandas são observadas a partir das seguintes falas:

“Além disso, conhecer as limitações e possibilidades dos possíveis AVA's” (P2).

“Precisa conhecer as funcionalidades do AVA” (P4).

O papel das TDIC está representado na fala do Participante P9, o qual reconhece que os usos das tecnologias digitais na educação contribuem para o desenvolvimento do estudante, seu preparo para o mundo do trabalho e a formação integral, pois trabalha o desenvolvimento da sua autonomia, competência e criatividade.

“Abertura para o uso das TDICs; usar as tecnologias para uso da criatividade, pensamento crítico e avaliação/monitoramento” (P9).

Nesse contexto, Belloni (2005) aponta que o uso educativo das tecnologias pode ser uma “oportunidade de formação do usuário crítico, competente e criativo, tanto para o estudante quanto para o professor” (p. 192). Belloni (2005) afirma que as sinergias positivas geradas entre o ensino presencial e a distância, decorrentes das inovações educativas exigidas pela EaD, seja em questões de técnicas de métodos ou organização, influenciam positivamente na formação profissional inicial e continuada. Nesse sentido, novas necessidades e demandas educacionais estarão

presentes nessas formações. Assim, na categoria habilidades pedagógicas para a criação e produção de recursos educacionais para atividades da carga horária a distância, os participantes apontam a necessidade de formação de:

“Práticas pedagógicas aliadas à tecnologia digital; [...] Formas de apresentar os conteúdos para torná-lo mais efetivo ao ensino à distância. Quantidade de material a ser apresentado. Formas de avaliação dos alunos” (P9).

“Desenvolvimento instrucional - elaboração de planos de aula” (P16).

“Distribuição, apresentação, metodologias e avaliação dos conteúdos que serão desenvolvidos” (P25).

“Como criar uma sala de aula online objetiva e interativa do ponto de vista de acompanhamento de progressão de conteúdo pelo estudante. Como criar uma sala de aula gamificada (não apenas pela implementação Gamificação de medalhas e níveis, mas a parte pedagógica da Gamificação e seus objetivos educacionais” (P49).

A modalidade a distância é um tipo distinto de oferta educacional que requer inovações ao mesmo tempo pedagógicas, didáticas e organizacionais e deve-se estar alerta ao perigo do deslumbramento, pois a inovação tecnológica não necessariamente se materializa como inovação pedagógica e não é uma solução milagrosa de problemas educacionais estruturais (Belloni, 2021). Nesse sentido, as questões relacionadas a categoria Projetos Pedagógicos dos Cursos/ Currículo demonstram haver interesse em compreender melhor os elementos necessários à construção desse documento, alicerces à oferta dos cursos. As preocupações dos participantes da pesquisa envolveram o perfil dos estudantes, a organização curricular e compatibilização da carga horária presencial e a distância, conforme observa-se nas falas:

“Conhecer o perfil dos estudantes, [...] o arcabouço teórico que possibilita a organização curricular e as práticas de ensino” (P29).

“A formação de currículo” (P60).

“Compatibilização de carga horárias para o desenvolvimento dos cursos EaD” (P66).

Conhecimentos que envolvem os conteúdos dos cursos e o compartilhamento de experiências de sucesso foram apontadas como necessidades formativas e estão

relacionadas ao domínio dos conteúdos das disciplinas e ao anseio por conhecer os modelos e possibilidades de integração da carga horária a distância em cursos presenciais adotados em outras instituições de ensino. As seguintes falas corroboram essas afirmativas:

“Conhecimento sobre atividades práticas do curso” (P31).

“[Conhecimento] de outras plataformas AVAs, de experiências integradas de sucesso entre o EAD e presencial em outras instituições” (P3).

“Compartilhar exemplos de casos de sucesso em diferentes áreas de formação” (P22).

“Como estão sendo trabalhadas as cargas horárias a distância em outros IFs” (P52).

b) Análise do eixo Oferta de cursos

O eixo “Oferta de cursos” contempla as categorias que apresentam a percepção dos participantes que apontam as necessidades formativas relacionadas diretamente com as atividades didáticas e pedagógicas na fase de desenvolvimento dos cursos. Nesse eixo estão as categorias: a) habilidades pedagógicas para criação e produção de recursos educacionais; b) habilidades tecnológicas e c) conteúdo dos cursos.

Nesse eixo os participantes reconhecem a importância de estarem preparados para esse novo modelo de interação com o estudante que envolve formas de preparação e disponibilização dos conteúdos do curso específicas para a modalidade a distância. Belloni (2021) avalia que a modalidade a distância é um tipo distinto de oferta educacional que requer inovações ao mesmo tempo pedagógicas, didáticas e organizacionais e alerta ao perigo do deslumbramento perante a inovação tecnológica ser confundida com a inovação pedagógica e considerada, equivocadamente, uma solução milagrosa de problemas educacionais estruturais.

Nesse sentido, os participantes apontam necessidades formativas voltadas ao desenvolvimento das habilidades pedagógicas para a produção/criação de recursos educacionais a partir de práticas pedagógicas aliadas às ferramentas tecnológicas que serão disponibilizados durante a oferta da carga horária a distância:

“Práticas pedagógicas aliadas à tecnologia digital; [...] Formas de apresentar os conteúdos para torná-lo mais efetivo ao ensino à distância. Quantidade de material a ser apresentado. Formas de avaliação dos alunos” (P9).

“Desenvolvimento instrucional - elaboração de planos de aula”(P16).

“Distribuição, apresentação, metodologias e avaliação dos conteúdos que serão desenvolvidos” (P25).

“Como criar uma sala de aula online objetiva e interativa do ponto de vista de acompanhamento de progressão de conteúdo pelo estudante. Como criar uma sala de aula gamificada (não apenas pela implementação Gamificação de medalhas e níveis, mas a parte pedagógica da Gamificação e seus objetivos educacionais” (P49).

Behar (2009) corrobora essa perspectiva ao afirmar que não basta apenas exportar para a EaD os materiais disponibilizados no presencial, ou seja, não se trata apenas da transposição de uma modalidade para outra já que o foco não está apenas na utilização dessa nova tecnologia, mas sim na sua efetiva aplicação sob o ponto de vista cognitivo. Dessa forma, as tecnologias devem servir como uma ferramenta para que se alcance o objetivo educacional pretendido o que requer desse profissional da educação o desenvolvimento de habilidades pedagógicas para o desenvolvimento e produção de conteúdos educacionais que utilizem as ferramentas tecnológicas como meio para o alcance dos objetivos propostos.

De igual modo, as habilidades tecnológicas - conhecimentos tecnológicos e domínios de ferramentas digitais - necessárias para o planejamento e desenvolvimento dos conteúdos durante os cursos, isto é, a serem disponibilizados em um ambiente virtual de aprendizagem.

“Competência digital e Desenho instrucional para disciplinas presenciais e online” (P6).

“Conhecimentos básicos de design de ambientes virtuais” (P12).

“Domínio das ferramentas educativas digitais” (P47).

Relacionados ainda a esse eixo, os participantes apontam necessidades formativas relativas aos conhecimentos que envolvem os conteúdos dos cursos. Tais conhecimentos estão relacionadas ao domínio dos conteúdos das disciplinas.

“Conhecimento sobre atividades práticas do curso” (P31).

“Habilidade e competências específicas da formação que atua” (P61).

Nessa perspectiva de desenvolvimento, Nóvoa (1992) aponta como crucial um ambiente educativo que estimule e valorize a prática da formação contínua dos profissionais. Para o autor, o desenvolvimento profissional deve estar articulado com as escolas e seus projetos.

4.3 - Implicações dos resultados da pesquisa para a elaboração do Produto Educacional

Nóvoa (1992) aborda a importância da criação de redes de (auto)formação, uma vez que ela é um processo interativo e dinâmico e pode se dar em espaços de formação mútua.

É preciso trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulado com as práticas educativas (Nóvoa, 1992, p. 89).

Nessa perspectiva, a partilha de saberes e experiências é elemento fundamental para consolidação de saberes emergentes da prática profissional, na qual o professor é chamado a desempenhar simultaneamente o papel de formador e formando. É nesse processo que Nóvoa (1992) defende que a transformação da escola se dá por meio da formação e essa formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, num esforço conjunto de produzir inovação e na procura dos melhores percursos.

De forma geral, infere-se que os participantes possuem muitos anseios quanto à formação para atuar na implementação de carga horária a distância em cursos presenciais - seja no processo de elaboração de PPC dos cursos técnicos ou na execução dos cursos – pois suas respostas puderam ser organizadas em dois eixos formativos: 1) oferta de carga horária a distância em cursos presenciais; 2) elaboração de projetos de curso presenciais com carga horária a distância.

Em relação ao eixo oferta de cursos destacamos que DEaD disponibiliza as

Trilhas Formativas em EaD¹⁷, uma série de cursos disponíveis aos servidores do IFB de forma contínua. As trilhas formativas possibilitam uma variedade de percursos de aprendizagem flexíveis, autônomos e individuais que podem ser vivenciados em tempos, lugares e recursos distintos (Costa; Gontijo, 2020). Para Medeiros (2022), a metodologia apresentada nessa trilha trata-se de uma

estratégia de aprimoramento que articula-se a inovação e a eficiência, assim com aprendizado contínuo, por meio de diferentes formas de aperfeiçoamento de cunho pessoal e profissional articulado à organização e ao planejamento voltado às práticas profissionais (Medeiros, 2022, p.114).

A autora aponta para o desafio institucional de manutenção da trilha, a qual requer uma constante atualização, uma vez que deve considerar as necessidades apresentadas pelo corpo docente e técnico do IFB.

Dessa forma, destaca-se que para o produto educacional desta pesquisa a ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO PRESENCIAIS COM CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA – UMA TRILHA FORMATIVA. Ou seja, interessa o eixo “elaboração de PPC”, uma vez que o seu objetivo é atender as necessidades latentes dos servidores em sua preparação para a elaboração/ revisão dos PPC dos cursos presenciais de forma a contribuir para a melhoria dos processos educativos da instituição.

¹⁷ Cursos disponíveis em: <https://padlet.com/IFBDEAD/padlet-da-trilha-de-forma-o-em-educa-o-a-dist-ncia-kbzxfl8nrtmqspog>

5. DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desta pesquisa, pela tipologia da área de Ensino da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pode ser considerado como um curso (Brasil, 2019). Constitui-se como uma Trilha Formativa destinado aos membros dos colegiados dos cursos técnicos para a elaboração de Projetos de curso que prevejam carga horária a distância em cursos presenciais.

A formação foi inicialmente planejada com conteúdo voltado ao atendimento dos aspectos legais e dos fundamentos educativo-pedagógicos preconizados pelo Instituto Federal de Brasília. Porém, foi aprimorada a partir dos resultados da pesquisa apontando a categorização dos temas que são abordados no Trilho Formativo - Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais:

1. EaD: conceitos e base legal;
2. Currículo na EPT e a relação com a EaD;
3. Tecnologias digitais de informação e comunicação na EPT;
4. Ambientes virtuais de aprendizagem;
5. PPC de curso técnico presencial com oferta de CH a distância no âmbito do IFB.

Destaca-se que a proposta das trilhas surge como alternativa para atender às necessidades formativas com caráter mais flexível e contínua, que proporciona ao profissional traçar seu próprio percurso formativo a partir de suas necessidades a fim de atender aos anseios e às necessidades latentes no contexto educacional vigente (Costa; Gontijo, 2020).

A Diretoria de Educação a Distância do IFB tem como uma de suas políticas institucionalizadas a formação dos servidores por meio das "Trilhas Formativas em EaD". Inicialmente, foram desenvolvidas cinco trilhas formativas, concebidas para oferecer percursos diversificados e atender aos variados níveis de aprendizagem dos participantes.

Cada trilha é apresentada de maneira visual através da incorporação de uma página do Padlet, uma ferramenta que possibilita a incorporação da página ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, o NEAD. Essas trilhas foram elaboradas para abranger áreas relacionadas aos interesses dos servidores,

considerando as indicações e necessidades identificadas pelos profissionais nos mapeamentos realizados nos diferentes campi.

Cada trilha recebeu um nome que reflete uma pergunta, buscando despertar o interesse dos servidores em explorar os materiais disponibilizados.

São eles:

- Trilha 1: Como planejar atividades não presenciais?
- Trilha 2: Quais as metodologias aplicadas na EaD?
- Trilha 3: Como produzir e utilizar conteúdos multimídias na EaD?
- Trilha 4: Como avaliar a aprendizagem na EaD?
- Trilha 5: Quais são os processos para criação de cursos EaD?

5.1. O planejamento do Trilho formativo – Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais?

O trilho formativo foi desenvolvido na modalidade de educação a distância e disponibilizado no NEAD em formato autoinstrucional e com intuito de servir como um organismo vivo que a medida que novas demandas formativas surjam, possam ser agregadas neste espaço. Ele tem como objetivo ampliar os conhecimentos dos profissionais atuantes nos cursos técnicos presenciais para a implementação de carga horária na modalidade da educação a distância. Está organizado em 5 cursos, com carga horária distribuída a partir dos objetivos educacionais propostos, entre 6 e 10 horas cada, totalizando em 40 horas.

O trilho ofertado na modalidade a distância foi desenvolvido em formato autoinstrucional ¹⁸(sem mediação), buscou considerar os princípios das metodologias ativas de ensino e aprendizagem e relacionar teoria e prática. O servidor, agora denominado cursista, pode inscrever-se nos cursos que sentir a necessidade em função de suas atividades laborais, por exemplo quando indicado para compor uma comissão de elaboração/ revisão de PPC dos cursos que envolvam carga horária a distância.

Os conteúdos foram disponibilizados em tópicos curtos, de forma objetiva, com

¹⁸ Os cursos autoinstrucionais são realizados sem o acompanhamento de um tutor. O participante acessa os materiais e conteúdos disponíveis de acordo com seu ritmo de aprendizagem e sua disponibilidade de tempo.

linguagem interativa e suporte das tecnologias digitais de informação e comunicação. Após a curadoria ¹⁹ os materiais foram disponibilizados no formato de vídeos, materiais textuais e links para internet e podem ser estudados de forma livre pelo cursista. As atividades avaliativas contam com recursos gamificados, de correção automática e caráter formativo servindo, também, como instrumento para revisão e fixação do conteúdo. O cursista pode repetir a atividade quantas vezes forem necessárias ao acerto de, pelo menos 60%, do valor atribuído as atividades.

O Quadro 3 apresenta o Mapa de Desenho Educacional (MDE) com a organização pedagógica do trilha formativo, dos cursos que o compõe, suas respectivas cargas horárias, conteúdos e atividades avaliativas.

¹⁹ Na preparação de conteúdos para EaD, o processo de curadoria caracteriza-se como uma metodologia para pesquisar, descobrir, filtrar, contextualizar e disponibilizar, a um público definido, conteúdos de Recursos Educacionais Abertos (REA) em diferentes formatos, visando as necessidades dos alunos.

Quadro 3 - Mapa de Desenho Educacional

Trilho Formativo: Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais?²⁰

Tópicos comuns a todos os cursos	Objetivos	Conteúdos	Atividades	Recursos	Duração	Avaliação
Apresentação	Compreender a organização e o funcionamento do curso.	Organização do curso Orientações sobre o funcionamento das atividades a serem realizadas no curso.	Leitura dos conteúdos disponibilizados sobre a organização do curso.	Página com conteúdo explicativo.	Já está contemplada na carga horária do curso.	Não há.
	Atualizar o perfil do cursista.	Orientações sobre o preenchimento e atualização do perfil do cursista no Moodle.	Editar e atualizar o seu perfil no Moodle.	Vídeo sobre como editar o perfil no Moodle.		
Espaço de Interação	Interagir com os outros cursistas, para troca experiências ou solicitar ajuda em algum tópico.	Orientações sobre o Fórum. Orientações para interagir melhor em ambientes virtuais de interação social.	Leitura das orientações sobre o fórum de troca de experiências. Assistir o vídeo Netiqueta EaD.	Fórum Troca de Experiências Vídeo Netiqueta EaD	Já está contemplada na carga horária do curso.	Não há.
Certificação	Compreender os critérios para conclusão e certificação do curso. Avaliar a formação ofertada. Emitir o certificado	Orientações sobre os critérios para a conclusão e certificação do curso. Formulário de avaliação do curso. Emissão do certificado.	Leitura das orientações sobre os critérios para conclusão e certificação do curso. Realizar a avaliação quanto a estrutura/ organização pedagógica do curso; adequação do curso às necessidades formativas e;	Página com conteúdo explicativo. Formulário do google incorporado à página do curso. Recurso: certificado.	Já está contemplada na carga horária do curso.	Não há.

²⁰ O Trilho Formativo objeto do produto educacional desta pesquisa é o “Trilho 6” das “Trilhas Formativas em EaD” do IFB e está disponível a partir do acesso ao AVA institucional: <https://nead.ifb.edu.br/>

			<p>presentar as opiniões e sugestões para melhoria do curso</p> <p>Ler o documento e dar o aceite/ não aceite ao TCLE.</p> <p>Emitir o certificado</p>			
Curso	Objetivos	Conteúdos	Atividades	Recursos	Duração	Avaliação
EaD: Conceitos e Legislação	Compreender os conceitos sobre Educação a Distância no Brasil	Conceitos sobre Educação a Distância no Brasil a partir dos seguintes objetos educacionais:	<p>Assistir os vídeos disponibilizados.</p> <p>Realizar as leituras dos artigos disponibilizados na plataforma;</p>	<p>Incorporar vídeos e artigos na sala do curso:</p> <p>Vídeo: O que é EaD?</p> <p>Vídeo: A Educação a Distância e as tendências do segmento</p> <p>Vídeo: Contexto da EaD na sociedade contemporânea</p> <p>Artigo: O que é educação a distância</p> <p>Artigo: Educação a Distância e inovações tecnológicas</p>	8h	<p>Atividade gamificada.</p> <p>Questionário com banco de questões diversificadas: associações, verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.</p>
	<p>Familiarizar-se à Legislação aplicada à Educação a Distância na educação básica</p> <p>Conhecer as normativas que orientam a aplicação da EaD no âmbito do IFB.</p>	<p>Recorte da legislação aplicada a Educação a Distância no contexto da educação básica e no âmbito do IFB.</p>	<p>Estudar o conteúdo do livro: Recorte da legislação aplicada a Educação a Distância na educação básica</p>	<p>Livro do Moodle com recortes que tratam da EaD na educação básica e no âmbito do IFB com direcionamento de links para acesso na íntegra aos respectivos normativos:</p> <p>Site do Planalto: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</p> <p>Site do Planalto: Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017</p> <p>Diário Oficial: Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021</p> <p>Site do Ministério da Educação: Catálogo Nacional</p>		

				de Cursos Técnicos Site do IFB: Resolução nº32/2019 - RIFB/IFB Site do IFB: Resolução nº 35/2020 - RIFB/IFB Diário Oficial: Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 PDF: Nota Técnica nº 2/2002 DEAD/PREN/RIFB/IFBRASILIA Site do IFB: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023 Site do IFB: Projeto Pedagógico Institucional		
Curso	Objetivos	Conteúdos	Atividades	Recursos	Duração	Avaliação
Currículo na EPT e a relação com a EaD	<p>Conceituar currículo.</p> <p>Compreender as dimensões do currículo (oculto, formal, real).</p> <p>Identificar as características do currículo formal no âmbito do PPC.</p> <p>Compreender os princípios que fundamentam a formação integral na EPT.</p>	<p>Currículo: conceitos e dimensões.</p> <p>Relação entre currículo e Projeto Pedagógico de Curso.</p> <p>Princípios que fundamentam a formação integral na EPT.</p>	<p>Realizar as leituras disponibilizadas na plataforma.</p> <p>Estudar os conceitos do currículo</p> <p>Estudar as dimensões do currículo.</p> <p>Assistir o vídeo disponibilizado.</p> <p>Estudar os princípios que fundamentam a formação integral na EPT.</p>	<p>Incorporar livros, artigos e infográficos na sala do curso:</p> <p>Vídeo: Currículo e trabalho na EPT - Aula 1</p> <p>Vídeo: Currículo e trabalho na EPT - Aula 2</p> <p>Livro: Currículos e Programas da EPCT</p> <p>Artigo: Currículo e Contextos De Aprendizagem: Integração Entre O Formal e O Não-Formal Por Meio De Tecnologias Digitais</p> <p>Artigo: Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo</p> <p>Infográfico: As 10 Competências Gerais que orientam a BNCC</p>	8h	Atividade gamificada (palavras cruzadas) a partir de um glossário.

Curso	Objetivos	Conteúdos	Atividades	Recursos	Duração	Avaliação
Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na EPT	<p>Conceituar Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.</p> <p>Identificar os diversos tipos de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.</p> <p>Reconhecer a contribuição das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto da EaD.</p> <p>Reconhecer a contribuição das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e sua relação com a Educação a Distância para a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo.</p>	<p>O que são Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.</p> <p>A aplicação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto da EaD.</p> <p>A contribuição da a EaD e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação para a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo.</p>	<p>Estudar o conteúdo do Livro: As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na EPT.</p> <p>Realizar a leitura de Textos e Artigos disponibilizados na plataforma.</p> <p>Apontar o papel das TDIC na formação integral do sujeito; Assistir vídeo disponibilizado na plataforma.</p>	<p>Incorporar vídeos e artigos na sala do curso:</p> <p>Vídeo: Currículo e Tecnologia - Como integrar?</p> <p>Artigo: Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino</p> <p>Artigo: Educação a distância e inovação tecnológica</p> <p>Vídeo: Educação e Tecnologia: Ontem, Hoje e Amanhã</p> <p>Artigo: Integração Das Tecnologias De Informação E Comunicação Na Educação : Novos Desafios E Possibilidades Para O Desenvolvimento Do Currículo</p>	6h	<p>Atividade gamificada.</p> <p>Questionário com banco de questões diversificadas: associações, verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.</p>
Curso	Objetivos	Conteúdos	Atividades	Recursos	Duração	Avaliação
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	<p>Compreender o conceito de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e suas finalidades.</p> <p>Identificar as</p>	<p>Ambientes Virtuais de Aprendizagem e sua finalidade.</p> <p>Ambientes virtuais de aprendizagem e sua relação com o processo de</p>	<p>Estudar o conteúdo da Lição - Ambientes Virtuais de Aprendizagem e sua finalidade.</p> <p>Assistir o vídeo animado exemplificando os potenciais</p>	<p>Página com conteúdo explicativo Incorporando vídeos e artigos na sala do curso:</p> <p>Vídeo: Ambientes virtuais de aprendizagem e funcionalidades</p>	8h	<p>Atividade gamificada (caça-palavras) a partir de um glossário.</p>

	<p>características de um ambiente virtual de aprendizagem institucionalizado.</p> <p>Reconhecer a importância de um ambiente virtual de aprendizagem institucionalizado.</p> <p>Apresentar o Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem institucionalizado no IFB.</p>	<p>institucionalização da Educação a Distância.</p> <p>Moodle: histórico; caracterização, principais funcionalidades e fundamentação pedagógica da plataforma.</p>	<p>dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem.</p> <p>Realizar a leitura de Textos e Artigos disponibilizados na plataforma</p> <p>Estudar o conteúdo do Livro - Moodle: A Plataforma Institucional do IFB.</p>	<p>Artigo: Ambientes virtuais de aprendizagem e suas possibilidades construtivistas</p> <p>Lição 1 (curso moodle para professores - básico) - Ambientes Virtuais de Aprendizagem</p> <p>Importar o Livro 2 (curso moodle para professores - básico) - Moodle: A Plataforma Institucional do IFB</p>		
Curso	Objetivos	Conteúdos	Atividades	Recursos	Duração	Avaliação
Elaboração de projeto político-pedagógico de curso técnico com oferta de carga horária a distância no âmbito do IFB	<p>Identificar as etapas de elaboração do PPC.</p> <p>Identificar como se dá a inserção da EaD na modalidade presencial no contexto do PPC.</p> <p>Examinar os critérios a serem atendidos para a inclusão de carga horária EaD em um PPC.</p> <p>Conhecer os documentos institucionais que orientam a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso de cursos técnicos no IFB.</p>	<p>Etapas de elaboração do PPC.</p> <p>A EaD na modalidade presencial no contexto do PPC.</p> <p>Critérios para a inclusão de carga horária EaD em um PPC.</p> <p>Checklist para elaboração de PPC com carga horária EaD.</p> <p>Documentos institucionais que orientam a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso de cursos técnicos no IFB.</p>	<p>Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado.</p> <p>Realizar a leitura complementar dos textos disponibilizados na plataforma.</p> <p>Realizar a leitura dos documentos institucionais que tratam sobre a construção do PPC disponibilizados.</p> <p>Realizar a leitura complementar dos normativos institucionais na íntegra.</p> <p>Analisar o checklist para elaboração de PPC com</p>	<p>Recurso livro: detalhar os tópicos do roteiro elaborado com base no modelo de PPC para os cursos Técnicos Subsequentes do IFB.</p> <p>Infográfico: Trilha de elaboração de PPC de Cursos Técnicos do IFB</p> <p>Modelo de documento: PPC Curso Técnico Subsequente</p> <p>Modelo de documento: Check-list para análise dos PPC Curso Técnico Subsequente</p> <p>Experiências de sucesso: Disponibilizar PPC aprovados no IFB:</p> <p>- PPC Curso Técnico em Serviços Públicos - Subsequente (modalidade presencial com CH/EaD)</p> <p>- PPC Curso Técnico em Secretaria Escolar - Subsequente (modalidade presencial com CH/EaD)</p>	10h	<p>Atividade gamificada.</p> <p>Questionário com banco de questões diversificadas: questões de múltipla escolha e associações</p>

			carga horária EaD	<ul style="list-style-type: none">- PPC Curso Técnico em Agropecuária - Subsequente (modalidade EaD)- PPC Curso Técnico em Segurança do Trabalho - Subsequente (modalidade EaD)- PPC Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet (modalidade presencial com CH/EaD)- PPC Licenciatura em Letras - Língua Espanhola (modalidade presencial com CH/EaD)		
--	--	--	-------------------	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

5.2. Aplicação do Produto Educacional

Como apontado anteriormente o produto educacional objeto deste estudo foi desenvolvido em formato de trilha formativa. Para a aplicação passou a integrar a proposta formativa institucional denominada: Trilhas Formativas em EaD, sendo considerado o Trilho 6: Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais? Dessa forma, mesmo sendo planejado a partir dos resultados dessa pesquisa, seguiu os parâmetros institucionais para ser integrado ao NEAD.

Para aplicação do produto, foram convidados a participar do curso os servidores da instituição aptos a compor as comissões de elaboração e revisão dos PPCs dos cursos técnicos presenciais com previsão de carga horária a distância. Num segundo momento, a oferta foi ampliada aos estudantes dos cursos de licenciatura do IFB. Essa ampliação surgiu da demanda da coordenação de um curso de licenciatura, sendo estendida aos demais cursos.

A aplicação do produto educacional teve início em 13/03/2023. A divulgação foi realizada a partir da participação da pesquisadora convidada a proferir a palestra “Como elaborar projetos de cursos para EaD”, no Encontro Pedagógico Unificado (EPU)²¹ – 2023 que marcou o início do ano letivo de 2023. Essa atividade ocorreu no formato síncrono em uma sala virtual disponibilizada pela organização do evento e teve cerca de uma hora e meia de duração. Participaram da atividade aproximadamente 65 servidores, entre professores e técnicos do IFB. Na ocasião, apresentou-se a trajetória da pesquisa, os resultados que ensejaram a construção do produto educacional e o trilho formativo.

Além disso, foi encaminhado um convite pelo e-mail aos servidores da instituição que participaram da pesquisa. De forma complementar, o convite foi reafirmado em outros momentos, via e-mail institucional, a todos os servidores do IFB. Nessa oportunidade, o trilho foi apresentado de forma integral e em seus cursos em separado, sendo essa uma estratégia para instigar a participação a partir da apresentação mais detalhada dos temas categorizados em cursos. Insta consignar que os cursos que compõem o trilho 6, não possuem qualquer relação de dependência

²¹ Evento destinado a discutir temas relevantes, compartilhar metodologias de ensino inovadoras, explorar novas abordagens pedagógicas e promover o aprimoramento constante das práticas educacionais.

ou hierarquia entre si, podendo ser realizados em ordem aleatória e individualmente.

Destaca-se que quanto a participação dos estudantes das licenciaturas, a divulgação e participação ocorreram a partir de visita da pesquisadora aos *campi* que manifestaram interesse nessa parceria. Foram realizadas visitas a cinco *campi*, abrangendo a participação de estudantes de cinco das nove licenciaturas ofertadas no IFB. Quanto aos demais *campi*, esses manifestaram interesse futuro da participação de seus estudantes.

Foi respeitado o prazo final de aplicação do produto educacional no dia 30/04/2023 e todos os participantes, aqui denominados cursistas, receberam os certificados dos cursos realizados com a carga horária. Portanto, não é necessário cumprir todo o trilha para ser certificado (Costa; Gontijo, 2020).

5.2.1 Análise dos resultados da aplicação/ avaliação do Produto Educacional

O objetivo do produto educacional – Trilho Formativo: Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais? – foi ampliar os conhecimentos dos profissionais atuantes nos cursos técnicos presenciais para a implementação de carga horária na modalidade da educação a distância. A avaliação do Trilho Formativo teve como referência esse objetivo, bem como o atendimento às demandas advindas dos resultados do questionário de pesquisa. São considerados avaliadores do Trilho Formativo todos os sujeitos – servidores e estudantes de licenciatura - que participaram da fase de aplicação compreendida no período entre 13/03/2023 a 30/04/2023 na qualidade de cursistas.

A avaliação foi realizada por meio de formulário do Google incorporado à página do curso e disponibilizado no tópico de certificação. Destaca-se que, inicialmente, o cursista foi convidado a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da avaliação do produto educacional, no qual pôde optar por participar da pesquisa. Nesse sentido, apesar da avaliação do curso ter sido um dos critérios obrigatórios para emissão do certificado, seus resultados só foram incluídos na pesquisa quando expressamente autorizado. A Tabela 3 apresenta os quantitativos

de participações²² na aplicação do produto educacional.

Tabela 3 - Participações na avaliação do produto educacional (dados quantitativos)

Curso	Inscritos no curso	Concluintes / avaliações (%)	Participaram da pesquisa (%)	Não participaram da pesquisa (%)
EaD: Conceitos e Base legal	97	50,5	81,6	18,4
Currículo na EPT e a relação com a EaD	71	19,7	85,7	14,3
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na EPT	57	29,8	76,5	23,5
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	72	37,5	88,9	11,1
PPC de curso técnico presencial com oferta de CH EaD no âmbito do IFB	68	20,6	92,9	7,1
Total de participações	365	33,2 %	84,3 %	15,7 %

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Destaca-se que como os cursos foram avaliados de forma independente, o número de participantes cursistas variou entre os cursos, conforme apresenta a Tabela 3. As inscrições nos cinco cursos do Trilho Formativo totalizaram 365 e a média de concluintes dos cursos foi de 33,2%. No quesito concluintes, os cursos EaD: Conceitos e Base legal e Ambientes Virtuais de Aprendizagem foram os que tiveram o maior número de concluintes, 50,5% e 37,5%, respectivamente. Dos cursistas que concluíram o curso, ou seja, realizaram a avaliação, 84,3% concordaram em participar da pesquisa e 15,7% não concordaram. As avaliações dos cursistas que não concordaram em participar da pesquisa não serão objeto desta análise.

Em relação ao instrumento de avaliação do produto educacional, destaca-se que foi composto por dez questões fechadas, utilizando a escala Likert com cinco pontos que variando entre “concordo plenamente a discordo plenamente”. Os aspectos abordados na avaliação foram: a estrutura/ organização pedagógica do curso e a adequação do curso às necessidades formativas. Ao final do instrumento foi

²² O número de participações não corresponde ao número de participantes cursistas, uma vez que cada participante cursista poderia realizar os cinco cursos, preenchendo cinco questionários de avaliação (um por curso).

disponibilizado um campo no qual os avaliadores poderiam registrar opiniões/sugestões a fim de contribuir de forma mais direta com uma possível revisão e adequação do curso.

Para uma melhor análise dos resultados das questões fechadas, foi realizada uma abordagem quantitativa para estabelecer o *Ranking* Médio (RM) das respostas dos avaliadores. O RM foi calculado pela média ponderada de cada um dos itens do questionário, dividindo-os pelo número total de participações (NP) ao questionário (Morais, Matos, 2020; Oliveira, 2005). Desta forma, o RM foi calculado pela equação: $RM = \sum (F.V) / (NP)$, em que: F = frequência observada de cada resposta para cada afirmação, V = valor de cada resposta, NP = número de participações.

Cada resposta possui o seguinte valor para V: Discordo Plenamente = 1, Discordo Parcialmente = 2, Não concordo, nem discordo = 3, Concordo Parcialmente = 4 e Concordo Plenamente = 5. Quanto mais próximo o RM estiver de cinco, maior será o nível de concordância dos cursistas quanto à afirmação, e quanto mais próximo de um, menor será essa concordância.

Os cursos do trilha formativo foram avaliados de forma independente, considerando duas perspectivas: estrutura e organização pedagógica dos cursos e adequação do curso às necessidades formativas.

Em relação a **estrutura/ organização pedagógica**, os cinco cursos foram avaliados considerando as seguintes afirmativas: a) os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação; b) Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso; c) a carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos; d) a qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação; e) os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas; f) bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados; g) metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso; h) metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso; i) instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem; j) carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades. A Tabela 4 apresenta o *Ranking* Médio (RM) de cada uma das afirmativas.

Tabela 2 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica dos cursos

Afirmativa	Ranking Médio (RM)					
	EaD: Conceitos e Legislação	Currículo na EPT e a relação com a EaD	Tec. Digitais de Informação e Comunicação na EPT	Ambientes Virtuais de Aprendizagem	PPC de curso técnico presencial com oferta de CH EaD no âmbito do IFB	Geral das afirmativas
Os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação.	4,8	4,8	4,7	5,0	5,0	4,9
Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso	4,9	4,7	4,8	5,0	4,9	4,9
A carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos	4,6	4,5	4,6	4,8	5,0	4,7
A qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação	4,8	4,8	4,8	5,0	4,9	4,8
Os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas	4,9	4,7	4,7	5,0	4,9	4,8
A bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados	4,8	4,5	4,6	5,0	4,9	4,8
A metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso	4,8	4,6	4,6	4,9	4,9	4,8
A metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso	4,9	4,6	4,8	4,9	5,0	4,8
Os instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem	4,8	4,8	4,7	5,0	4,9	4,8
A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades	4,7	4,7	4,8	4,8	4,9	4,8
RM Geral dos Cursos	4,8	4,7	4,7	4,9	4,9	4,8

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

A média geral de avaliação dos cursos foi de valor de RM = 4,8. Observe que essa média está entre os conceitos concordância com as afirmativas “concordo plenamente =5” e “concordo parcialmente = 4”. Os cursos melhor avaliados foram -

Ambientes Virtuais de Aprendizagem e PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária EaD no âmbito do IFB, com RM de 4,9. Os cursos Curso Currículo na EPT e a relação com a EaD e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na EPT obtiveram RM de 4,7. Ao analisar os resultados do que se referem ao “atendimento dos objetivos de aprendizagem e aos conteúdos estarem condizentes aos objetivos do curso” o melhor valor de RM foi 4,9; em relação a adequação da carga horária para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos, o é de RM igual a 4,7. Nas demais afirmativas, em geral, obteve RM igual a 4,8.

De modo geral, a avaliação dos cursos quanto à estrutura/ organização pedagógica é positiva, com pontuações próximas ou acima de 4,8, na maioria das categorias avaliadas. Isso sugere que os cursos foram bem estruturados, atenderam aos objetivos de aprendizagem e receberam *feedback* favorável por parte dos cursistas.

Em relação à **adequação dos cursos às necessidades formativas**, as afirmativas foram personalizadas aos cursos, voltadas aos respectivos objetivos de aprendizagem delineados. As questões abertas do questionário tinham a intenção de auxiliar na reflexão e melhor entendimento dos resultados encontrados na média geral de *Ranking* Médio (RM) dos cursos e dos critérios de avaliação quanto à adequação do curso às necessidades formativas. Porém em nenhuma das respostas dos cursistas foram mencionados aspectos ou sugestões relacionadas a esse critério.

Diante da falta de respostas dos cursistas com sugestões relacionadas à adequação dos cursos às necessidades formativas, infere-se que os cursistas não tenham percebido a necessidade de mudanças ou melhorias na adequação dos cursos. Há que considerar a possibilidade de os cursistas não terem indicado melhorias em função da inexperiência com a modalidade EaD.

A Tabela 5 apresenta o *Ranking* Médio (RM) de cada uma das afirmativas utilizadas como critérios de avaliação dos cursos quanto à adequação dos cursos às necessidades formativas.

Tabela 3 - Ranking Médio (RM) dos critérios de adequação dos cursos às necessidades formativas

Afirmativa	Ranking Médio (RM)				
	EaD: Conceitos e Legislação	Currículo na EPT e a relação com a EaD	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na EPT	Ambientes Virtuais de Aprendizagem	PPC de curso técnico presencial com oferta de CH EaD no âmbito do IFB
Compreendi os conceitos sobre EaD	4,9	-	-	-	-
Analisei a Legislação aplicada a EaD nos cursos técnicos	4,7	-	-	-	-
Compreendi como a teoria de currículo se aplica a educação a distância	-	4,8	-	-	-
Compreendi como os elementos da organização do trabalho pedagógico se articulam na educação a distância	-	4,8	-	-	-
Compreendi a finalidade do Projeto Pedagógico do Curso ou Plano de Curso	-	4,8	-	-	-
Compreender os princípios que fundamentam a formação integral na EPT	-	4,8	-	-	-
Compreendi o conceito das TDICs	-	-	4,8	-	-
Reconheci a contribuição das TDICs no contexto da EaD	-	-	4,9	-	-
Reconheci a contribuição das TDICs e sua relação com a EaD para a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo	-	-	4,8	-	-
Compreendi o conceito de Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA e sua finalidade	-	-	-	5,0	-
Compreendi a finalidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA institucionalizado	-	-	-	4,9	-
Compreendi como a teoria de currículo se aplica a EPT e a EaD	-	-	-	-	4,8
Compreendi como os elementos da organização do trabalho pedagógico se articulam a EPT e a EaD	-	-	-	-	4,7

Conheci os documentos institucionais que versam sobre o PPC	-	-	-	-	5,0
Compreendi como organizar e elaborar um PPC com carga horária à distância.	-	-	-	-	5,0
Considero o checklist dos objetos a serem preenchidos para a elaboração de um PPC adequado	-	-	-	-	5,0
RM Geral dos Cursos	4,8	4,8	4,8	4,9	4,9

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

A Tabela 5 apresenta algumas células em branco, pois a avaliação quanto à adequação às necessidades formativas está diretamente relacionada aos objetivos de aprendizagem de cada curso. Assim, os campos em branco correspondem a objetivos não pertinentes àquele curso.

A avaliação dos cursos do Trilho Formativo no que se refere à avaliação dos critérios de adequação dos cursos às necessidades formativas obtiveram valor de RM igual a 4,85, sendo 2 com valor igual a 4,9 e 3, igual a 4,8. Os cursos que obtiveram o maior valor de avaliação dos critérios foram o Curso Ambientes Virtuais de Aprendizagem e o Curso PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária EaD no âmbito do IFB.

Os resultados também apontaram que em 2 critérios a afirmativa referente à compreensão dos conceitos sobre EaD obteve valor de RM igual a 4,9, enquanto a afirmativa referente à análise da legislação aplicada a EaD nos cursos técnicos obteve valor de RM igual a 4,7.

Em geral, os resultados indicam que os cursos foram avaliados de forma positiva em relação à sua adequação às necessidades formativas dos cursistas. Os cursos "Ambientes Virtuais de Aprendizagem" e "PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária EaD no âmbito do IFB" foram destacados como sendo os mais adequados. Além disso, a compreensão dos conceitos sobre EaD foi considerada satisfatória, enquanto a análise da legislação aplicada teve uma avaliação um pouco menor, mas ainda positiva. Esses resultados podem fornecer percepções úteis para aprimorar a qualidade dos cursos e garantir sua adequação contínua às necessidades dos cursistas.

Na sequência, analisaremos individualmente os cursos em termos da estrutura e organização pedagógica e sua adequação às necessidades formativas dos cursistas. Essa análise nos permitirá examinar mais de perto como cada curso foi percebido e identificar pontos fortes e áreas que podem ser aprimoradas. O objetivo é obter uma compreensão mais abrangente de como cada curso atendeu às expectativas e objetivos de aprendizagem delineados, proporcionando percepções valiosas para futuras ações de melhoria e desenvolvimento dos cursos.

a) EaD: conceitos e base legal

A estrutura e organização pedagógica do curso **EaD: Conceitos e Legislação** obteve o valor do RM entre 4,6 e 4,9 e a média geral de 4,8. Neste curso, as afirmativas melhores avaliadas foram as que se referem aos conteúdos estarem condizentes aos objetivos do curso; aos recursos educacionais utilizados serem pertinentes às atividades propostas e; a coerência da metodologia adotada com os conteúdos e temas debatidos, todos com RM no valor de 4,9. A afirmativa com menor valor foi a que se refere a carga horária ser suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos com RM igual a 4,6, conforme apresenta a Tabela 6.

Tabela 4 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso EaD: Conceitos e Legislação

Afirmativa	Ranking Médio (RM) EaD: Conceitos e Legislação
Os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação.	4,8
Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso	4,9
A carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos	4,6
A qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação	4,8
Os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas	4,9

A bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados	4,8
A metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso	4,8
A metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso	4,9
Os instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem	4,8
A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades	4,7
Compreendi os conceitos sobre EaD	4,9
Analisei a Legislação aplicada a EaD nos cursos técnicos	4,7
RM Geral do Curso	4,8

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Tendo como referência os resultados encontrados no Ranking Médio (RM) dos cursos e os critérios de avaliação quanto à estrutura e organização, destaca-se que as respostas às questões abertas serviram para esclarecimento e melhor entendimento desses mesmos resultados.

Quanto às avaliações dos critérios que obtiveram valor de RM igual a 4,9, as falas dos cursistas refletem e complementam os pontos positivos que tratam de os conteúdos estarem condizentes aos objetivos, da escolha dos recursos educacionais utilizados e da metodologia adotada, conforme podemos observar em suas falas:

“Eu achei as atividades bem didáticas” (C15).

“A formação está bem estruturada e a minha sugestão é que ela seja constantemente atualizada, especialmente no que se refere aos normativos, para que seja um espaço constante de formação e consulta” (C18).

Outras falas apresentam, elogios e sugestões de melhorias no curso:

“Poderia ter algumas partes por escrito, não somente vídeos” (C10).

“Reduzir a quantidade de vídeos e oferecer outras alternativas como: podcasts e textos em PDF e em HTML” (C22).

Segundo Filatro (2018), o diálogo didático na educação a distância ocorre por meio das diversas mídias utilizadas. Para garantir o sucesso desse diálogo, é crucial traduzi-lo em diferentes linguagens, como oral, textual e visual, mantendo sempre o foco nos objetivos de aprendizagem e no perfil dos alunos. O diálogo didático, a partir da interação entre os participantes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, é a chave para esse sucesso. De acordo com a autora, o diálogo minimiza as distâncias e aproveita ao máximo as potencialidades das mídias disponíveis.

As falas dos cursistas trazem uma contribuição ímpar para a revisão dos cursos, mesmo que os critérios tenham sido considerados os mais bem avaliados, quando nos reportamos aos aspectos quantitativos. Eles esclarecem de forma direta a pesquisadora em relação aos aspectos a serem aprimorados no produto educacional, por exemplo, evidenciam a necessidade de mesclar mais recursos multimídias para atingir diferentes estilos de aprendizagem, e não apenas focar na mídia vídeo.

Quanto à avaliação que refere a carga horária ser suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos com RM igual a 4,6, as falas dos cursistas evidenciam que essa carga horária deve ser aumentada:

“Aumentar carga horária do curso” (C16).

“Maior carga horária do curso” (C39).

A avaliação da carga horária do curso revelou perspectivas divergentes entre os cursistas. Alguns consideraram a carga horária suficiente para os objetivos de aprendizagem, enquanto outros solicitaram mais tempo para explorar os temas em maior profundidade. Essas visões destacam a importância de equilibrar a carga horária para garantir uma formação abrangente e adequada às necessidades dos cursistas. Filatro (2018) destaca que embora não haja uma fórmula definitiva para estimar a duração das atividades, a experiência do especialista pode ajudar a aproximar a previsão do tempo ideal para que o aluno possa estudar de forma eficaz.

Em relação a adequação do curso às necessidades formativas, a avaliação apontou que em 2 critérios a afirmativa referente à compreensão dos conceitos sobre EaD obteve valor de RM igual a 4,9, enquanto a afirmativa referente à análise da legislação aplicada à EaD nos cursos técnicos obteve valor de RM igual a 4,7. Quanto à compreensão dos conceitos sobre EaD, obteve valor de RM igual a 4,9, enquanto a afirmativa referente à análise da legislação aplicada à EaD nos cursos técnicos,

obteve valor de RM igual a 4,7.

Embora a avaliação tenha mostrado uma alta pontuação nos dois critérios, a diferença entre eles pode ser atribuída à complexidade da legislação aplicada à EaD nos cursos técnicos em comparação aos conceitos gerais sobre EaD. Essa análise está de acordo com as contribuições de Moran (2011), que ressalta a importância de uma compreensão sólida dos conceitos e da legislação relacionados à EaD para uma formação adequada e em conformidade com as exigências legais. Isso reforça a necessidade contínua de aprimoramentos nos cursos, especialmente na análise da legislação aplicada a EaD nos cursos técnicos, para garantir uma formação de qualidade e alinhada às necessidades dos cursistas.

A avaliação positiva dos cursistas e o alinhamento do curso com os objetivos de aprendizagem indicam a satisfação dos cursistas no sentido de atender às suas necessidades formativas e demonstrar a eficácia da formação. Preservar a estrutura atual do curso se baseia nessas evidências positivas de impacto e resultados alcançados, contudo, implica também futuras atualizações, visto que os conhecimentos são dinamicamente mutáveis, que os docentes se apropriam de novas ferramentas tecnológicas e pedagógicas, que novos profissionais são integrados à estrutura institucional e, que, portanto, novas necessidades precisam ser atendidas.

Essa constatação reforça a importância da formação para atuação numa EaD institucionalizada, pois infere-se que para que essa empreitada seja bem-sucedida é fundamental o conhecimento da legislação que a ampara e seus conceitos básicos.

b) Currículo na EPT e a relação com a EaD

A estrutura e organização pedagógica do curso **Currículo na EPT e a relação com a EaD**, as afirmativas melhor avaliadas foram as que se referem aos objetivos de aprendizagem atenderem as expectativas, a qualidade e a organização do material didático serem adequadas a formação e aos instrumentos de avaliação utilizados adequados aos objetivos de aprendizagem, ambos com RM igual a 4,8, conforme apresenta a Tabela 7.

Tabela 5 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso Currículo na EPT e a relação com a EaD

Afirmativa	Ranking Médio (RM) Currículo na EPT e a relação com a EaD
Os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação.	4,8
Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso	4,7
A carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos	4,5
A qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação	4,8
Os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas	4,7
A bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados	4,5
A metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso	4,6
A metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso	4,6
Os instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem	4,8
A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades	4,7
Compreendi como a teoria de currículo se aplica a educação a distância	4,8
Compreendi como os elementos da organização do trabalho pedagógico se articulam na educação a distância	4,8
Compreendi a finalidade do Projeto Pedagógico do Curso ou Plano de Curso	4,8
Compreender os princípios que fundamentam a formação integral na EPT	4,8

RM Geral do Curso**4,7**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Esses resultados são reforçados pelas falas dos cursistas:

“Gostei muito da didática do curso” (C3).

“Curso muito bom! Gostei muito dos recursos utilizados” (C5).

Os critérios que se referem a carga horária ser suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos e a adequação da bibliografia aos conteúdos trabalhados foram os que tiveram menor valor atribuído com RM 4,5. Além das questões fechadas, as falas dos cursistas nos dão direções para um aprimoramento do curso a partir de diversificações das mídias a serem utilizadas, conforme retrata a fala do cursista 7:

“Senti falta de tecnologias digitais para ajudar na compreensão do conteúdo pois a grande maioria deles eram para leitura” (C7).

Nesse sentido, a abordagem proposta por Filatro (2018) contribui com essa sugestão, pois enfatiza o uso das potencialidades das mídias na educação a distância. Cada mídia possui características e recursos específicos que podem ser explorados de forma pedagogicamente eficaz. Por exemplo, vídeos podem transmitir informações de maneira visualmente atraente. A diversidade de mídias disponíveis abre possibilidades para a criação de experiências de aprendizagem enriquecedoras e engajadoras.

Em relação à adequação do curso às necessidades formativas a avaliação apontou que 4 afirmativas obtiveram valor de RM igual a 4,8. Destaca-se que não houve sugestões em relação a melhorias.

Infere-se que a avaliação positiva do curso pode indicar que os aspectos relacionados às necessidades formativas foram atendidos. Essa constatação é congruente com as contribuições de Filatro (2018), que ressaltam que o currículo vai além da simples seleção de conteúdos a serem ensinados. Ele engloba a sequência na qual os conteúdos devem ser aprendidos, a compreensão das interconexões entre eles e a análise de como essas relações se estabelecem em contextos específicos ao longo do tempo. Portanto, essa análise evidencia a importância de considerar não apenas os conteúdos, mas também a estrutura e a sequência de aprendizagem para

garantir que as necessidades formativas dos cursistas sejam devidamente atendidas.

Em relação a uma política de institucionalização da EaD, compreender como a teoria do currículo, os elementos do trabalho pedagógico e a finalidade de um plano de curso são fundamentais. Essa visão pedagógica fundamentada articula-se às especificidades da educação a distância como modalidade de ensino de forma a qualificar o trabalho do docente e das equipes multidisciplinares envolvidas nessa tarefa.

Considerando a avaliação positiva dos cursistas em relação ao curso e sua satisfação com os recursos utilizados, decidimos aprimorar as experiências de aprendizagem incluindo dois vídeos relacionados ao tema do currículo e trabalho na EPT. Essa adição visa enriquecer e engajar os cursistas por meio da diversidade de mídias utilizadas, contribuindo para uma aprendizagem mais enriquecedora e envolvente. Por se tratar de uma instituição de educação básica, técnica e tecnológica articular seus fundamentos específicos à educação a distância confere à institucionalização da EaD a possibilidade de atender as particularidades de uma formação para o mundo do trabalho.

c) Tecnologias digitais de informação e comunicação na EPT

A estrutura e organização pedagógica do curso Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na EPT obteve 4 as afirmativas mais bem avaliadas com RM de valor igual a 4,8, quais sejam: as que se referem aos conteúdos estarem condizentes aos objetivos do curso; a qualidade e a organização do material didático ser adequadas para a formação; a metodologia adotada ser coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso e; a carga horária ser eficiente para o desenvolvimento das atividades. A Tabela 8 apresenta os resultados da avaliação do curso.

Tabela 6 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na EPT

Afirmativa	<i>Ranking Médio (RM)</i> Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na EPT
Os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação.	4,7
Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso	4,8
A carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos	4,6
A qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação	4,8
Os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas	4,7
A bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados	4,6
A metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso	4,6
A metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso	4,8
Os instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem	4,7
A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades	4,8
Compreendi o conceito das TDICs	4,8
Reconheci a contribuição das TDICs no contexto da EaD	4,9
Reconheci a contribuição das TDICs e sua relação com a EaD para a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo	4,8
RM Geral do Curso	4,7

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Os resultados do RM são corroborados pelas respostas das questões abertas, conforme transcrição a seguir:

“Gostei muito de terem colocados projetos que estão caminhando para um maior entendimento das TDICs no âmbito escolar e da aprendizagem. Fiquei com vontade de saber mais sobre esses projetos” (C1).

“A seleção do conteúdo apresentado no curso foi bastante cuidadosa e acertada. É muito fácil navegar na sala virtual e acessar os materiais” (C2).

“O curso foi elaborado de maneira muito didática” (C3).

“Gostei muito do curso e adorei os recursos utilizados. Os recursos utilizados variados despertaram a minha atenção e meu interesse em conhecer mais” (C5).

Foram 3 as afirmativas avaliadas com RM igual a 4,6, quais sejam: as que se referem a carga horária ser suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos; a bibliografia utilizada ser adequada aos conteúdos trabalhados e; e metodologia adotada favorecer o alcance dos objetivos propostos. A sugestão dos cursistas vem corroborar com o apontamento da carga horária refletido nas questões fechadas bem com sugerir a disponibilização de mais exemplos de aplicações de TDIC:

“Gostaria de ter visto mais exemplos de aplicações de TDIC” (C4).

“Acredito que um pouco mais de tempo seria ótimo” (C6).

“Eu achei que faltou uma exploração maior dos recursos de EAD que o curso propõe, como gamificação, por exemplo. Dessa forma, apesar de ter achado ótimas as propostas de vídeos e artigos, achei que ainda ficou ainda muito no senso comum do que já vem sendo feito, não houve a inovação que é falada. Faltou também uma revisãozinha e que fique mais claro que é para marcar mais de uma questão” (C10).

As avaliações dos cursistas destacaram a congruência dos conteúdos com os objetivos do curso, a qualidade do material didático, a coerência da metodologia adotada e a eficiência da carga horária. Essa perspectiva está alinhada com as contribuições de José Moran (2015) em relação à estruturação de cursos. As respostas dos cursistas nas questões abertas reforçam esses resultados positivos,

destacando a seleção cuidadosa dos conteúdos, a didática envolvente e o interesse em explorar mais exemplos de aplicações das tecnologias digitais. Embora a avaliação tenha indicado algumas pontuações ligeiramente inferiores na carga horária, as sugestões dos cursistas indicam um genuíno desejo de aprofundar os temas, buscando mais tempo e recursos inovadores.

A avaliação da adequação do curso às necessidades formativas revela uma pontuação positiva nas três afirmativas avaliadas. Uma delas, que diz respeito ao reconhecimento da contribuição das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no contexto da Educação a Distância (EaD), obteve uma alta pontuação de RM igual a 4,9, enquanto as outras duas afirmativas receberam uma pontuação de RM igual a 4,8.

A pontuação elevada nessas afirmativas atesta a consonância do curso com as perspectivas e práticas discutidas por Belloni (2021), demonstrando uma abordagem atualizada e contextualizada em relação à educação a distância. Belloni (2021) ressalta a importância de estruturar cursos e atividades de modo alinhado aos objetivos de aprendizagem, levando em consideração a qualidade do material didático, a coerência metodológica e a eficiência da carga horária. Essa avaliação positiva reflete uma abordagem atualizada e contextualizada que busca abraçar as transformações necessárias nos processos de ensino e aprendizagem, visando maximizar o potencial das tecnologias digitais na educação.

A avaliação geral revelou uma visão positiva do curso e indicou que os aspectos voltados às necessidades formativas e aos objetivos de aprendizagem foram atendidos de forma satisfatória. Os cursistas expressaram satisfação em relação aos recursos utilizados, à estrutura pedagógica e à metodologia adotada. Além disso, destacaram a congruência dos conteúdos com os objetivos do curso e a eficiência da carga horária para o desenvolvimento das atividades. Esses resultados demonstram que o curso cumpre com sua proposta educacional de maneira adequada e atendendo às expectativas dos cursistas. Portanto, considerando a avaliação positiva e o alinhamento com os objetivos estabelecidos, conclui-se que não são necessárias alterações significativas no curso, mas considera-se a avaliação como processo contínuo o que pode gerar atualizações futuras.

d) Ambientes virtuais de aprendizagem

A estrutura e organização pedagógica do curso Ambientes Virtuais de Aprendizagem foi a categoria com o maior número de critérios avaliados com valor de RM máximo igual a 5, totalizando 6 dos 10 critérios. Eles se referem a: os objetivos de aprendizagem atenderem as expectativas; os conteúdos estarem condizentes aos objetivos do curso; a qualidade e a organização do material didático ser adequadas para a formação; os recursos educacionais utilizados ser pertinentes às atividades propostas; bibliografia utilizada ser adequada aos conteúdos trabalhados e; os instrumentos de avaliação ser adequados aos objetivos de aprendizagem, conforme Tabela 9.

Tabela 7 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso Ambientes Virtuais de Aprendizagem

Afirmativa	Ranking Médio (RM) Ambientes Virtuais de Aprendizagem
Os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação.	5,0
Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso	5,0
A carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos	4,8
A qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação	5,0
Os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas	5,0
A bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados	5,0
A metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso	4,9
A metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso	4,9

Os instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem	5,0
A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades	4,8
Compreendi o conceito de Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA e sua finalidade	5,0
Compreendi a finalidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA institucionalizado	4,9
RM Geral do Curso	4,9

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

Essas percepções estão refletidas nas falas dos cursistas, a saber:

“Tenho somente elogio para registrar! Parabéns pela curadoria do conteúdo. Achei muito positivo, também, o uso de material já produzido pelo IFB (curso de Moodle Básico para Professores)” (C6).

“Forma de avaliação bem legal de ser feita, colocando em prática o que foi ensinado” (C10).

“Boa metodologia de avaliação” (C13).

“Achei o curso prático e bastante diversificado (pelos materiais que são disponibilizados), o método avaliativo também é bem divertido e interessante, foge daquela coisa maçante de texto e questões discursivas. Parabéns!” (C16).

“Acredito que este curso proporcionou conhecimento de maneira prática, concisa e divertida, podendo relembrar conceitos anteriormente vistos, mas dando um foco formativo prático e direto” (C16).

Neste curso, 2 critérios tiveram RM valor atribuído 4,8 que são os que se referem a carga horária ser suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos e ao desenvolvimento das atividades, entretanto, as falas dos cursistas não trazem sugestões nesse sentido, apenas apresenta a necessidade de aprofundar um pouco mais o tema.

“Dar mais ênfase nos conceitos que são mais importantes que o aluno aprenda” (C8).

*“Abrir uma nova unidade talvez com maior aprofundamento”
(C11).*

A análise dos resultados revela uma avaliação positiva da estrutura e organização pedagógica do curso, conforme indicado pelas falas dos cursistas e pelos critérios avaliados com o valor máximo de RM igual a 5. Esses resultados estão alinhados com as contribuições de Filatro (2018), que ressalta a importância de uma estrutura bem elaborada, conteúdos condizentes com os objetivos do curso e recursos educacionais pertinentes às atividades propostas. As sugestões dos cursistas para aprofundar o tema indicam uma busca por um aprendizado mais abrangente e direcionado, evidenciando a necessidade de um contínuo aprimoramento do curso. E no campo da institucionalização infere-se que representa um avanço quanto ao interesse por uma formação condizente com as demandas institucionais.

Em relação à adequação do curso às necessidades formativas, a avaliação do curso teve o valor do Ranking Médio igual a 4,9 e contou com 2 afirmativas de avaliação. A que se refere a compreensão do conceito de AVA e sua finalidade obteve valor de RM igual a 5 e a que se refere à compreensão da finalidade de um AVA institucionalizado obteve valor de RM igual a 4,9. Destaca-se que não houve sugestões em relação a melhorar a adequação do curso às necessidades formativas.

Belloni (2021) destaca a importância de uma abordagem pedagógica adequada nos ambientes virtuais de aprendizagem, que vai além da simples disponibilização de conteúdo. É essencial estimular a participação ativa dos estudantes, promover a construção coletiva do conhecimento e desenvolver habilidades colaborativas. Essa perspectiva reforça a importância de um curso que não apenas transmite informações, mas oferece oportunidades significativas de interação e engajamento dos alunos.

A ausência de sugestões específicas para aprimorar a adequação do curso às necessidades formativas, aliada à pontuação positiva nos critérios de avaliação, reforça a ideia de que os cursistas estão altamente satisfeitos com a abordagem adotada. Isso indica que o curso cumpre efetivamente seus objetivos de aprendizagem atendendo às expectativas. Essa constatação ressalta a importância de manter a estrutura e o conteúdo do curso, proporcionando uma experiência educacional de qualidade e que também agregue novos recursos sempre que necessário.

e) PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária a distância no âmbito do IFB

A estrutura e organização pedagógica do curso PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária EaD no âmbito do IFB foi um dos 2 cursos com maior avaliação geral de RM igual a 4,9. Foram 3 os critérios com a maior nota possível de RM igual a 5 sendo eles os que se referem a: os objetivos de aprendizagem atenderem as expectativas; a carga horária ser suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos e; a metodologia adotada ser coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso ao passo que todos os demais critérios obtiveram a segunda maior nota possível de RM igual a 4,9.

Tabela 8 - Ranking Médio (RM) dos critérios de estrutura/ organização pedagógica e das necessidades formativas do curso PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária EaD no âmbito do IFB

Afirmativa	Ranking Médio (RM)
PPC de curso técnico presencial com oferta de CH EaD no âmbito do IFB	
Os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação.	4,9
Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso	4,9
A carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos	4,7
A qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação	4,8
Os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas	4,8
A bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados	4,8
A metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso	4,8
A metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso	4,8

Os instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem	4,8
A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades	4,8
Compreendi como a teoria de currículo se aplica a EPT e a EaD	4,8
Compreendi como os elementos da organização do trabalho pedagógico se articulam a EPT e a EaD	4,7
Conheci os documentos institucionais que versam sobre o PPC	5,0
Compreendi como organizar e elaborar um PPC com carga horária à distância.	5,0
Considero o checklist dos objetos a serem preenchidos para a elaboração de um PPC adequado	5,0
RM Geral do Curso	4,9

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

As falas dos cursistas registradas na questão de sugestões apresentam considerações de contentamento com o curso, conforme descrito a seguir:

“Conteúdo bem completo e bem explicado” (C3).

“Curso bem elaborado, muito bom!” (C4).

“A formação a tendeu as minhas expectativas” (C5).

“Extremamente relevante no contexto da formação continuada de professores no IFB. Curso conciso, aplicado, pragmático e objetivo...Parabéns!” (C6).

“O curso está muito prático e acessível. Parabéns pelo empenho!” (C12).

Ademais, há contribuições com sugestões de melhorias - vídeos explicativos de parte do conteúdo a fim de complementar e diminuir a carga de leitura -, bem como a sugestão de melhorar o título para deixar claro o recorte para os cursos técnicos subsequentes:

“Trazer os textos legais de instâncias superiores, como os

parâmetros curriculares e seus pareceres” (C1).

“A leitura é intensa acho que poderia ser utilizado alguns estudos interativos onde o conteúdo fosse explanado utilizando textos e vídeos em formato de itinerário do modo que o artigo fosse contemplado com o vídeo do especialista” (C7).

“Poderiam ser desenvolvidos também vídeos como materiais de estudo” (C8).

“O título poderia deixar mais claro que se trata apenas de Curso Técnico Subsequente. Quando me inscrevi, fiquei com certa expectativa de que seria abordado algo sobre o EMI. No mais, gostaria de elogiar a equipe pela objetividade e clareza na exposição dos conteúdos” (C13).

A análise da estrutura e organização pedagógica do curso revela uma avaliação positiva, com três critérios de destaque que obtiveram a maior nota possível de RM igual a 5. Esses critérios estão relacionados aos objetivos de aprendizagem, carga horária e coerência metodológica. As sugestões dos cursistas destacam a satisfação geral com o curso, ressaltando a qualidade do conteúdo e sua relevância para a carreira profissional. Além disso, as sugestões de melhoria refletem um desejo genuíno de aprimorar a experiência dos estudantes, como a inclusão de vídeos explicativos e a clarificação do título do curso.

Em relação à adequação do curso às necessidades formativas a avaliação foi definida em 5 afirmativas para avaliação dos critérios de adequação do curso às necessidades formativas. A média geral do curso somados os valores dessas afirmativas foi de 4,9. Em 3 dessas afirmativas, o RM obtido foi o valor máximo, ou seja, igual a 5. Elas são as que se referem ao conhecimento aos documentos institucionais que versam sobre o PPC; a compreensão da organização e elaboração de um PPC com carga horária a distância e; considerar o *checklist* dos objetos a serem preenchidos para a elaboração de um PPC adequado. A afirmativa que se refere à compreensão da articulação entre os elementos da organização do trabalho pedagógico para a EPT e a EaD, obteve valor de RM igual a 4,7, sendo a afirmativa com menor valor atribuído. Destaca-se que não houve sugestões em relação a melhorias.

A análise da adequação do curso às necessidades formativas revela uma avaliação positiva por parte dos cursistas, demonstrada pelos valores máximos atribuídos a três dos cinco critérios avaliados. Esses resultados o alcance dos

objetivos do curso ao tratar dos documentos institucionais, da elaboração de um PPC com carga horária a distância e apresentar um *checklist* para identificar e garantir a adequação do PPC. Filatro (2018) que ressalta a importância de uma abordagem cuidadosa na organização curricular e pedagógica, atendendo efetivamente às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, infere-se que o curso está suficientemente alinhado às necessidades formativas, com indicação de atualizações futuras para atender as novas necessidades.

Com relação à sugestão de alteração no título do curso, optou-se por mantê-lo, levando em consideração a abrangência e relevância dos elementos abordados no curso. Embora o curso tenha sido desenvolvido para os cursos técnicos subsequentes, é importante ressaltar que ele apresenta conteúdos e práticas que são relevantes para outros segmentos educacionais, como os PPCs de cursos de graduação e outros de diferentes níveis e modalidades de ensino. Dessa forma, é possível que o curso atenda não apenas às necessidades específicas dos cursos técnicos subsequentes, mas também sirva como referência e modelo de boas práticas para a inclusão de carga horária a distância em outros cursos ofertados pelo IFB. Manter o título atual permite que o curso seja reconhecido e acessado por um público mais amplo e com maior impacto e potencial de disseminação de conhecimento, o que, em termos de institucionalização da EaD, é fundamental para a instituição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como tema a institucionalização da educação a distância a partir do planejamento da carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais. Seu objetivo foi, a partir dos resultados da pesquisa de campo, promover a formação dos profissionais envolvidos no processo de implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais do Instituto Federal de Brasília. Como contribuição para o campo educacional, o estudo revela a percepção dos profissionais da educação sobre a implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais. Os resultados obtidos destacam a importância da formação contínua, da elaboração de projetos pedagógicos adequados e da reflexão crítica sobre as práticas educativas.

No percurso de construção do curso de formação, produto educacional da pesquisa, buscou-se identificar, no âmbito do PPC, como se dá a implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB. Os resultados deste estudo reforçam a perspectiva da pesquisadora, embasada na análise minuciosa do PPC desses cursos, destacando a vital importância de promover iniciativas institucionais de formação contínua. Essas ações não apenas incentivam a reflexão crítica sobre a prática docente, mas também oferecem uma oportunidade valiosa para atualização e compartilhamento dos conhecimentos previamente adquiridos ao longo do percurso acadêmico.

Para elaboração do curso de formação foi fundamental identificar os conhecimentos legais, normativos e pedagógicos fundamentais à institucionalização da educação a distância nos cursos técnicos presenciais do IFB, em especial, no âmbito da elaboração de projetos pedagógicos de curso. As contribuições obtidas foram organizadas em dois eixos principais, denominados 'Elaboração de PPC' e 'Oferta de Cursos', com o foco principal desta pesquisa voltado para o primeiro deles. O eixo 'Elaboração de PPC' abrange as respostas que indicam as necessidades de formação conforme percebidas pelos participantes do estudo. Essas necessidades estão direcionadas ao desempenho das atividades relacionadas à elaboração e/ou revisão dos planos dos cursos técnicos presenciais que incluam ou venham a incluir carga horária a distância. Em outras palavras, referem-se a demandas específicas relacionadas à fase de planejamento e estruturação de um curso.

Também foi importante analisar as percepções dos profissionais envolvidos

no processo de elaboração dos projetos pedagógicos de curso quanto à utilização de Tecnologias de Digitais de Informação e Comunicação na carga horária a distância dos cursos técnicos presenciais. Os participantes destacaram que a incorporação dessas tecnologias nos cursos presenciais apresenta benefícios evidentes, uma vez que podem capacitar os alunos para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que oferecem mais autonomia para os professores e flexibilidade para os estudantes. Entretanto, observa-se que, atualmente, essas tecnologias ainda são subutilizadas e requerem um planejamento mais eficaz para sua aplicação no contexto educacional.

A partir das percepções dos profissionais participantes da pesquisa foi realizado o mapeamento dos conhecimentos necessários aos profissionais para implementação da carga horária de EaD nos cursos técnicos presenciais. Essas necessidades formativas identificadas pelos participantes concentram-se na elaboração e revisão dos planos de cursos técnicos que envolvem carga horária a distância, especialmente na fase de planejamento e estruturação. Isso evidencia que os conhecimentos necessários para essa implementação também representam áreas que requerem formação adicional. Assim, os participantes reconhecem a importância desses conhecimentos, mas ressaltam sua insegurança e a necessidade de capacitação para um desempenho eficaz.

Assim, tendo como referência as informações aqui descritas, foi realizada a elaboração e oferta do curso de formação para profissionais da educação voltado à implementação da carga horária a distância nos currículos dos cursos técnicos presenciais, conforme as diretrizes legais e do IFB.

O curso está institucionalizado no ambiente virtual de aprendizagem do IFB como o Trilho 6 – Como planejar carga horária a distância nos PPCs dos cursos técnicos presenciais? – e representa um avanço para a instituição de ensino em termos de formação, por apresentar diretrizes objetivas e consistentes para a implementação efetiva dessa modalidade de ensino. A consolidação desse trilho formativo promove a oportunidade de se ter uma abordagem pedagógica adequada da carga horária em EaD dos cursos presenciais, alinhada aos princípios da educação profissional e a formação integral dos estudantes. Destaca-se que a manutenção da adequação do conteúdo do curso é um desafio, em especial quanto à legislação e às normativas institucionais, exigindo constante atualização. Espera-se, ainda, que os resultados da pesquisa possam colaborar para orientação da tomada de decisões

institucionais, subsidiar o desenvolvimento de políticas educacionais e promover a melhoria contínua na implementação da carga horária a distância, com foco na formação integral e no sucesso dos estudantes.

Uma limitação deste estudo está na análise limitada aos cursos técnicos. Para aprofundar e ampliar a relevância da pesquisa, seria benéfico incluir outras modalidades e níveis de cursos oferecidos pelo IFB, permitindo uma análise mais abrangente e alinhada com o objetivo de verticalização do ensino dos Institutos Federais. É importante notar que, embora tenhamos identificado fragilidades, como a limitação da amostra e as complexidades da generalização, essas limitações não invalidam os insights obtidos neste estudo. Pelo contrário, destacam áreas que merecem foco e aprimoramento em futuras investigações.

Portanto, produzir cursos para a modalidade EaD demandam outros conhecimentos e interpelações que ultrapassam os limites desta pesquisa. Vale ressaltar a importância de estudos futuros relacionados à perspectiva da inclusão, da diversidade, da permanência, do êxito, da afetividade e das relações interpessoais na educação a distância. Essas abordagens podem contribuir para a criação de ambientes virtuais mais acolhedores, que valorizem as relações humanas, a colaboração e o respeito mútuo entre os cursistas. Como temas emergentes, apresentam campo fértil para investigações que visam aprimorar a qualidade da experiência dos estudantes e promover um ensino mais humanizado e inclusivo, mostrando-se promissores na promoção da permanência e o êxito dos estudantes na modalidade a distância.

A valorização da afetividade e a criação de um ambiente virtual acolhedor, baseado em princípios de respeito, empatia e diálogo, possibilitam condições favoráveis para o engajamento dos estudantes, o desenvolvimento de relações saudáveis. O estabelecimento de uma cultura de paz na EaD contribui para a construção de uma comunidade educativa mais harmônica e inclusiva, em que os estudantes se sintam motivados, apoiados e encorajados a alcançar seus objetivos acadêmicos. Infere-se que, dessa forma, a permanência e o êxito do estudante na educação a distância sejam fortalecidos, proporcionando maior motivação, melhor adaptação às exigências acadêmicas e maior probabilidade de alcançar sucesso acadêmico. Essas investigações podem fornecer subsídios teórico-práticos para o aprimoramento da qualidade dos ambientes virtuais de aprendizagem, promovendo

um ensino mais afetuoso, próximo e inclusivo, e contribuindo para o sucesso educacional dos estudantes e que, certamente, tem forte relação com o processo de institucionalização de uma EaD com qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. Organização do trabalho didático: a questão conceitual. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 169-178, 2012.
- BARBOSA, Daniela Almeida; MUNIZ, Simara de Sousa. Educação a distância e a formação docente. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 12, p. 318-330, 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BATTESTIN, Vanessa; ARANTES, Denio Rebello.; SANTOS, Simone Costa Andrade dos; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. Retrato da Institucionalização da EaD na Rede Federal. In: Miranda, Pedro F. M. (org). **Análise e financiamentos das políticas públicas**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. ISBN 978-85-7247-459-7; DOI 10.22533/at.ed.5971906
- BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo histórico**. Vitória: Edifes, 2019.
- BEHAR, Patricia Alejandra. Modelos pedagógicos em educação a distância. In: BEHAR, Patricia Alejandra e colaboradores (org..). **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed. 2009. p. 15-32.
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância e inovação tecnológica. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2005, v. 3, n. 1 pp. 187-198. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462005000100010> Acesso em: 6 Out. 2022
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. E-book. ISBN 978-65-88717-54-7. - Educação a distância [livro eletrônico]/ Maria Luiza Belloni. – 7. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2021.ePub.
- BICALHO, Rute Nogueira de Moraes; MEDEIROS, Jennifer de Carvalho. O modelo híbrido de educação como estratégia para o processo de institucionalização da EaD. **Revista Eixo**. Brasília. 2018. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/615/335>. Acesso em: 26 out. 2021.
- BICALHO, Rute Nogueira de Moraes. Desenvolvimento e inovação do Self: práticas docentes mediadas pelas TIC no marco da nova ecologia de aprendizagem. 2022. xvi, 268 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43961>
- BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 31 maio 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao ensino médio: documento base**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade de EaD de cursos de graduação a distância**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2022.

BRASIL, **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL, **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019a

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 5/2020, de 28 de abril de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. MEC. PORTARIA Nº 713/2021. **Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II**, define parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-713-de-8-de-setembro-de-2021-343837861>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASÍLIA. IFB. **Resolução nº 006/2015/CS-IFB**. Estabelece as normas de funcionamento da coordenação de curso, do colegiado de curso e do núcleo docente estruturante complementares ao Regimento Geral do IFB e dá outras providências. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/8689/Resolucao_006_Nucleo%20Estruturante. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASÍLIA. IFB. **Projeto Pedagógico Institucional**. 2017. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Projeto%20Pedag%c3%b3gico%20Institucional%20-%20Alterado.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASÍLIA. IFB. DEaD. **Projeto de Institucionalização da EaD**, de 30 de setembro de 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1hx1Egsc0AQa_j88I6iPTREejyxsIU30QwEWceu0GiE0/edit. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASÍLIA. IFB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. 2021. Disponível em: http://diretorios.ifb.edu.br/diretorios/1724/arquivos/download/PDI_2019_2023_-_Revisado_P%C3%B3s_CS-Completo.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASÍLIA. IFB. **Resolução 32-2019/CS-IFB**. Aprova as diretrizes para a Educação a Distância no Instituto Federal de Brasília, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB. Disponível em:

https://www.ifb.edu.br/attachments/article/19574/RESOLU%C3%87%C3%83O%2032_2019%20-%20RIFB_IFB%20-%20Aprova%20as%20diretrizes%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia,%20Ci%C3%AAncia%20e%20Tecnologia%20%E2%80%93%20IFB.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

CARLINI, Alda Luiza; TARCIA, Rita Maria. **20% a Distância e Agora?:** orientações práticas para o uso da tecnologia de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CASTRO, Eder Alonso; QUEIROZ, Eliziane Rodrigues de. Educação a Distância e Ensino Remoto: Distinções Necessárias. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 2, n. 3, p. 3–17, 2020.

CATAPAN, Araci Hack; KASSICK, Clovis Nicanor; OTERO, Walter Ruben Iriondo (org.). **Currículo Referência para o sistema e-Tec Brasil**. Florianópolis: (Org). NUP/UFSC, 2011. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/841>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Porque lutamos?/The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 26 jun. 2021.

COIMBRA, Joaquim Luís; PARADA, Filomena. **Formação ao longo da vida e gestão da carreira**. 2001.

COSTA, Nadja Maria de Lima. A formação contínua de professores—novas tendências e novos caminhos. **Holos**, v. 3, p. 63-75, 2004.

COSTA, Luciano Andreatta Carvalho da; FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. Ambientes virtuais de aprendizagem e suas possibilidades construtivistas. **RENOTE: revista novas tecnologias na educação**. Porto Alegre, RS, 2005.

COSTA, Eliziane Rodrigues de Queiroz; GONTIJO, Simone Braz Ferreira Gontijo. Trilhas formativas: uma proposta para a formação continuada de professores para EaD. *In*: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). **Deflagração de Ações à Formação Docente**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 1-12.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES, P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. *Nuances: Estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 67–80, 2014. DOI: 10.14572/nuances.v24i3.2698. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698>. Acesso em: 30 nov. 2022.

DAL RI, Maria Neusa e VIEITEZ, Candido Giraldez. **Trabalho como Princípio Educativo e Práxis Político-Pedagógica**. *In*: Marx, Gramsci e Vigotski: Aproximações. MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima, SILVA, Vandei, Pinto da, MILLER, Stela. (orgs). São Paulo: Editores Junqueira&Marin, 2009. (p. 253 – 305)

FERREIRA, Marcello; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. **A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro**: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. *Educação Unisinos*, v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015.

FILATRO, Andrea. **Como preparar conteúdos para EAD**. 1º ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 14º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LARCHERT, Jeanes Martins. O planejamento pedagógico e a organização do trabalho docente. Ilhéus: **UESC**, 2010.

LOBO, Édila Marta Miranda. Um caminho para a Institucionalização da educação a distância. **X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância**. ESUD, 2013.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MACHADO, Ilma Ferreira; GENTIL, Heloisa Salles. Organização do trabalho pedagógico em escolas do campo do estado de Mato Grosso, nos anos de 1980 e 1990. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

MARCOM, Jacinta Lucia Rizzi; BLEICHER, Sabrina. Práticas com o uso das tecnologias na educação profissional e tecnológica (EPT): um potencial inovador para o desenvolvimento de aulas presenciais. In: **Anais do CIET: EnPED**. Congresso Internacional de Educação e Tecnologias. Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. 2020.

MARTINS, Janae Gonçalves; CAMPESTRINI, Bernadette Beber. Ambiente virtual de aprendizagem favorecendo o ensino-aprendizagem. In: PEREIRA, Alice Theresinha Cybis. **AVA: Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Diferentes Contextos**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, p. 154-166, 2007.

MEDEIROS, Jennifer de Carvalho. **A gestão da educação a distância dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: uma análise comparada dos sentidos e significados da EaD no contexto da educação profissional**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MEDEIROS, Jennifer de Carvalho. Trilha de formação em educação a distância. In: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília Pró-Reitoria de Ensino (org.). **Relatos de Experiências Integradoras Exitosas [recurso eletrônico]**. Brasília: Editora IFB, 2022, p. 113-120. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/157>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MILL, Daniel. *et al.* Prática polidocente em ambientes virtuais de aprendizagem: reflexões sobre questões pedagógicas, didáticas e de organização sociotécnica. In: MACIEL, C. (Org.) **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Cuiabá: Ed UFMT, 2012.

MILL, Daniel. Educação a distância. In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papirus, p. 198-203, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOORE, Michael G. Teoria da Distância Transacional. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. São Paulo, 2002.

MORAN, José Manuel. Tecnologias no ensino e aprendizagem inovadoras. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007. p 89-124.

MORAN, José Manuel. In: VALENTE, José armando; MORAN, José Manuel (Org.). **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

MORAIS, Gilmar Rodrigues; MATOS, Fernando Barbosa. Tecnologias digitais (TD) aplicadas na gestão escolar Para promover a formação docente. **# Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 2, 2020.

MOREIRA, Antonio Flávio. Currículo, cultura e formação de professores. **Revista Educar**. Curitiba: UFPR, n. 17, p. 39-52. 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2066/1718>. Acesso em: 23 jun. 2021

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo e programas no Brasil**. 18° ed. Campinas: Papirus, 2011.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em 30 out. 2022.

OLIVEIRA, L. H. **Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert**. 2005. Disciplina de Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha, 2005. Notas de Aula. Disponível em: <http://www.feis.unesp.br/Home/DTADM/STDARH/EquipedeDesenvolvimento/educacaosaud e/documentos/pesquisa/estatistica/media%20por%20Likert.doc>. Acesso em: 9 jun. 2023.

PACHECO, Elieser Moreira.; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71- 88, 2010. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v16i30.3568>.

PADOIN, Egre. **Uma análise crítica sobre os conceitos e concepções de tecnologia, implícitos em documentos legais sobre a educação profissional**. Disponível em http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo11_EGRE-PADOIN.pdf. Acesso em 23 jun. 2021.

PERCÍLIA, Eliene. Aprendizagem em EAD. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/aprendizagem-ead.htm>. Acesso em 13 set. 2022.

PEREIRA, Alice Theresinha Cybis; SCHMITT, Valdenise; DIAS, Maria. Regina. Álvares. C. Ambientes virtuais de aprendizagem. In: PEREIRA, Alice Theresinha Cybis. **AVA: Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Diferentes Contextos**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, p. 4-22, 2007.

PEREIRA, André Fernandes Rodrigues. **100 palavras para entender a educação profissional**. 2020. Disponível em: <https://www.glossariodaept.com/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PIMENTA, P.; BAPTISTA, A.A. Das plataformas de e-learning aos objectos de aprendizagem. In: DIAS A.A.; GOMES M. (Org.). **Elearning para e-formadores**. Azurém: Tecminho, 2004, p. 99-112

PRAXEDES, W. L. A. Sociologia da educação no pensamento de Marx. In: Simone Pereira da Costa Dourado; Walter Lucio de Alencar Praxedes. (Org.). **Teorias e pesquisas em ciências sociais**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM, 2010, v., p. 367-379.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

REZENDE, Valéria Moreira; SILVA, Maria Vieira; LELIS, Úrsula Adelaide de. Currículo, conhecimento e poder: desafios contemporâneos para as reformas curriculares e o trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, v. 12, n. 1, p. 991-1011, 2014.

RIBEIRO, Márden De Pádua; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. As perspectivas de Henri Giroux e Paulo Freire para a docência: alternativas à concepções neoliberais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 32, p. 244-266, 2015.

SAUL, A. M. SILVA, A. F. G. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil. **Revista brasileira Estudos pedagógicos. Brasília**, v. 90, n. 224, p. 223-244, 2009.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. In: **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista brasileira de educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SCHUARTZ, Antonio Sandro; SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 429-438, 2020.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 447-455, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 14° ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Júlia Marques Carvalho da; ACCORSI, Maria Isabel. Institucionalização da educação a distância em um instituto Federal. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 1, p. 73-85, 16 mar. 2018.

SILVA, Anair Araújo de Freitas; ROCHA, Juliano Guerra. Dilemas em torno dos conceitos/termos formação contínua e formação continuada: um diálogo com pesquisadores do Brasil, Canadá, Espanha e Portugal. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 1143–1155, 2021. DOI: 10.14393/OT2021v23.n.3.61499. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/view/61499>. Acesso em: 3 set. 2023.

SILVA, Maria de Fátima da; FIORI, Ana Paula Santos de Melo. A pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional e tecnológica. In: SILVA, Cláudio Nei. Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos (org). **As bases conceituais na EPT**. Brasília: Nova Paideia, 2021, p. 163-178.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa:: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

URBAN, Ana Cláudia; MAIA, Christiane Martinatti; SCHEIBEL, Maria Fani. **Organização do trabalho pedagógico**. 2008.

VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, p. 42-55, 2010.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; JESUS, Ana Lúcia Paranhos de; SANTOS, Carine de Miranda. Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) na educação a distância (EAD): um estudo sobre o Moodle. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 15545-15557, 2020.

VAZQUEZ, Adolfo. Sanchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional resultante desta pesquisa caracteriza-se, conforme documento da área de ensino da Capes (Brasil, 2019), como um processo formativo. Ele caracteriza-se como um artefato virtual organizado em formato de uma **trilha formativa** denominada **“Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos presenciais?”**. Seu público são os profissionais da educação, especial aqueles que fazem parte dos colegiados dos cursos técnicos. O objetivo da trilha formativa é orientar a implementação da carga horária a distância nos projetos pedagógicos de cursos técnicos presenciais, conforme as normativas legais internas e externas ao Instituto Federal de Brasília (IFB).

A estrutura da trilha formativa compreende cinco cursos (duração de 6 a 10 horas), alinhadas aos objetivos educacionais, conteúdos, atividades, ferramentas e avaliação. A carga horária total é de 40 horas, certificadas ao final da formação.

1. Concepção do Trilho Formativo

A formação foi inicialmente concebida com foco nos aspectos legais e nos fundamentos educativo-pedagógicos preconizados pelo Instituto Federal de Brasília. No entanto, ela foi aprimorada com base nos resultados da pesquisa que indicaram os seguintes temas:

1. EaD: conceitos e base legal;
2. Currículo na EPT e a relação com a EaD;
3. Tecnologias digitais de informação e comunicação na EPT;
4. Ambientes virtuais de aprendizagem;
5. PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária a distância no âmbito do IFB.

Cada um dos temas corresponde a um “carro” do trilho formativo, conforme apresenta a Figura 1. Importa destacar que estão presentes no planejamento do trilho formativo a integração proposta entre as áreas do conhecimento preconizados por Zabala (1998) visando uma formação integral a partir de uma abordagem dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, além da definição e organização

hierárquica dos objetivos educacionais propostos pela Taxonomia de Bloom revisada (Ferraz; Belhot, 2010). O Quadro 1 apresenta a síntese do planejamento do trilho formativo.

Quadro 1 - Síntese do planejamento do trilho formativo

Trilho Formativo: Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos técnicos presenciais?	
CURSOS	<ul style="list-style-type: none"> - EaD: conceitos e base legal; - Currículo na EPT e a relação com a EaD; - Tecnologias digitais de informação e comunicação na EPT; - Ambientes virtuais de aprendizagem; - PPC de curso técnico presencial com oferta de carga horária a distância no âmbito do IFB.
PÚBLICO-ALVO	Profissionais da educação, em especial os colegiados dos cursos técnicos presenciais que estejam aptos a participar de comissões de elaboração/ revisão de PPC.
ÁREAS DE CONHECIMENTO	Educação; Tópicos Específicos da Educação (Ensino Profissionalizante); Ensino-aprendizagem (Tecnologia Educacional); Currículo
CONTEÚDOS	
<p>Conceitos e legislação sobre EaD: Conceitos da EaD. Legislação sobre EaD</p> <p>Currículo na EPT e a relação com a EaD: Dimensões do currículo (oculto, formal, real). Currículo formal no PPC. Princípios que fundamentam a formação integral na EPT.</p> <p>Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA): Conceito e finalidade dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Características e importância de AVA Institucionalizado.</p> <p>Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na EPT: Conceito das TDIC. Aplicação das TDIC no contexto da EaD. Contribuição da EaD e das TDIC na formação integral do sujeito no mundo contemporâneo</p> <p>Elaboração de projeto político-pedagógico: Etapas de elaboração do PPC. Inserção de EaD na modalidade presencial no contexto do PPC. Inclusão de carga horária EaD em um PPC.</p>	
OBJETIVO GERAL	
Oportunizar estudos sobre a implementação de carga horária na modalidade da educação a distância, atendendo aos aspectos legais e aos fundamentos educativo-pedagógicos preconizados pelo Instituto Federal de Brasília.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	

<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos sobre a educação a distância; • Conhecer a legislação vigente para a utilização de carga horária a distância nos cursos da educação básica profissional; • Identificar como se dá a inserção da educação a distância na modalidade presencial no contexto aos projetos pedagógicos de curso; • Compreender as dimensões do currículo e sua contextualização no âmbito dos projetos pedagógicos de cursos técnicos e a relação com a EaD; • Compreender o conceito e a finalidade dos ambientes virtuais de aprendizagem como possibilidade de organização dos cursos e as características e importância de AVA Institucionalizado; • Avaliar como a educação a distância e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) podem contribuir com a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo. • Identificar as etapas de elaboração do PPC e como se dá a inserção da EaD na modalidade presencial no contexto do PPC
DURAÇÃO
40 horas distribuídas em cinco cursos, cada um variando em duração de 6 a 10 horas.
RECURSOS DIDÁTICOS
Curso desenvolvido em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando os recursos do Moodle tais como: página, livro, URL, vídeo, questionário, e atividades avaliativas gamificadas.
METODOLOGIA
<p>O trilho formativo foi organizado na forma autoinstrucional. Nessa metodologia o conteúdo é apresentado em pequenas porções, de forma bastante clara e agradável, em linguagem interativa e com bastante suporte das tecnologias digitais de informação e comunicação.</p> <p>Para tanto, foram observados os princípios das metodologias ativas de ensino e aprendizagem e relacionando, sempre que possível, a teoria à prática.</p> <p>Considerando esses aspectos, neste material, toda a metodologia se apoia na mediação por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação. Desta forma, os conteúdos estarão disponíveis em forma de vídeos, materiais textuais e links para internet e poderão ser estudados de forma livre pelo cursista.</p> <p>As atividades avaliativas contaram com recursos de atividades gamificadas, de correção automática e terão caráter formativo servindo também de instrumento para revisão e fixação, já que o cursista poderá repetir a atividade quantas vezes forem necessárias ao acerto de pelo menos 60% do valor atribuído.</p> <p>A partir desse desenho pedagógico, espera-se que o cursista seja autônomo na construção do próprio conhecimento.</p> <p>Insta consignar que os cursos que compõem o trilho formativo, não possuem qualquer relação de dependência ou hierarquia entre si, podendo ser realizados em ordem aleatória e individualmente.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

2. Planejamento do Trilho Formativo

O trilho formativo “**Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos presenciais?**” foi desenvolvido na modalidade de educação a distância e disponibilizado no NEAD em formato autoinstrucional e com intuito de servir como um organismo vivo que a medida que novas demandas formativas surjam, possam ser agregadas neste espaço. Ele tem como objetivo ampliar os conhecimentos dos profissionais atuantes nos cursos técnicos presenciais para a implementação de carga horária na modalidade da educação a distância. Está organizado em 5 cursos, com carga horária distribuída a partir dos objetivos educacionais propostos, entre 6 e 10 horas cada, totalizando em 40 horas.

O trilho ofertado na modalidade a distância foi desenvolvido em formato autoinstrucional ¹(sem mediação), buscou considerar os princípios das metodologias ativas de ensino e aprendizagem e relacionar teoria e prática. O servidor, agora denominado cursista, pode inscrever-se nos cursos que sentir a necessidade em função de suas atividades laborais, por exemplo quando indicado para compor uma comissão de elaboração/ revisão de PPC dos cursos que envolvam carga horária a distância.

Os conteúdos foram disponibilizados em tópicos curtos, de forma objetiva, com linguagem interativa e suporte das tecnologias digitais de informação e comunicação. Após a curadoria ² dos materiais, eles foram disponibilizados no formato de vídeos, materiais textuais e links para internet e podem ser estudados de forma livre pelo cursista. As atividades avaliativas contam com recursos de atividades gamificadas, de correção automática e caráter formativo servindo, também, como instrumento para revisão e fixação do conteúdo. O cursista pode repetir a atividade quantas vezes forem necessárias ao acerto de, pelo menos 60%, do valor atribuído as atividades.

O curso **EaD: Conceitos e Base Legal** apresenta conceitos sobre Educação a Distância no Brasil, bem como uma análise da legislação aplicada à Educação a

¹ Os cursos autoinstrucionais são realizados sem o acompanhamento de um tutor. O participante acessa os materiais e conteúdos disponíveis de acordo com seu ritmo de aprendizagem e sua disponibilidade de tempo.

² Na preparação de conteúdos para EaD, o processo de curadoria caracteriza-se como uma metodologia para pesquisar, descobrir, filtrar, contextualizar e disponibilizar, a um público definido, conteúdos de Recursos Educacionais Abertos (REA) em diferentes formatos, visando as necessidades dos alunos.

Distância no contexto da educação básica e no âmbito do IFB. Para tanto, é disponibilizado o recurso de um livro no Moodle que apresenta o recorte das legislações aplicadas à EaD nos cursos técnicos. Além disso, os cursistas têm acesso aos links para consultar as legislações na íntegra. O Quadro 2 apresenta o planejamento do conteúdo do Curso EaD: Conceitos e Base Legal.

Quadro 2 – Planejamento do conteúdo do Curso Educação a Distância: Conceitos e Base Legal

Duração	8h		
Objetivo	- Compreender os conceitos sobre Educação a Distância no Brasil; - Familiarizar-se à legislação aplicada à Educação a Distância na educação básica.		
Conteúdo (s)	Conceitos sobre Educação a Distância no Brasil; Legislação aplicada à Educação a Distância na educação básica.		
Recursos	<p>- Incorporação de vídeos e artigos na sala do curso: Vídeo: O que é EaD? Vídeo: A Educação a Distância e as tendências do segmento Vídeo: Contexto da EaD na sociedade contemporânea Artigo: O que é educação a distância Artigo: Educação a Distância e inovações tecnológicas</p> <p>- Livro do Moodle com recortes que tratam da EaD na educação básica e no âmbito do IFB com direcionamento de links para acesso na íntegra aos respectivos normativos: Site do Planalto: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Site do Planalto: Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 Diário Oficial: Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 Site do Ministério da Educação: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Site do IFB: Resolução nº32/2019 - RIFB/IFB Site do IFB: Resolução nº 35/2020 - RIFB/IFB Diário Oficial: Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 PDF: Nota Técnica nº 2/2002 DEAD/PREN/RIFB/IFBRASÍLIA Site do IFB: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023 Site do IFB: Projeto Pedagógico Institucional</p>		
Avaliação	Questionário com banco de questões diversificadas: associações, verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.		
Atividades	Papel do aluno	Papel do professor	Avaliação
Estudo do conteúdo sobre o tema: Conceitos de Educação a Distância no Brasil.	Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado. Estudar os conceitos da EaD.	Incorporar os links dos vídeos e artigos e disponibilizar na plataforma para os cursistas.	Questionário com banco de questões diversificadas: associações,

Estudo do conteúdo do livro: Legislação aplicada a Educação a Distância na educação básica.	Realizar a leitura dos normativos disponibilizados. Estudar os normativos legais aplicados à EaD.	Preparar o material do livro com o recorte e o link dos trechos dos normativos aplicados a EaD e disponibilizar na plataforma para os cursistas.	verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

O Curso **Currículo na EPT e a relação com a EaD** tem como objetivos conceituar currículo, compreender as dimensões do currículo (oculto, formal e real), entender o currículo formal no contexto do Projeto Pedagógico de Curso e compreender os princípios que fundamentam a formação integral na Educação Profissional e Tecnológica.

Este curso conta com os recursos de mídia vídeo e links para textos e artigos cujo direcionamento será a abordagem dos conteúdos ao alcance dos objetivos propostos. O Quadro 3 apresenta o planejamento do conteúdo do Curso Currículo na EPT e a relação com a EaD.

Quadro 3 – Planejamento do conteúdo do Curso Currículo na EPT e a relação com a EaD

Duração	8h		
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar currículo. - Compreender as dimensões do currículo (oculto, formal, real). - Identificar as características do currículo formal no âmbito do PPC. - Compreender os princípios que fundamentam a formação integral na EPT. 		
Conteúdo (s)	Currículo: conceitos e dimensões; Relação entre currículo e PPC; Princípios da formação integral na EPT.		
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação de vídeos, artigos e infográficos na sala do curso: Vídeo: Currículo e trabalho na EPT - Aula 1 Vídeo: Currículo e trabalho na EPT - Aula 2 Livro: Currículos e Programas da EPCT Artigo: Currículo e Contextos De Aprendizagem: Integração Entre O Formal e O Não-Formal Por Meio De Tecnologias Digitais Artigo: Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo Infográfico: As 10 Competências Gerais que orientam a BNCC 		
Avaliação	Jogo de Palavras Cruzadas baseado em um banco de conceitos disponível no glossário.		
Atividades	Papel do aluno	Papel do professor	Avaliação

Conceituar currículo e compreender as dimensões do currículo (oculto, formal, real)	Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado na plataforma. Estudar o conceito e as dimensões do currículo	Preparar a seleção e incorporar os links dos vídeos e artigos e disponibilizar na plataforma para os cursistas.	Jogo de Palavras Cruzadas baseado em um banco de conceitos disponível no glossário.
Identificar as características do currículo formal no contexto do PPC	Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado. Estudar as características do currículo formal no PPC.	Preparar a seleção e incorporar na plataforma o link do livro e artigos a ser disponibilizado para os cursistas.	
Compreender os princípios que fundamentam a formação integral na EPT	Assistir os vídeos disponibilizados. Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado. Estudar os princípios que fundamentam a formação integral na EPT	Incorporar o link dos vídeos, artigos e infográfico e disponibilizar na plataforma para os cursistas;	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

O Curso **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na EPT** tem como objetivos conceituar Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), identificar os diversos tipos de TDIC e reconhecer podem ser aplicadas no contexto da EaD e na formação integral do sujeito no mundo contemporâneo.

Os recursos do Moodle utilizados têm como finalidade auxiliar no cumprimento dos objetivos propostos a partir da incorporação de vídeos, links de textos complementares. O Quadro 4 apresenta o planejamento do Curso Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na EPT.

Quadro 4 – Planejamento do conteúdo do Curso Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na EPT

Duração	6h
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. - Identificar os diversos tipos de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. - Reconhecer o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto da EaD.

	- Reconhecer a contribuição das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e sua relação com a Educação a Distância para a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo.		
Conteúdo (s)	O que são Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; A aplicação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto da EaD; A contribuição da EaD e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação para a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo.		
Recursos	- Incorporar vídeos e artigos na sala do curso: Vídeo: Currículo e Tecnologia - Como integrar? Artigo: Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino Artigo: Educação a distância e inovação tecnológica Vídeo: Educação e Tecnologia: Ontem, Hoje e Amanhã Artigo: Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: Novos Desafios e Possibilidades para o Desenvolvimento do Currículo		
Avaliação	Questionário com banco de questões diversificadas: associações, verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.		
Atividades	Papel do aluno	Papel do professor	Avaliação
Conhecer as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e como podem ser aplicadas no contexto da EaD.	Assistir os vídeos e realizar a leitura e estudo do material disponibilizado.	Preparar a seleção e incorporar os links dos vídeos e artigos e disponibilizar na plataforma para os cursistas.	Questionário com banco de questões diversificadas: associações, verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.
Compreender o papel das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na EPT.	Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado na plataforma. Assistir vídeo disponibilizado na plataforma.	Organizar a seleção e incluir os links de vídeos e artigos, tornando-os disponíveis na plataforma para os participantes do curso.	
Reconhecer como a Educação a Distância e as TDIC podem contribuir com a formação integral do sujeito no mundo contemporâneo.	Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado na plataforma. Destacar a influência das TDIC na formação integral do sujeito. Assistir ao vídeo disponibilizado na plataforma.	Estruturar a compilação e incorporar os links de vídeos e artigos, disponibilizando-os na plataforma para os alunos do curso.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

O Curso **Ambientes Virtuais de Aprendizagem** tem como objetivos compreender o conceito de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e suas finalidades, reconhecer a importância de um ambiente virtual de aprendizagem institucionalizado e apresentar o Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem institucionalizado no IFB.

Este curso conta com os recursos de mídia vídeo, links para textos e artigos e uma Lição utilizando o recurso do moodle, cujo direcionamento será a abordagem dos conteúdos ao alcance dos objetivos propostos. O Quadro 5 apresenta do planejamento do conteúdo do Curso Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Quadro 5 – Planejamento do conteúdo do Curso Ambientes Virtuais de Aprendizagem

Duração	8h		
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e suas finalidades. - Identificar as características de um ambiente virtual de aprendizagem institucionalizado. - Reconhecer a importância de um ambiente virtual de aprendizagem institucionalizado. - Apresentar o Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem institucionalizado no IFB. 		
Conteúdo (s)	Ambientes Virtuais de Aprendizagem e sua finalidade; Ambientes Virtuais de Aprendizagem e sua relação com o processo de institucionalização da Educação a Distância. Moodle: histórico; caracterização, principais funcionalidades e fundamentação pedagógica da plataforma.		
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Página com conteúdo explicativo Incorporando vídeos e artigos na sala do curso: Vídeo: Ambientes virtuais de aprendizagem e funcionalidades Artigo: Ambientes virtuais de aprendizagem e suas possibilidades construtivistas Lição 1 (curso moodle para professores - básico) - Ambientes Virtuais de Aprendizagem - Importar o Livro 2 (curso moodle para professores - básico) - Moodle: A Plataforma Institucional do IFB 		
Avaliação	Jogo de Caça Palavras baseado em um banco de conceitos organizado a partir do recurso glossário.		
Atividades	Papel do aluno	Papel do professor	Avaliação
Estudo do conteúdo sobre o tema: Conceitos,	Assistir o vídeo e realizar a leitura e	Organizar a seleção e incorporar os links de vídeos e artigos,	Jogo de Caça Palavras baseado em um banco de

características, importância e finalidade dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e sua finalidade.	estudo do material disponibilizado.	tornando-os disponíveis na plataforma para os participantes do curso.	conceitos organizado a partir do recurso glossário.
Estudo da Lição: Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Avaliação complementar dos recursos e atividades do Moodle.	Estudar a Lição: Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Realizar avaliação complementar dos recursos e atividades do Moodle.	Organizar a seleção e incorporar o link da Lição do curso Moodle Básico para professores na plataforma para os cursistas. Disponibilizar link do Curso Moodle Intermediário de forma complementar ao estudo dos recursos e atividades do Moodle.	
Estudar o conteúdo do Livro - Moodle: A Plataforma Institucional do IFB.	Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado.	Disponibilizar link do Livro Preparar o - Moodle: A Plataforma Institucional do IFB.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

O Curso Projeto pedagógico de curso técnico com oferta de carga horária a distância no âmbito do IFB tem como objetivos identificar as etapas de elaboração do PPC, identificar como se dá a inserção da EaD na modalidade presencial no contexto do PPC, examinar os critérios a serem atendidos para a inclusão de carga horária EaD em um PPC e conhecer os documentos institucionais que orientam a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos técnicos no IFB.

Este curso conta com os recursos de links para textos, artigos, infográfico e recurso Livro do Moodle com o detalhamento do roteiro elaborado com base no modelo de PPC para os cursos técnicos subsequentes disponibilizado pela PREN, o qual está alinhado com as discussões e encaminhamentos mais recentes no âmbito do Fórum dos Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Superior do IFB, cujo direcionamento será a abordagem dos conteúdos ao alcance dos objetivos propostos. O Quadro 6 apresenta do planejamento do conteúdo do Curso Ambientes Virtuais de

Aprendizagem.

Quadro 6 – Planejamento do conteúdo do Curso Projeto Pedagógico de Curso Técnico com oferta de carga horária a distância no âmbito do IFB

Duração	10h		
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as etapas de elaboração do PPC. - Identificar como se dá a inserção da EaD na modalidade presencial no contexto do PPC. - Examinar os critérios a serem atendidos para a inclusão de carga horária EaD em um PPC. - Conhecer os documentos institucionais que orientam a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso de cursos técnicos no IFB. 		
Conteúdo (s)	Etapas de elaboração do PPC; A EaD na modalidade presencial no contexto do PPC; Critérios para a inclusão de carga horária EaD em um PPC; Checklist para elaboração de PPC com carga horária EaD; Documentos institucionais que orientam a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso de cursos técnicos no IFB.		
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recurso livro: detalhar os tópicos do roteiro elaborado com base no modelo de PPC para os cursos Técnicos Subsequentes do IFB. - Página com conteúdo explicativo incorporando infográficos e modelos de documentos institucionais na sala do curso: Infográfico: Trilha de elaboração de PPC de Cursos Técnicos do IFB Modelo de documento: PPC Curso Técnico Subsequente Modelo de documento: Check-list para análise dos PPC Curso Técnico Subsequente - Experiências de sucesso: Disponibilizar PPC aprovados no IFB: Curso Técnico em Serviços Públicos: PPC Curso Técnico em Serviços Públicos - Subsequente (modalidade presencial com CH/EaD) Curso Técnico em Secretaria Escolar: PPC Curso Técnico em Secretaria Escolar - Subsequente (modalidade presencial com CH/EaD) Curso Técnico em Agropecuária: PPC Curso Técnico em Agropecuária - Subsequente (modalidade EaD) Curso Técnico em Segurança do Trabalho: PPC Curso Técnico em Segurança do Trabalho - Subsequente (modalidade EaD) Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet: PPC Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet (modalidade presencial com CH/EaD) Curso de Licenciatura em Letras: PPC Licenciatura em Letras - Língua Espanhola (modalidade presencial com CH/EaD) 		
Avaliação	Questionário com banco de questões diversificadas: associações, verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.		
Atividades	Papel do aluno	Papel do professor	Avaliação

Estudo do livro – Roteiro para Elaboração de PPC.	Explorar o Livro com o Roteiro para Elaboração de PPC.	Recurso livro: detalhar os tópicos do roteiro elaborado com base no modelo de PPC para os cursos Técnicos Subsequentes do IFB.	Questionário com banco de questões diversificadas: associações, verdadeiro ou falso, e múltiplas escolhas.
Leitura dos documentos institucionais que tratam sobre a construção do PPC.	Realizar a leitura dos documentos institucionais que tratam sobre a construção do PPC disponibilizados. Realizar a leitura complementar dos normativos institucionais na íntegra.	Disponibilizar os links dos normativos institucionais para leitura complementar na íntegra.	
Identificar as etapas de elaboração do PPC.	Avaliar as etapas para elaboração do PPC a partir do Infográfico disponibilizado.	Selecionar e incorporar o link do infográfico com as etapas para elaboração do PPC.	
Avaliar como se dá a inserção da EaD na modalidade presencial no contexto do PPC.	Realizar a leitura e estudo do material disponibilizado. Efetuar a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) disponibilizados como modelo de maneira complementar na plataforma.	Selecionar e incorporar o link modelos de PPCs já aprovados na instituição, que atendem minimamente os normativos vigentes e os pressupostos teórico-metodológicos da EaD.	
Examinar os critérios a serem atendidos para a inclusão de carga horária EaD em um PPC.	Analisar o checklist para elaboração de PPC com carga horária EaD.	Compilar os critérios a serem atendidos em formato de checklist e disponibilizar aos cursistas na plataforma.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa.

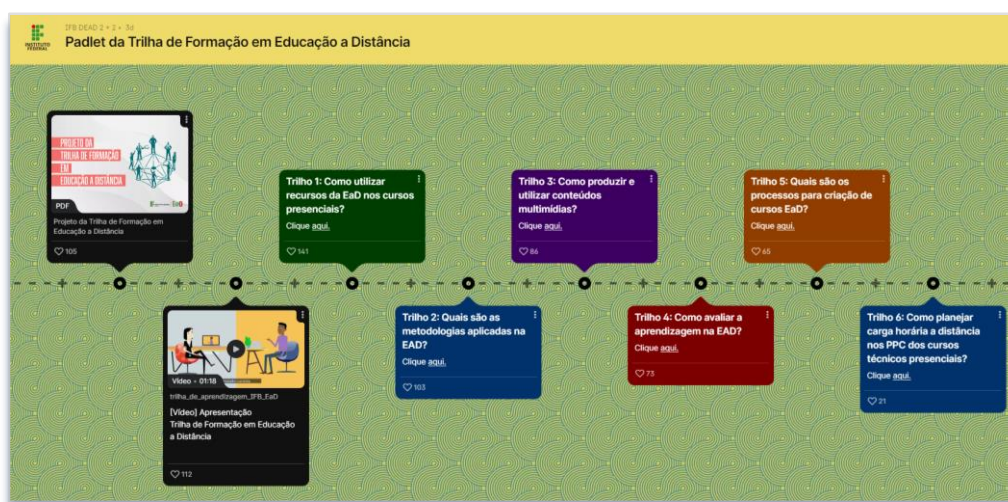
3. Acesso ao Trilho Formativo 6: “Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos presenciais?”

Disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional do IFB em formato autoinstrucional (sem mediação de tutor e com correção

automatizada), de forma similar às demais trilhas formativas institucionalizadas pela Diretoria de Educação a Distância do IFB³.

Ao acessar o ambiente virtual de aprendizagem do IFB, o cursista visualiza todos os trilhos formativos no Padlet, sendo que o trilho 6 o produto educacional desta dissertação. A Figura 1 apresenta a tela visualizada pelo cursista ao entrar no ambiente formativo do AVA institucional.

Figura 1 - Trilhos Formativos disponíveis no AVA do IFB (integrado ao Padlet)

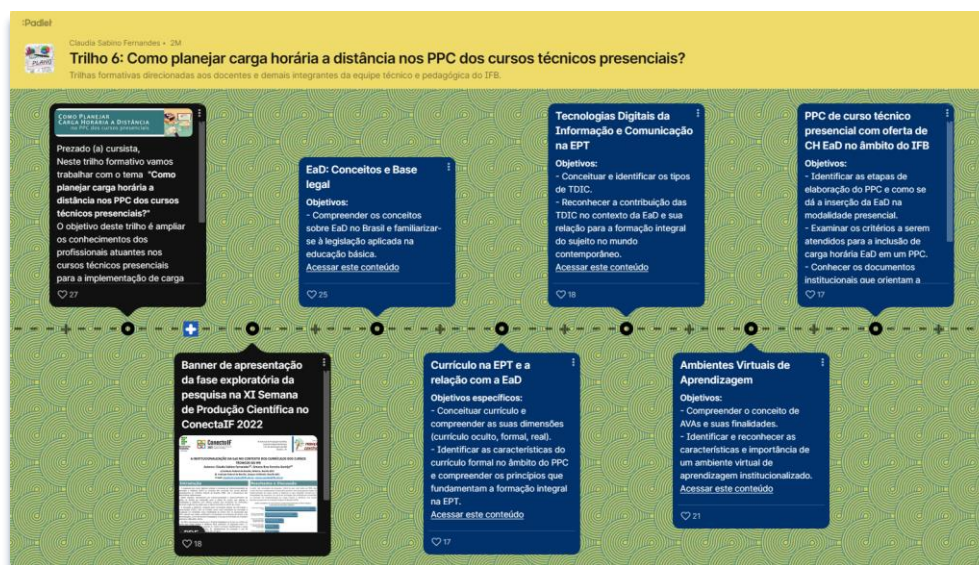


Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

Ao clicar no Trilho 6, é possível visualizar os cursos que compõem a formação e pode optar por realizar todos os cursos, cursos específicos e, ainda, a sequência da formação desejada. A Figura 2 apresenta a tela visualizada pelo cursista ao acessar o Trilho Formativo 6.

Figura 2 - Trilho Formativo 6: “Como planejar carga horária a distância nos PPC dos cursos presenciais?”

³ O Trilho Formativo objeto do produto educacional desta pesquisa é o “Trilho 6” das “Trilhas Formativas em EaD” do IFB e está disponível a partir do acesso ao AVA institucional: <https://nead.ifb.edu.br/>



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

4. Estrutura organizacional dos cursos

De modo geral, os cursos apresentam uma mesma estrutura organizacional proporcionando uma abordagem padronizada, organizada e clara para explorar os objetivos de aprendizagem derivados dos conteúdos oferecidos e das atividades propostas, a saber: apresentação, conteúdo, atividade avaliativa, espaço de interação, certificação e ficha técnica. A Figura 3 apresenta o exemplo da estrutura organizacional do curso EaD: conceitos e base legal.

Figura 3 – Estrutura organizacional do curso EaD: conceitos e base legal.



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

Assim, ao acessar um curso, inicialmente é visualizada a “Apresentação”. A Figura 4 traz o exemplo da apresentação do “Curso EaD: Conceitos e Base Legal”.

Figura 4 – Tópico Apresentação do Curso EaD: Conceitos e Base Legal

Apresentação

Olá! Que bom que você está aqui :)

Este curso é **autoinstrucional**, ou seja, não haverá tutoria ou acompanhamento por professor mediador.

O servidor cursista poderá inscrever-se quando sentir a necessidade dessa formação como complementação dos conhecimentos necessários à sua atuação profissional ou ainda quando indicados para compor as comissões de elaboração/ revisão de PPC dos cursos técnicos presenciais que envolvam carga horária a distância.

Ao final da conclusão das atividades, mediante **aproveitamento mínimo de 60%** da atividade avaliativa e o preenchimento da **avaliação do curso** o seu **certificado** estará disponível para download.

A atividade avaliativa contará com recursos de atividades gamificadas, de correção automática e caráter formativo servindo também de instrumento para revisão e fixação, já que o cursista poderá repetir a atividade quantas vezes forem necessárias ao acerto de pelo menos 60% do valor atribuído.

Após a conclusão, o acesso ao conteúdo dessa formação continuará disponível para que você possa visitá-lo sempre que desejar.

A carga horária do curso é de 8 horas.

Os objetivos de aprendizagem esperados são:

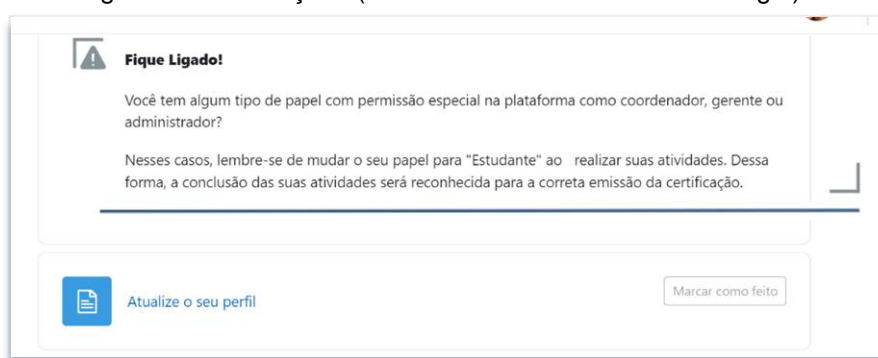
- Compreender os conceitos sobre Educação a Distância no Brasil.
- Familiarizar-se à Legislação aplicada à Educação a Distância na educação básica.

Vamos começar!

Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

O tópico de Apresentação, comum a todos os cursos, tem como objetivo apresentar a organização, a disposição das atividades, a carga horária, as condições de aproveitamento mínimo para certificação e os objetivos de aprendizagem do curso. Nessa etapa também será está disponível orientações para atualização do perfil do cursista na plataforma. A Figura 5 exemplifica como essas orientações são visualizadas pelos cursistas.

Figura 5 – Orientações (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

As informações que constam na Apresentação são cruciais aos participantes do curso, instigando-os a garantir que estejam designados como estudantes na plataforma. Esse procedimento desempenha um papel fundamental, assegurando a adequada documentação da conclusão das atividades e, conseqüentemente, contribuindo para um processo eficaz na emissão de certificados, conforme ilustrado na Figura 5. A necessidade dessa orientação surge devido à possibilidade de alguns participantes possuírem funções especiais na plataforma, o que poderia resultar no não reconhecimento das atividades concluídas por eles.

A Figura 5 apresenta, ainda, a orientação de atualização do perfil (Atualize o seu perfil), ela tem como finalidade impulsionar a introdução dos participantes à comunidade do IFB. Esse espaço inclui um tutorial em vídeo para orientação, uma vez que o NEAD serve como o ambiente virtual que congrega participantes de todas as unidades da instituição.

O tópico Conteúdo é visualizado em seções curtas, organizadas de forma objetiva, com linguagem interativa e suporte das tecnologias digitais de informação e

comunicação. Destaca-se que após a curadoria⁴, os materiais foram disponibilizados no formato de vídeos, materiais textuais, links para internet e podem ser estudados de forma livre pelo cursista. A Figura 6 traz o exemplo de um tópico de conteúdo do “Curso EaD: Conceitos e Base Legal”.

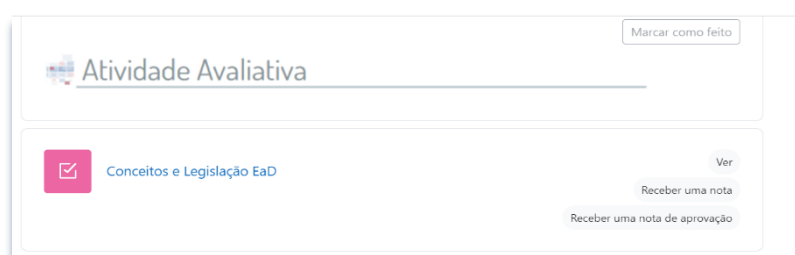
Figura 6 – Tópico de Conteúdo (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

O tópico “Atividade Avaliativa” incorpora elementos de gamificação, correção automática e têm caráter formativo, servindo como instrumento para revisão e consolidação do conteúdo. O cursista pode repetir a atividade quantas vezes forem necessárias para alcançar, no mínimo, 60% da pontuação atribuída. Na Figura 7 está um exemplo de como é visualizada a atividade avaliativa.

Figura 7 – Atividade avaliativa (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)

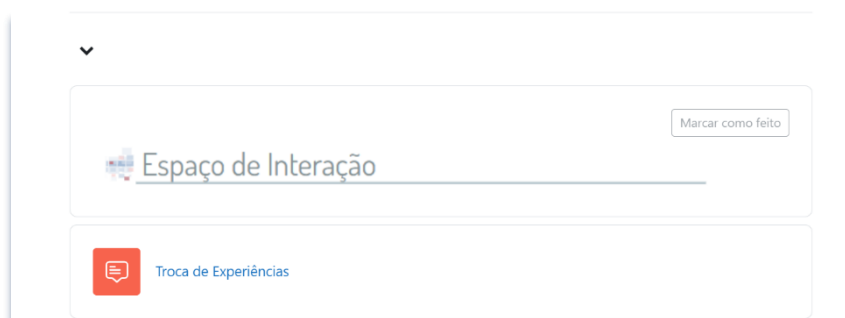


Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

O tópico "Espaço de Interação", comum por todos os cursos, tem como propósito fomentar a interação entre os participantes, possibilitando a troca de experiências e a solicitação de auxílio em diferentes tópicos, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8 – Espaço de interação na tela inicial (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)

⁴ Na preparação de conteúdo para EaD, a curadoria envolve selecionar e disponibilizar Recursos Educacionais Abertos (REA) em diversos formatos, atendendo às necessidades de um público específico.



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

O espaço de interação, estruturado por meio de um fórum, inicialmente pode parecer inadequado para este curso, já que não possui a mediação de um tutor. Entretanto, ao considerarmos que a formação é direcionada a servidores de diversas unidades da instituição, percebemos que esse recurso pode ser vantajoso, promovendo a interação e a troca de experiências entre os participantes, conforme evidenciado na Figura 9.

Figura 9 – Atividade do Espaço de interação (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

O tópico de Certificação, apresenta critérios para conclusão e certificação do curso além de espaço destinado a avaliação da formação ofertada e emissão do certificado. O certificado é disponibilizado de forma automática quando o cursista atinge as condições, como ilustrado na Figura 10.

Figura 10 – Certificação (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)


Certificação


Olá Participante!


Preparamos uma avaliação deste curso a qual possibilitará aprimorá-lo a partir de suas contribuições.

Ao finalizar o preenchimento do formulário, você deverá clicar no botão **"Enviar"**. Logo após, o seu certificado 📄 estará disponível para download.

O tempo estimado para o preenchimento do formulário é de 10 minutos.

 **Avaliação do curso** ✔ Feito: Ver

 **Certificado**

 Disponível se: Você atinge mais do que uma determinada pontuação em **Conceitos e Legislação EaD**

Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

Nesta etapa, disponibilizamos a Avaliação do Curso, na qual o cursista terá a oportunidade de avaliar o produto educacional objeto de pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFB. O título da pesquisa é "Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Brasília: Como Elaborar Projetos de Cursos Técnicos Presenciais – Uma Trilha Formativa". O propósito deste instrumento é analisar a formação oferecida aos membros dos colegiados dos cursos técnicos, visando à implementação de carga horária na modalidade de educação a distância, em conformidade com os requisitos legais e os fundamentos educativo-pedagógicos preconizados pelo Instituto Federal de Brasília.

A avaliação é conduzida por meio de um formulário do Google incorporado à página do curso, dividindo-se em três seções: I - Estrutura/Organização Pedagógica do Curso, II - Adequação do Curso às Necessidades Formativas e III - Opiniões/Sugestões. Ao final, é apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à avaliação do produto educacional, dando ao cursista a opção de participar da pesquisa. A concordância implica na utilização dos dados coletados para a consolidação dos resultados da pesquisa, enquanto a não concordância preserva a confidencialidade dos dados, excluindo-os dos resultados. A Figura 11, de forma exemplificativa, apresenta um trecho do formulário de avaliação do curso "EaD:

Conceitos e Base Legal".

Figura 11 – Formulário de Avaliação (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)

Certificação

Olá Participante!

Preparamos uma avaliação deste curso a qual possibilitará aprimorá-lo a partir de suas contribuições.

Ao finalizar o preenchimento do formulário, você deverá clicar no botão **"Enviar"**. Logo após, o seu certificado 📄 estará disponível para download.

O tempo estimado para o preenchimento do formulário é de 10 minutos.

Avaliação do curso ✓ Feito: Ver

Certificado

Disponível se: Você atinge mais do que uma determinada pontuação em **Conceitos e Legislação EaD**

Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

Após a conclusão da avaliação, será emitido o certificado ao cursista. O certificado será configurado e emitido por meio da plataforma Moodle, destinado aos participantes que tenham concluído todas as atividades propostas no curso.

Por fim, é disponibilizado o tópico “Ficha técnica” inclui os créditos de autoria e o selo da licença Creative Commons. Essa licença autoriza o uso para fins não comerciais, bem como a reprodução e sua adaptação. A Figura 12 apresenta como exemplo o Tópico Ficha Técnica de Curso EaD: Conceitos e Base Legal.

Figura 12 – Ficha Técnica (Curso EaD: Conceitos e Base Legal)

Ficha Técnica

INSTITUTO FEDERAL
Brasília
Campus Brasília

PROFEPT
INSTITUTO FEDERAL
Brasília

Este curso é parte integrante do Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - **PROFEPT**, ofertado pelo Instituto Federal de Brasília: “ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS PRESENCIAIS COM CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA – UMA TRILHA FORMATIVA”

Créditos:

Mestranda/curadora
Cláudia Sabino Fernandes

Produção Gráfica
Joscélla Moreira de Azevedo

Orientadora
Prof. Dra. Simone Braz Ferreira Gontijo

Apoio
Diretoria de Educação a Distância do IFB

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

5. Configuração da Sala de aula: exemplo curso EaD: Conceitos e Base Legal

Nessa seção apresentaremos como foi estruturada a configuração das salas dos cursos do Trilho Formativo, usando como exemplo a sala do curso EaD: Conceitos e Base Legal. Destaca-se que todas as salas virtuais foram configuradas em tópicos⁵.

No caso do curso em exemplo o tópico conteúdo foi dividido em dois itens, a saber: “Conceitos EaD e suas tendências” e “Legislação aplicada a EaD”, a fim de atender aos objetivos de aprendizagem esperados. Em “Conceitos de EaD e suas tendências” foram incorporados vídeos e artigos, conforme apresenta a Figura 13 apresenta o tópico "Conceitos de EaD e Suas Tendências".

Figura 13 - Tópico Conceitos de EaD e Suas Tendências.



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

O objetivo de aprendizagem relacionado à Legislação aplicada à Educação a Distância na educação básica foi apresentado utilizando o recurso do livro no Moodle. Nele, a partir do Índice, foram disponibilizados recortes dos normativos legais que abordam a EaD na Educação Básica, bem como links de acesso aos respectivos normativos na íntegra. A Figura 14 ilustra o Tópico Legislação Aplicada à EaD a partir da organização do recurso do livro no Moodle.

⁵ Todos os recursos apresentados são relativos a funcionalidades do Moodle.

Figura 14 - Tópico Legislação aplicada a EaD



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado

No tópico Atividade Avaliativa foi configurado um questionário de 7 questões de diversos tipos, a partir de um banco de questões. O cursista pode repetir a atividade quantas vezes forem necessárias para alcançar, no mínimo, 60% da pontuação atribuída. As questões são apresentadas de forma aleatória a cada tentativa do cursista. Foram incorporados elementos de gamificação e correção automática.

Destaca-se que o caráter formativo da avaliação do curso, uma vez que o instrumento tem como função a revisão e a consolidação do conteúdo. A Figura 15 apresenta trecho do questionário do curso.

Figura 15 – Tópico Atividades Avaliativas.



Fonte: Print de tela do AVA institucionalizado.

Nesta seção, apresentamos a configuração das salas nos cursos do Trilho Formativo, utilizando a sala do curso EaD: Conceitos e Base Legal como

exemplificação. Ressalta-se que a organização das salas virtuais foi realizada por meio de tópicos, proporcionando uma estrutura clara e direcionada. Essa abordagem visa otimizar a experiência de aprendizado, facilitando a navegação e promovendo um ambiente virtual eficaz para a condução dos cursos. Ao adotar essa metodologia, buscamos garantir a acessibilidade e a efetividade do Trilho Formativo, alinhando-se às necessidades e expectativas dos participantes.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) servidor (a),

Você está sendo convidado a participar da pesquisa sobre a institucionalização da educação a distância no contexto dos cursos técnicos presenciais do Instituto Federal de Brasília, de responsabilidade de CLÁUDIA SABINO FERNANDES, estudante do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IFB, *Campus Brasília*, sob a orientação da Prof. Dr^a Simone Braz Ferreira Gontijo. O objetivo da pesquisa é promover a formação dos profissionais envolvidos no processo de implementação da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais do Instituto Federal de Brasília. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravações em áudio/ vídeo ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa. A coleta de dados será realizada por meio de questionário com perguntas fechadas e abertas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício e não implica em nenhum risco efetivo para sua saúde. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99251.5624 ou pelo e-mail claudia.fernandes@ifb.edu.br.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de Dissertação de Mestrado disponibilizada na Biblioteca do *Campus Brasília* e que poderá ser acessada pelo repositório da própria biblioteca, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Pesquisa Estratégica do Distrito Federal - IGESDF. As informações com

relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/IGESDF: cep@igesdf.org.br ou pelo telefone: (61) 3550-9167. Após estes esclarecimentos, caso concorde em participar da pesquisa clique no item abaixo autorizando a utilização das informações fornecidas para fins acadêmicos.

Brasília, ____ de _____ de 2022.

Cláudia Fernandes Sabino

Confirmando ter lido o TLCE e aceito participar da pesquisa, autorizando a divulgação das informações em congressos e/ou publicações científicas, desde que seja respeitado o meu anonimato.

Discordo e não aceito participar da pesquisa.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS MEMBROS DOS COLEGIADOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IFB

Parte 1 - Questões relativas ao critério de inclusão na pesquisa:

1. Você atua nos cursos técnicos subsequentes presenciais do IFB?
 sim
 não (se não, o questionário encerra e agradece a participação)

2. Você participa/ participou de comissão de elaboração e/ou revisão de PPC de algum dos cursos técnicos subsequentes presenciais ofertados no IFB?
 sim
 não (se não, o questionário encerra e agradece a participação)

Parte 2 - Caracterização do participante:

3. Qual sua carreira no IFB?
 técnico administrativo em educação
 docente

4. Qual seu nível de formação completo?
 licenciado
 bacharelado/ tecnólogo
 especialização
 mestrado
 doutorado

5. Qual sua unidade de lotação?
 Campus Brasília
 Campus Ceilândia
 Campus Estrutural
 Campus Gama
 Campus Planaltina
 Campus Recanto das Emas
 Campus Riacho Fundo
 Campus Samambaia
 Campus São Sebastião
 Campus Taguatinga

6. Qual seu sexo você se identifica?
 masculino
 feminino
 prefiro não informar

7. Selecione a faixa etária da sua idade:
 18 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 51 a 60 anos

- 61 a 70 anos
 - acima de 71 anos
8. Você já fez algum curso de formação sobre educação a distância?
- sim. Especifique qual(is): _____
 - não

Parte 3 – Implantação de carga horária a distância em curso presencial

9. Conheço as normativas do IFB em relação a previsão de carga horária a distância em cursos presenciais.
- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
10. Estou ambientado com a legislação que trata sobre a utilização de carga horária a distância em cursos presenciais.
- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
11. O PPC do(s) curso(s) técnicos presenciais no qual atuo atende os requisitos legais para a oferta de parte da carga horária a distância.
- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
12. Conheço os referenciais de qualidade para a EaD no Brasil.
- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
13. Conheço a legislação que trata sobre currículo e a organização do trabalho pedagógico nos cursos técnicos do IFB.
- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
14. Conheço os documentos do IFB que norteiam a elaboração e/ou revisão de PPC.

- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
15. Os documentos do IFB que norteiam a elaboração e/ou revisão de PPC no IFB são claros e norteiam o trabalho dos membros dos colegiados nesse processo.
- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
16. Acredito que a oferta da carga horária a distância nos cursos técnicos presenciais colabora para a formação integral do sujeito?
- Concordo totalmente
 - Concordo parcialmente
 - Não concordo, nem discordo
 - Discordo parcialmente
 - Discordo totalmente
17. Como você percebe a introdução das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) em cursos técnicos presenciais?
18. Quais relações você estabelece entre as metodologias voltadas ao ensino presencial e ao ensino a distância?
19. Para você, qual o papel do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional para a oferta das disciplinas dos cursos que contam com previsão de carga horária a distância?
20. Para você quais seriam parâmetros para se estabelecer uma EaD com qualidade?
21. Liste os conhecimentos que você atribui como importantes que os membros dos colegiados dos cursos técnicos presenciais envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos de curso/ planos de cursos devem possuir para a implementação da carga horária a distância nos currículos.
22. Quais os temas/conteúdos devem ser tratados numa formação voltada a implementação da carga horária a distância nos currículos de cursos presenciais?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado cursista,

Você está sendo convidado a participar da avaliação do produto educacional objeto da pesquisa do Programa de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IFB, intitulada: “Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Brasília: como elaboras Projetos de Curso - Uma Trilha Formativa”, elaborada por Cláudia Sabino Fernandes, sob a orientação da professora Dra. Simone Braz Ferreira Gontijo.

Este instrumento tem como objetivo analisar a formação ofertada aos membros dos colegiados dos cursos técnicos presenciais para a implementação de carga horária na modalidade de educação a distância, atendendo aos aspectos legais e aos fundamentos educativo-pedagógicos preconizados pelo Instituto Federal de Brasília.

Sua contribuição é fundamental para o aprimoramento do curso e consiste em responder às questões apresentadas. Considere que sua participação é voluntária, sigilosa (todos os dados coletados serão tratados de forma agrupada, impedindo a identificação de respostas individuais) e não envolve riscos de cunho físico, psicológico ou moral envolvidos na realização da tarefa.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99251.5624 ou pelo e-mail claudia.fernandes@ifb.edu.br.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de Dissertação de Mestrado disponibilizada na Biblioteca do *Campus* Brasília e que poderá ser acessada pelo repositório da própria biblioteca, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal - IGESDF. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP: cep@igesdf.org.br ou pelo telefone: (61) 3550-9167.

Após estes esclarecimentos, caso concorde em participar da pesquisa clique no item abaixo autorizando a utilização das informações fornecidas para fins acadêmicos.

Brasília, ____ de _____ de 202__.

Cláudia Fernandes Sabino

() Confirmando ter lido o TLCE e aceito participar da pesquisa, autorizando a divulgação das informações em congressos e/ou publicações científicas, desde que seja respeitado o meu anonimato.

() Discordo e não aceito participar da pesquisa.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Para essa avaliação do curso básico em **Elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos presenciais com previsão de carga horária de Educação a distância** utilizaremos a escala Likert com cinco pontos que variam entre “concordo plenamente a discordo plenamente”. Serão avaliadas: estrutura e organização pedagógica do curso e a adequação do curso às necessidades formativas.

Fique à vontade para responder o questionário, seja o mais verdadeiro possível.

A participação na pesquisa é obrigatória para a emissão do certificado.

Leia com atenção as afirmativas e marque um X para cada resposta no indicador que mais se adeque a sua percepção.

I – ESTRUTURA/ ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO					
Critério	Indicador				
	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo plenamente
Os objetivos de aprendizagem atenderam às expectativas dessa formação.					
Os conteúdos foram condizentes aos objetivos do curso.					
A carga horária foi suficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos.					
A qualidade e a organização do material didático foram adequadas para a formação.					
Os recursos educacionais utilizados foram pertinentes às atividades propostas.					
A bibliografia utilizada foi adequada aos conteúdos trabalhados.					
A metodologia adotada favoreceu o alcance dos objetivos propostos para o curso.					

A metodologia adotada foi coerente com os conteúdos e temas debatidos no curso.					
Os instrumentos de avaliação utilizados foram adequados aos objetivos de aprendizagem.					
A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades.					

II – ADEQUAÇÃO DO CURSO ÀS NECESSIDADES FORMATIVAS					
Critério	Indicador				
	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo plenamente
Compreendi os conceitos sobre EaD					
Analisei a Legislação aplicada a EaD nos cursos técnicos					
Compreendi como a teoria de currículo se aplica ao ensino a distância					
Compreendi como os elementos da organização do trabalho pedagógico se articulam no ensino a distância					
Compreendi a finalidade do Projeto Pedagógico do Curso ou Plano de Curso					
Compreendi os princípios que fundamentam a formação integral na EPT					
Compreendi o conceito das TDICs					
Reconheci a contribuição das TDICs no contexto da EaD					
Reconheci a contribuição das TDICs e sua relação com a EaD para a formação integral do sujeito no					

<p> mundo contemporâneo </p>					
<p> Compreendi o conceito de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e sua finalidade </p>					
<p> Compreendi a finalidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucionalizado </p>					
<p> Compreendi como a teoria de currículo se aplica a EPT e a EaD </p>					
<p> Compreendi como os elementos da organização do trabalho pedagógico se articulam a EPT e a EaD </p>					
<p> Conheci os documentos institucionais que versam sobre o PPC </p>					
<p> Compreendi como organizar e elaborar um PPC com carga horária à distância. </p>					
<p> Considero o checklist dos objetos a serem preenchidos para a elaboração de um PPC adequado </p>					

III – OPINIÕES/SUGESTÕES

1. Registre suas sugestões para o aprimoramento dessa formação.

Obrigada pela participação!

APÊNDICE F – ACEITE INSTITUCIONAL

ACEITE INSTITUCIONAL

A Sra. Giovanna Megumi Ishida Tedesco, Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Brasília, está ciente quanto a realização da pesquisa: **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES PRESENCIAIS**, de responsabilidade da pesquisadora Cláudia Sabino Fernandes, estudante do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IFB, *Campus Brasília*, realizada sob a orientação da Profª Drª Simone Braz Ferreira Gontijo, que será realizada após revisão e aprovação do Comitê de Ética.

O estudo envolve análise de documentos públicos do IFB, aplicação de questionários e grupos focais com os membros dos colegiados dos cursos que estão aptos a compor as comissões de elaboração e/ou revisão dos PPCs dos cursos técnicos subsequentes presenciais que visem a implementação dos 20% de carga horária a distância em seus currículos. A pesquisa é de participação voluntária dos envolvidos e de responsabilidade da pesquisadora quanto à sua execução, e terá a duração de dezesseis meses, com previsão de início em setembro/2021 e término em dezembro/2022.

Eu, Giovanna Megumi Ishida Tedesco, Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Brasília, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. A pesquisadora responsável pela pesquisa declarou estar ciente de suas responsabilidades com o presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. O IFB declara como necessária a verificação de disponibilidade e agendamento prévio com as unidades para a utilização de infraestrutura institucional.

Brasília, 16 de setembro de 2021.

Giovanna
Megumi Ishida
Tedesco



Assinado de forma
digital por Giovanna
Megumi Ishida Tedesco
Dados: 2021.09.17
10:20:23 -03'00'

Giovanna Megumi Ishida Tedesco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
Instituto Federal de Brasília